

O escândalo das desintervenções

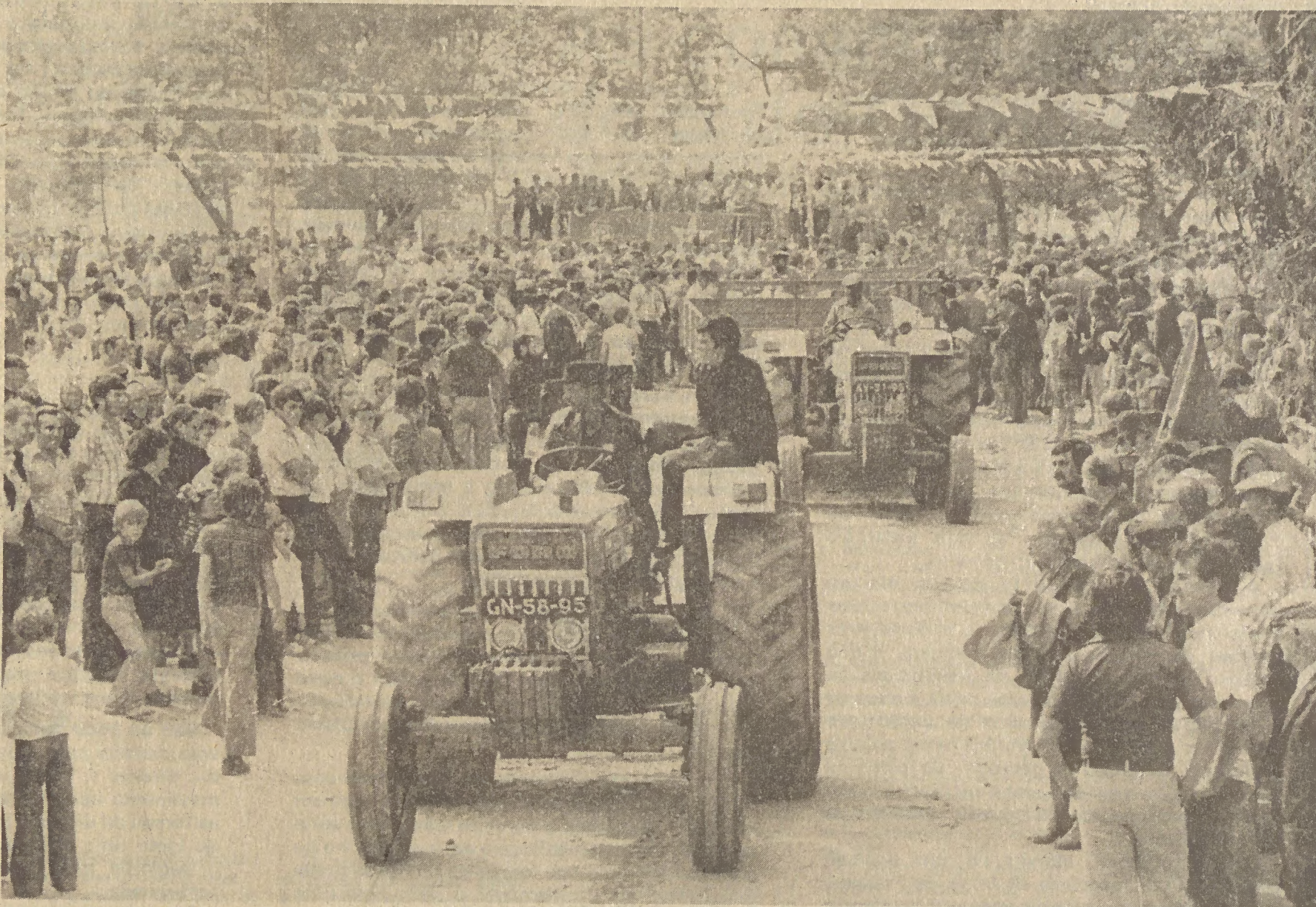
Um Governo sem plenos poderes, formado para resolver os problemas mais urgentes e não para criar outros, que é incapaz de solucionar, escolheu como primeiras medidas as desintervenções em quatro empresas recuperadas da falência pelo esforço dos trabalhadores e das CAs de nomeação estatal.

Suscitando a indignação dos trabalhadores organizados, essas desintervenções exacerbam os conflitos sociais ao reflectirem o prosseguimento da política de recuperação capitalista que nega os princípios consagrados na Constituição. A resposta a essas medidas arbitrarias não se fez esperar da parte dos trabalhadores. (ler Editorial e pág. 5)

Concretizam-se ameaças contra a zona da Reforma Agrária

Concretizam-se, simultaneamente, as ameaças do MAP contra a zona da Reforma Agrária. As ocupações de herdades e outras medidas governativas contrárias aos interesses dos trabalhadores e da economia nacional, além de incompatíveis com a natureza do actual Governo, têm-se revestido de formas que todos julgávamos definitivamente afastadas, após a triste experiência da equipa Barreto-Portas.

É o diálogo com os trabalhadores e não a repressão e o arbítrio que poderá resolver os problemas. A actuação irresponsável do MAP e do Governo acentuam a urgência de uma solução democrática para o impasse governativo. (ler Editorial e pág. 9)



A festa realizada no domingo na Cooperativa 1.º de Maio, em Avis, proporcionou a muitos milhares de visitantes uma visão clara e objectiva do que é realmente a Reforma Agrária.

Cooperativa 1.º de Maio: um exemplo da capacidade dos trabalhadores

Pág. 12

Um grande Partido profundamente ligado ao povo

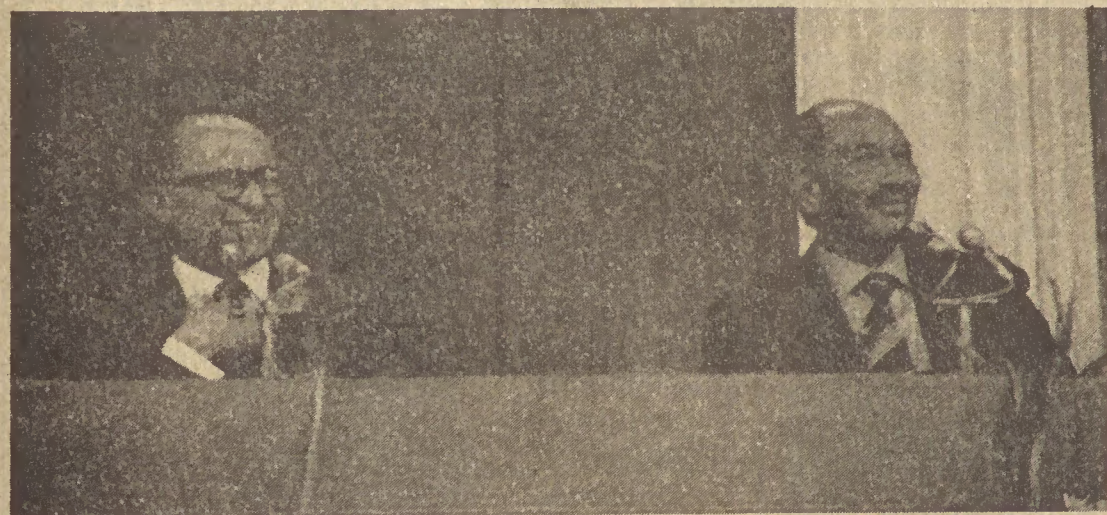
Páginais centrais



- Comícios: Jaime Serra em Silves, Octávio Pato em Sesimbra e Carlos Brito em Torres Novas
- Dirigentes comunistas tomam a palavra em festas populares
- Movimento dos Festivais da Canção Juvenil — uma iniciativa da UJC
- Agricultores de Maçussa ajudam a construir novo Centro de Trabalho
- Mais um Centro do PCP na serra algarvia
- Encontro em Lisboa sobre «Gestão Democrática no Ensino Secundário»

Líbano: um foco de provocação imperialista

Pág. 11



Sadat cede perante Begin, com o patrocínio de Carter: traição aos interesses árabes. Entretanto, e não obstante o cessar-fogo, o Líbano permanece como um perigoso centro de provocação do imperialismo, por intermédio das forças reacçãoárias internas.

Novo êxito da APU

Nas eleições antecipadas em S. Pedro de Fins, confirmaram-se tendências de voto já manifestadas em Mirandela: preocupante descida dos votos no PS e acentuada subida de votação no Povo Unido.

Pág. 8

PARA O FUTURO CERTOS DE VENCER



Pág. 7

A UJC arranca para a campanha dos 1500 contos

Editorial

PERIGOSOS FACTORES DE DETERIORAÇÃO POLÍTICA

A exorbitância, por parte do governo demitido do engenheiro Nobre da Costa, das funções que rigorosamente lhe são delimitadas pela Constituição – em particular a actuação arbitrária das equipas do MIT e do MAP – está introduzindo na crise governativa actual perigosos factores de deterioração política.

Não é possível desligar a súbita fúria de vergonhosas desintervenções ordenadas pelo MIT e de novas investidas do MAP contra a Reforma Agrária de toda a vasta manobra desestabilizadora da extrema-direita contra o regime democrático consagrado na Constituição.

O novo escândalo que é a desintervenção de Abel Alves de Figueiredo, de Santo Tirso, e as prepotências do sabotador Silva Reis contra os trabalhadores da Real Vinícola, as quais estão na base dos acontecimentos de anteontem em Vila Nova de Gaia, juntamente com o tom carregado de ameaças do comunicado do MAP contra as UCPs e a acção repressiva de Ervedal e Sobral da Adiga da qual acabam de nos chegar as primeiras notícias, são actos que objectivamente devem considerar-se em conexão com os maneios desestabilizadores do CDS, do PPD e outras organizações de extrema-direita para o protelamento indefinido de qualquer saída democrática da crise e para a criação de condições favoráveis a uma solução reaccionária do problema do governo.

A actuação arbitrária de um elenco governamental, que teve contra si, por razões diferentemente fundamentadas e opostas, três moções de rejeição do seu programa e que acabou por ser derrotado na Assembleia da República pela votação de uma delas, carece de legitimidade constitucional e de capacidade legislativa para pôr em prática uma política altamente controversa geradora de conflitos como a que na realidade está a ser praticada por certos departamentos do governo demitido de Nobre da Costa.

Urge pôr termo, através de uma solução democrática e negociada da crise, ao impasse governamental, habilmente aproveitado e alimentado pelas forças mais reaccionárias. Mas pior do que o vazio do poder, desejado pelos «milagrosos salvadores» da extrema-direita pró-fascista, é o prolongamento artificial de um governo irresponsável, sem base parlamentar e que concita contra si, pela sua acção governativa, de facto a favor do grande capital e dos latifundiários o profundo descontentamento e a indignação das camadas populares mais vastas.

O governo demitido e desautorizado do engenheiro Nobre da Costa não tem assegurado, como lhe compete e com a isenção que o seu

carácter precário lhe impunha, uma gestão eficiente e pronta nos negócios correntes do Estado.

Está a pisar um terreno que lhe é institucionalmente interdito e nisso está a sua maior condenação.

* *

A recusa ao diálogo com as forças democráticas mais representativas – em particular com o PCP – pelos dois partidos da extrema-direita com assento na Assembleia da República, a que deve acrescentar-se as ambiguidades, as incoerências e atitudes contraditórias do PS, estão a dificultar a solução desejável e no mais curto prazo dos principais problemas sociais e económicos do país no sentido favorável aos interesses populares mais largos e em primeiro lugar da questão do governo, nas alternativas propostas pelo Presidente da República.

Os estreitos horizontes de classe e a submissão ao imperialismo, principalmente daqueles dois partidos da extrema-direita legal, assim como as incompreensíveis demoras e limitações do PS quanto à necessidade de urgência de conversações com o PCP e outras forças democráticas com vistas a um acordo de política e de governo, arrastam perigosamente a solução da crise governativa.

É por demais evidente que certos círculos partidários responsáveis se preparam para tentar impor ao país um governo e uma política contrária à Constituição, dirigida contra o povo trabalhador, encaminhada para liquidação violenta do regime democrático e das conquistas de Abril.

Uma coligação declarada ou encapotada com o PSD ou o CDS ou com esses dois partidos em que o PS ficaria como parceiro minoritário seria uma fórmula intermédia para abrir o caminho ao controlo absoluto das forças da direita as quais encaminhariam rapidamente o país para uma situação antidemocrática favorável ao restabelecimento de uma nova ditadura reaccionária.

Uma tal fórmula ou qualquer outra que excluísse o PCP – a força mais representativa dos trabalhadores com uma larga influência entre os democratas portugueses – poria seguramente em prática um programa contrário aos interesses fundamentais do povo trabalhador e de Portugal democrático como nação independente.

É fora de dúvida que um tal governo não somente não resolveria mas antes agravaria os

problemas nacionais mais agudos, criados fundamentalmente pela política dos três governos anteriores.

Uma fórmula de governo baseada num acordo interpartidário de coligação aberta ou disfarçada com o PSD e CDS estaria condenada ao fracasso a curto prazo com novas e nefastas consequências para a estabilidade económica, política e social do país. Com ele se criaria o caldo de cultura para um novo reagrupamento das forças da direita em torno dos elementos mais reaccionários, inimigos jurados do 25 de Abril; com ele o nosso povo conheceria de novo a brutal exploração dos monopólios e do seu sistema de opressão política que escravizou Portugal durante quase meio século.

O fascismo está condenado pela História e pela experiência vivida do nosso povo. O fascismo não regressará jamais.

* *

«O fascismo não regressará jamais!» – proclamam dirigentes do PS alarmados com o recrudescimento das actividades conspiratórias das forças da direita pró-fascistas. É positivo que o PS se dê conta dos perigos que na hora actual ameaçam a democracia portuguesa.

Não basta, porém, gritar belos *slogans* ou assinalar abstractamente os perigos do fascismo.

O reconhecimento da gravidade da ameaça fascista implica que se encarem medidas práticas que a conjurem de facto.

Não se pode proclamar o desejo de levantar uma barreira contra os avanços e conspirações da direita e praticar a divisão no seio do movimento operário em alianças pontuais com as forças da direita e que conduzem e exprimem de facto uma aliança suicida com os partidos e sectores mais reaccionários da sociedade portuguesa.

A política do compromisso com a direita pode ser uma concepção estratégica da social-democracia ditada pela defesa dos interesses monopolistas e da política agressiva do imperialismo. Em Portugal uma tal política conduziria ao afundamento do PS como partido democrático e de esquerda e constituiria um perigo mortal para a democracia.

Enquanto nas fábricas e nos campos trabalhadores socialistas e comunistas e outros sem partido lutam ombro com ombro pelas suas reivindicações e direitos, contra as desintervenções, pela defesa da Reforma

Agrária, pela consolidação das liberdades, ouvem-se estranhas vozes em encontros e colóquios socialistas pregando a divisão do movimento sindical e nas autarquias locais onde o divisionismo, aliás, está colhendo derrotas sobre derrotas.

As positivas declarações de antifascismo implicam uma política consequente de entendimento e de unidade entre todos os democratas e patriotas, sobretudo entre socialistas e comunistas, significa da parte dos dirigentes do PS uma abertura nos actos e não só nas palavras para a cooperação e entendimento com todas as forças democráticas e em primeiro lugar com o PCP, impõe conversações urgentes para se chegar a um acordo de política e de governo entre os dois grandes partidos da esquerda que agrupam e mobilizam a imensa maioria dos portugueses.

* *

O PCP que já expôs claramente aquilo que considera os pressupostos institucionais e políticos para uma solução democrática da crise, tem manifestado com igual clareza a sua disponibilidade para assumir as suas responsabilidades num governo, seja na base de um acordo interpartidário ou na da permissão a militantes seus de participarem no elenco governamental, nas alternativas propostas pelo Presidente da República.

Depois dos actos arbitrários do governo demitido de Nobre da Costa, designadamente através do MAP e do MIT, maior importância assume a definição das linhas gerais do programa do futuro governo propostas pelo PCP.

Respeito pela Constituição, garantia efectiva das liberdades e direitos dos cidadãos; manutenção sem alterações dos limites entre as várias formações económicas; política económica e financeira voltada para a mobilização das energias e recursos nacionais e para o desenvolvimento da nossa economia; defesa e melhoria do nível de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias; diversificação das relações externas de amizade e cooperação com todos os países e povos sem prejuízo das relações tradicionais; defesa intransigente da independência e unidade nacionais e da integridade territorial – eis as grandes linhas programáticas propostas pelo PCP.

Todos os democratas e patriotas não podem deixar de sentir-se identificados nestes objectivos superiores e imediatos.

A RTP soma e segue...

No passado dia 4 a SIP do PCP distribuiu uma nota em que se afirmava:

1. Em declarações prestadas aos órgãos de comunicação social na passada terça-feira, à saída do Palácio de Belém, o Secretário Geral do PCP, Álvaro Cunhal, reafirmou ser a posição do Partido em relação à gestão do Governo Nobre da Costa, da «máxima abertura no sentido de reconhecer a necessidade de o Governo actual, ainda que demitido, seja operativo e pronto na gestão dos negócios públicos», acrescentando e lamentando de imediato que no entanto «o Governo

em vez de procurar resolver os problemas imediatos enverede pelo caminho de decisões que visam não propriamente a solução de problemas nacionais mas precisamente a resposta a interesses ou satisfação de interesses que consideramos ilegítimos em relação seja a empresas seja a terras como é o caso das desintervenções e o anúncio de novas reservas».

A RTP, na edição do Telexjornal das 20 horas desse mesmo dia, transmitiu tais declarações parcialmente, omitindo a crítica do PCP à prática do Governo e adulterando assim por completo

a posição do PCP em relação ao Governo Nobre da Costa. Trata-se, como é evidente, de uma manipulação da informação que não pode passar sem a devida denúncia e protesto do PCP.

2. O PCP reafirma que não se conforma com práticas de manipulação, deturpação e escamoteamento da informação por parte da RTP ou de qualquer outro órgão de comunicação social do Estado.

O PCP reclama da RTP a pronta e devida rectificação e reposição do conteúdo essencial da posição do PCP sobre este assunto, como única forma de reparação da deturpação

das posições do PCP perante a opinião pública a que a RTP procedeu. Não é apenas perante o PCP que a RTP está em falta: é perante o povo português que tem o direito de exigir à Televisão portuguesa uma informação objectiva e rigorosa.

Esta nota, repetimos, foi distribuída no dia 4. Desde então até cá, a RTP não tomou nenhuma iniciativa no sentido de repôr a verdade dos factos. Confirma-se assim (mais uma vez) que a deturpação das posições do PCP não resulta de um qualquer «lapso», mas de uma manobra deliberada de manipulação. A RTP soma e segue...

O PCP e os encontros interpartidários

1. Como é sabido, a Comissão Política do CC do PCP propôs recentemente a realização de encontros de informação acerca da crise do governo e das possíveis soluções a várias formações políticas, incluindo tanto aquelas com as quais o PCP realiza encontros e contactos regulares como outras que têm atitudes hostis para com o PCP.

2. A SIP do PCP informa que o CC do PCP recebeu respostas positivas do PS, do MDP e da UEDS, pelo que, em data próxima a fixar por entendimento com esses partidos, terão lugar os encontros propostos.

3. O PSD/PPD e o CDS responderam por escrito recusando os encontros de informação, confirmando assim a sua hostilidade às forças democráticas e que o seu objectivo real não é a busca duma solução para a crise e para os problemas nacionais mas a desestabi-

lização do regime democrático e soluções anticonstitucionais.

4. No que respeita à UDP, a SIP do PCP está autorizada a informar que a Comissão Política do CC resolveu cancelar a possibilidade do encontro proposto, dada a publicação no órgão oficioso desse agrupamento dum artigo provocatório acerca da carta enviada pelo PCP.

5. O PCP continuará incansavelmente os seus esforços no sentido de aproximar e unir todos os democratas para o combate à reacção, para a defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução, para tomar possível uma alternativa democrática ao actual Governo demitido, para a consolidação do regime democrático consagrado na Constituição.

Lisboa, 4 de Outubro de 1978

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

O «Avante!» na Festa do PCE

Nos dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro realizou-se em Madrid, na Feira do Campo, a segunda Festa anual do Partido Comunista de Espanha a que assistiram cerca de meio milhão de pessoas.

Durante três dias, no vasto recinto madrileño, milhares e milhares de pessoas participaram em diversas manifestações culturais, visitaram os *stands* das organizações do PCE – e puderam também encontrar as especialidades gastronómicas de toda a Espanha nos numerosíssimos restaurantes que constituíam o traço dominante da Festa.

O Palácio de Cristal, vasto pavilhão coberto da Feira, albergou igualmente os *stands* de numerosos Partidos Comunistas e movimentos revolucionários que levaram à Festa do PCE exposições e materiais sobre a vida e luta dos seus povos.

No domingo, dia 1, perante uma assistência que o «Mundo Obrero» calculou em 200 000 pessoas, realizou-se um comício em que usaram de palavra Simon Sanchez Montero, do Comité Central do PCE, Santiago Carrillo, secretário-geral do Partido, e Dolores Ibarruri, presidente do partido Comunista de Espanha.

O «Avante!» – que contou na sua última Festa com a presença de um pavilhão e de uma delegação do «Mundo Obrero» – esteve presente na Cidade Internacional da segunda festa do PCE com um *stand* que foi visitado por milhares de pessoas que tiveram ocasião de conhecer uma exposição documental sobre a actividade do PCP e de encontrar numerosos materiais do nosso Partido. O órgão central do PCP foi representado pelo camarada Ruben de Carvalho, chefe de redacção do «Avante!».

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes – Lisboa-4. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes – Lisboa-4. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Central: Rua Pedro Nunes, 9-A – Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B – Porto. Tel. 26936.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. – Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Enxa, 6 – Coimbra. Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 – Santarém. Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A – Setúbal. Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcaçova de São, 13 – Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: CDL Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 – Lisboa-1. Tel. 763701.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A – Lisboa-1. Tel. 41787. Composto e Impressão na Heika Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – Amadora.

Tiragem média do mês de Setembro: 73 537



CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO LENINISMO

n.º 19

pequena biografia de



FRIEDRICH ENGELS

por EVGUÉNIA STEPÁNOVA

CDL a distribuição

LENINE E A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Albert Williams

O testemunho da queda do antigo regime e da vitória da grande revolução russa numa descrição do jornalista Albert Williams que assistiu à marcha triunfante do poder soviético em todo o país.



O CDS no atentado de Porto Santo

Como é do domínio público, ocorreu em Porto Santo, no dia 23 de Agosto, um atentado bombista de que resultou a morte do seu autor, Rui Figueira da Silva, vice-presidente da Juventude Centrista madeirense, que não conseguiu escapar à deflagração.

A explosão provocou a destruição de uma viatura abandonada há cerca de um ano, propriedade de Jorge de Freitas, elemento do PPD/PSD que fora recentemente nomeado delegado do Governo Regional da Madeira e Porto Santo. Mas há sérios indícios de que o alvo do atentado era o carro do presidente da Câmara de Porto Santo, José Góis Mendonça, militante do Partido Socialista, cuja viatura se encontrava estacionada a escassos metros do local da explosão.

Até hoje quase não se falou mais no assunto, sendo notório o propósito de abafar o processo e proteger os verdadeiros responsáveis.

O CDS metido no atentado

Em comunicado publicado em 30 de Agosto, a Comissão Executiva Regional do CDS da Madeira, admitindo embora que o autor do atentado era militante daquele partido e vice-presidente da Juventude Centrista da Madeira, insurge-se contra os que mandam colocar bombas depois de aliciarem para os seus fins criminosos

juvens sujeitos a serem vítimas da sua ingenuidade e inexperiência, insinuando assim que o autor do atentado teria agido por influência de terceiros.

Não é a primeira vez que o CDS, para cobrir a face, se dessolidariza dos atentados que a sua própria gente pratica.

Tal foi o caso do que se passou poucos dias depois das primeiras prisões de indivíduos ligados à rede bombista, alguns dos quais directamente conotados com o CDS.

Assim, a secção do CDS da Póvoa do Varzim reúne-se em 7 e 9 de Agosto de 1976 para decidir a expulsão do partido de Manuel Ramos Teixeira Gomes e José Manuel Gomes da Costa, delictos, na altura, em Caxias e que tinham participado como delegados do CDS na assembleia de voto, no decorrer das eleições para a Assembleia da República.

Tal foi o caso do comunicado que a Comissão Política do CDS toma público a 13 de Agosto de 1976 e no qual afirma que sempre se manifestou em favor de uma firme intervenção das autoridades responsáveis no combate à criminalidade, à violência e ao terrorismo.

O mesmo comunicado declara ainda: Nenhum dos indivíduos recentemente presos, no processo de averiguações em curso, é ou foi filiado do CDS.

No caso concreto do que se passou em Porto Santo, também o CDS dos Açores procurou «passar a bola».

Aproveitando o facto de a imprensa local apenas referenciar a Juventude Centrista pelas iniciais J. C., logo nas paredes surgiram pichagens onde se podia ler: JC=Juventude Comunista.

No atentado de Porto Santo, rressalta, com evidência, que o CDS se encontra comprometido até à ponta dos cabelos.

Não é um facto ocasional que o autor não tenha sido apenas um qualquer inscrito no CDS mas o vice-presidente da Juventude Centrista. Difícil é de admitir que pessoa com tanta responsabilidade possa entrar em tais actividades criminosas contra a orientação e sem apoio directo do seu partido.

Mas não só isso. Além do autor vitimado ser do CDS, organizações e actividades próximas do CDS e outros elementos do CDS aparecem respectivamente relacionados e presumivelmente implicados nas actividades terroristas e na preparação do atentado.

CDS, FLAMA, CDU & C.

O Rui Figueira da Silva era de há muito apontado como um elemento da rede bombista da FLAMA, organização separatista madeirense, que não é mais do que o braço ilegal da acção do PPD e do CDS.

Entre os campos de treino dos terroristas da FLAMA falava-se muito, no Funchal, numa propriedade situada na fre-

guesia de Santo da Serra, propriedade de uma senhora estrangeira. No verão de 1977, o Rui teria estado em «férias» nessa propriedade, despertando desde logo suspeitas de estar a ser engrenado na rede terrorista.

Pela mesma altura foi visto muitas vezes acompanhando um tal Eduardo Mendonça, conhecido como um dos responsáveis da FLAMA. Foi também visto privando com um alemão que se dizia representante de um chamado «Instituto Democracia e Liberdade», organismo afecto ao CDS e subsidiado pela Fundação Konrad Adenauer, ligada ao CDU da RFA. Pode dizer-se que uma fundação de carácter político nada tem a ver com terrorismo. Mas, surpreendentemente, o tal alemão, em vez de fazer propaganda dos princípios da democracia e da liberdade, distribuía prodigamente «sprays» de gás paralisante...

Outros elementos do CDS comprometidos

Segundo testemunhas oculares, quatro dias antes do atentado e um dia antes da partida para Porto Santo, o Rui foi visto junto à sua casa no interior de um «Porsche» vermelho de um tal Alirio Paulo Fernandes, também conhecido militante do CDS e ligado à FLAMA, que recentemente se suicidou depois de ter sido preso pela segunda vez. A sua primeira detenção ocorrera no ano transacto para averiguação da

sua presumível implicação numa rede bombista.

Não deixa de ser importante recordar o facto, noticiado pela Imprensa, que o Rui, que deveria regressar ao Funchal no dia 22 de Agosto, confidenciara a um amigo ser sua intenção ficar mais um dia em Porto Santo, seguindo depois no navio-motor «Pirata Azul», propriedade do Governo Regional (recordamos que o atentado se deu no dia 23).

Parece também estar provado que, quando o Rui partiu para Porto Santo, quatro dias antes do atentado, era acompanhado por um outro jovem das Juventudes Centristas, Duarte Rodrigues dos Santos.

Ora há quem diga, na Madeira, que o Duarte foi visto perto do local no próprio momento da explosão.

O Rui era jovem. O Duarte é outro jovem de 16 anos. Certamente mais responsáveis do que um e outro são os dirigentes das tenebrosas redes terroristas e das forças políticas que lhes estão por detrás orientando, inspirando, decidindo, comandando.

Quais são os poderes ocultos que impedem que seja investigado o crime e descobertos e punidos os responsáveis?

Acrescente-se que as novas ameaças da FLAMA relacionadas com o suicídio do Alirio, e o próprio facto de este ter posto termo à vida, reforçam a necessidade de que as investigações vão até ao fundo do problema.



Em vários pontos do país o 5 de Outubro comemorou-se em amplas e entusiásticas iniciativas unitárias, como foi o caso do Funchal, onde a um jantar com 250 democratas de todas as tendências se seguiram diversas intervenções e a aprovação de uma significativa moção

As comemorações do 5 de Outubro

Há 68 anos, o país virava uma importante página da sua História. Para trás ficava o período monárquico, surgindo novas perspectivas de desenvolvimento e progresso. Atrasada no tempo, a República Portuguesa dava os seus primeiros passos. Estava-se em 1910. Em vários pontos do globo tinham já ocorrido importantes movimentos revolucionários que, apoiados pelas massas populares, revelavam grandes mudanças e profundas alterações em todos os aspectos da vida política, social, económica e cultural.

Apoiado pelas classes trabalhadoras e liderado pela burguesia desejava de novas condições nunca toleradas pela monarquia, o movimento revolucionário de 5 de Outubro de 1910 trouxe consigo as aspirações e os objectivos dos que sentiram a necessidade absoluta de proporcionar ao país novos caminhos. Palco de uma luta de classes que se foi agudizando à medida que surgiam as tomadas de posição contra o operariado, o regime saído da Revolução Republicana foi caracterizado por crises e antagonismos que se sucederam ao longo de 16 anos.

Aos erros e contradições do Poder republicano, foi o fascismo a buscar o «argumento» para o 28 de Maio de 1926, início do negro período de quase meio século de ditadura fascista. Durante o fascismo, as comemorações do 5 de Outubro foram sempre jornadas de luta contra o colonialismo, contra as torturas, contra as perseguições. Nas romagens aos túmulos dos heróis republicanos que então se efectuaram ouviam-se gritos de «Viva a República!», «Abaixo o fascismo!», «Viva a Liberdade!», entre outras palavras de ordem que reflectem a firme disposição dos que sempre se opuseram à ditadura fascista.

Chegou o 25 de Abril e com ele a possibilidade de se

comemorar em liberdade e paz a implantação da República, facto que ocorreu pela quinta vez e que se caracterizou pela realização de várias cerimónias oficiais um pouco por todo o país.

Em Lisboa, o Presidente da República depositou uma coroa de flores na base do monumento a António José de Almeida, nas Avenidas Novas, num gesto de homenagem aos homens que se distinguiram na Revolução de 5 de Outubro de 1910. Assistiram ao acto, que teve honras militares, o Primeiro-Ministro, representantes dos partidos com assento na AR e elementos do CR, entre outras personalidades. Diversos representantes dos Centros Republicanos também colocaram flores no referido monumento. Ainda no âmbito das comemorações oficiais do 5 de Outubro, decorreu na Praça do Município da capital uma cerimónia promovida pela Câmara em que estiveram presentes conhecidas figuras dos meios políticos e militares. Após as honras militares e a entoação do Hino da Maria da Fonte pelo Coro do Pessoal da CML, o presidente do município, eng.º Aquilino Ribeiro Machado, fez um discurso sobre a data de 5 de Outubro. Falando da varanda dos Paços do Concelho, onde há 68 anos foi proclamada a República, o presidente da CML dizia a dada altura do seu discurso, aplaudido por centenas de populares, que «homenagear o 5 de Outubro é dizer também que não poderá haver outro 28 de Maio, porque o povo não o consentirá».

Ainda em Lisboa, decorreu no Centro Escolar Republicano Fernão Botto Machado uma sessão em que foram evocados os episódios históricos mais salientes do 5 de Outubro. Presente na sessão, entre outras personalidades, o único militar ainda vivo participante nos combates da Rotunda no dia 5 de Outubro de 1910, coronel Manuel Correia. Por iniciativa dos Centros Republicanos, a data foi também assinalada

com uma romagem aos túmulos dos republicanos no cemitério do Alto de S. João, com a presença de centenas de pessoas. A romagem foi promovida por uma comissão constituída pelo prof. Luís Dias Amado, António Lomelino, dr. Ramon de la Féria, Alcina Bastos, José Garrido, Leopoldo Xavier Rodrigues e José Raimundo Seara.

As cerimónias comemorativas da efeméride no Porto iniciaram-se com o içar da Bandeira Nacional na Praça Humberto Delgado. Durante a manhã, efectuou-se uma romagem ao cemitério do Prado do Reposo, junto do Monumento aos Vencidos do 31 de Janeiro. Além de centenas de pessoas anónimas, participaram nesta romagem o governador e o vice-governador civil, o presidente da Câmara Municipal e outras conhecidas personalidades como Rui Luís Gomes e Virgínia Moura. Decorreu igualmente uma outra romagem, esta ao cemitério de Agramonte, à campã do coronel Helder Ribeiro, combatente da Rotunda e membro de vários governos da República.

O 5 de Outubro de 1910 foi também assinalado, através de cerimónias promovidas por entidades oficiais, órgãos autárquicos e organizações unitárias, em Aveiro (onde se realizou uma sessão com o historiador Victor de Sá), Figueira da Foz, Alenquer, Guarda, Évora, Funchal, Coimbra, Guimarães, Setúbal, etc.

Em várias localidades, as organizações do nosso Partido apelaram à participação de militantes, simpatizantes e da população em geral nas comemorações oficiais, como por exemplo em Santarém e na Chamusca. Nesta última localidade, a secção do PS e o Secretariado da Comissão Concelhia da Chamusca do PCP efectuaram uma reunião conjunta na qual concordaram em unir esforços a fim de que o aniversário da implantação da República fosse comemorado com grande participação popular.

O Socialismo e os países em vias de desenvolvimento – a experiência portuguesa

analisadas as situações e experiências concretas em diferentes países, bem como os aspectos da crise geral do sistema capitalista, da acção do imperialismo e, ainda, da exploração e opressão dos países do chamado Terceiro Mundo.

Procedeu-se à análise – prosseguiu Manuel Gusmão – das premissas objectivas e subjectivas internas e externas na perspectiva do socialismo nos países em vias de desenvolvimento e das dificuldades que se colocam a esses países na luta pela independência nacional e pelo desenvolvimento não-capitalista.

Especial relevo mereceu o papel da solidariedade internacionalista dos países socialistas e dos partidos operários do mundo capitalista – acrescentou ainda o deputado do PCP.

Manuel Gusmão apresentou uma comunicação subordinada ao tema «Quatro Correlações na Revolução Portuguesa» e, sobre ela, declarou-nos: Na minha intervenção procurava analisar algumas lições da experiência portuguesa, quer na fase ascensional da Revolução, quer na actual fase de luta pela consolidação do sistema democrático-constitucional e das conquistas que são suas componentes. Assim, foi abordada a correlação entre a liberdade e a democracia e as transformações económicas e sociais produzidas pela Revolução, a correlação entre estas transformações de carácter estrutural e o desenvolvimento económico e social independente, a correlação entre a luta pela independência nacional e a solidariedade

internacionalista e, finalmente, a correlação para a qual convergem as anteriores, que é a correlação entre democracia e socialismo.

Esta iniciativa – disse-nos mais adiante o representante do PCP – foi importante porque mais uma vez ficou claro que os países do chamado Terceiro Mundo não são homogêneos do ponto de vista da sua estrutura de classes, do desenvolvimento das forças produtivas e dos respectivos sistemas políticos.

E acrescentou: Através das diferenças de opinião teóricas, metodológicas e, até, políticas, ficou no entanto clara a possibilidade e mesmo a necessidade dos países que se libertem do colonialismo e, de um modo geral, dos países em vias de desenvolvimento, optarem pela via de desenvolvimento não-capitalista e pela orientação socialista como solução para a consolidação da sua independência nacional e para assegurar o desenvolvimento económico e social independente.

E a concluir o seu depoimento, o camarada Manuel Gusmão referiu: Finalmente, ficou também claro que o aparecimento do sistema socialista como sistema mundial e a consequente e posterior alteração de forças a nível mundial são condições favoráveis à luta dos povos pela sua emancipação económica, social e nacional. Igualmente ficou clara a importância e o papel do movimento dos países não-alinhados e a necessidade da luta por uma nova ordem económica internacional.

Madeira: grave situação política e social

No início deste mês teve lugar no Funchal uma reunião da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira (DORAM) do PCP em que foi analisada a evolução da situação política nacional e regional.

No comunicado divulgado após a reunião, referindo-se à situação política nacional, a DORAM considera que na actual crise em que se encontra o país crescem os ataques à democracia por parte das forças reac-cionárias, as quais redobram as manobras desestabilizadoras, tentam a paralisação dos órgãos de soberania para criar o vazio do poder e pretendem a revisão da Constituição, ultrapassando os próprios limites constitucionais.

Nesta situação – prossegue o documento da DORAM – assumem extrema importância as propostas da recente reunião do CC do PCP que, tendo em conta as alternativas colocadas pelo Presidente da República, são bem demonstrativas do empenhamento do PCP para a solução da crise e a sua determinação na defesa do regime democrático.

As promessas do PPD...

Detendo-se em seguida na situação que se vive na Madeira, o comunicado da DORAM começa por denunciar uma vez mais a acção do PPD/PSD e do seu mais alto responsável na Madeira, Alberto João Jardim, presidente do governo regional.

Depois de referir que os insultos às Forças Armadas, os apelos à revisão da Constituição, a intriga e a baixa provocação têm sido as notas dominantes das declarações daquele dirigente do PPD, o documento da DORAM sublinha em seguida:

As demagógicas declarações triunfalistas do presidente do governo regional sobre as «maravilhas» e «realizações» do seu governo tentam desesperadamente esconder à população o fracasso das promessas feitas. No entanto, para lá das promessas a imagem que o governo regional apresenta aos olhos da população é a da incompetência.

O desprezo absoluto pelos justos direitos dos caseiros

Referindo-se aos problemas actuais da agricultura madeirense e à situação dos que trabalham a terra, a DORAM considera muito grave o facto de ainda não se ter feito justiça aos direitos dos caseiros e de ainda estar por solucionar o problema da colónia, assim como outras situações de flagrante injustiça, designadamente a dos pequenos agricultores, trabalhadores agrícolas e meeiros. Os aumentos dos guanos, dos pesticidas e das águas de rega (que estão nas mãos de particulares), são algumas das causas que têm contribuído para o crescente

agravamento da situação em que se encontram os madeirenses que trabalham a terra.

A DORAM alerta para o facto de no próprio governo regional e entre os seus apoios mais directos existirem senhores, que, naturalmente, não estão interessados em perder os seus interesses exploradores.

O desinteresse por soluções concretas ficou uma vez mais demonstrado com a intervenção do governo regional no caso da cebola do caníço, intervenção lesiva dos direitos dos agricultores e dos interesses da economia nacional.

Mais de 10 por cento da população activa no desemprego

A situação no sector no trabalho agrava-se. Ao aumento constante do custo de vida não correspondem os aumentos de salários. A DORAM condena energeticamente a actuação da secretária regional do Trabalho, denunciando-a como apenas servindo os interesses do patronato. Por outro lado, o documento dos comunistas da Madeira salienta que os atrasos e dificuldades na publicação dos contratos colectivos, a recusa em aceitar contratos colectivos de trabalho nacionais, como na Hotelaria, Panificação, Metalurgia, etc. e o apoio à criação de sindicatos regionais e paralelos têm por objectivo diminuir os direitos e regalias dos

trabalhadores da Madeira em relação aos do continente.

Mas a situação do mundo do trabalho na Madeira caracteriza-se ainda por outros aspectos não menos preocupantes. Refere, a propósito, o documento da DORAM:

Na Madeira mais de 10 por cento da população activa está desempregada. A fábrica de conservas de Porto Santo continua encerrada. A de Machico fechou mais um mês. Os trabalhadores da Sociedade Mercantil não recebem salários há oito meses. Na Construção Civil os pagamentos dos ordenados são feitos com grandes atrasos. Os trabalhadores da Fábrica de Borracha prosseguem a luta pela defesa dos seus postos de trabalho. Aumentam num ritmo impressionante os contratos a prazo em todos os sectores.

As manobras dos caciques

Entretanto, os direitos e as liberdades democráticas continuam a ser pura e simplesmente espeznados pelo governo regional e por toda a camarilha que domina a região. O separatismo permanece beneficiando do silêncio e cumplicidade do PPD/PSD, do CDS e do governo regional. O borbismo continua a ser uma ameaça para a democracia e para os democratas – denuncia o comunicado da DORAM, que, mais adiante, refere:

Exposição em Évora sobre Tarrafal

No Palácio de D. Manuel, em Évora, realiza-se hoje um colóquio sobre o campo de concentração do Tarrafal, sendo ainda exibido um filme.

Esta iniciativa integra-se na exposição que, naquela cidade, estará patente até ao dia 15, integrando material fotográfico e documental sobre o que era chamado o «Campo da Morte Lenta». A exposição estará aberta das 15 às 23 horas, aos sábados e domingos, e nos restantes dias, das 18 às 22 horas.

João Faria Borda que, juntamente com Miguel Russel e José Calado, todos sobreviventes do Tarrafal, participou na conferência de Imprensa realizada no local onde a exposição decorre fez questão em salientar que os objectivos da iniciativa se destinam a «que o Povo português não esqueça o que foi o Tarrafal».

A exposição estará patente, a seguir, na Amadora, Torres Vedras, Covilhã e Castelo Branco.

Julgamento dos assassinos de Delgado

Quatro anos e meio após o 25 de Abril, só agora começou o julgamento dos criminosos da Pide implicados no assassinio do general Humberto Delgado.

A primeira audiência do julgamento, em que apenas estão presentes como réus os «pides» Silva Pais, Pereira de Carvalho e Agostinho Tienza, realizou-se na segunda-feira. A revelia, por terem fugido para o estrangeiro, são julgados os «pides» Rosa Casaco, Barbieri Cardoso, Ernesto Ramos e Casimiro Monteiro.

Catorze anos depois do assassinio do general Delgado os primeiros passos começam a ser dados para repor a justiça e revelar a verdade de um crime que, na época, causou sensação, apesar dos esforços do regime fascista de Salazar em abafar o acontecimento.

A primeira audiência começou. Silva Pais, o carrasco que durante anos e anos dirigiu a tenebrosa organização, prestou declarações. Como os seus colegas anteriormente julgados (?) todo ele é «inocência», todo ele são «boas intenções».

Esta imagem de candura que os «pides» apresentam nos tribunais conhecemo-la bem depois que a Revolução de Abril suprimiu para sempre o terror fascista. Mas também conhecemos uma outra imagem dos «pides», quando arrogantes do seu poder ilimitado torturavam, batiam, massacravam, intimidavam, escarneciam e... matavam. Porque a Pide matava.

O julgamento começou. A verdade do crime praticado pela Pide tem de ser conhecida por completo. Exige-o o povo português, exigem-no todos os demo-



Silva Pais, director da PIDE: após as suas declarações só lhe faltam as asas para parecer um «anjinho»

cratas. E justiça tem de ser feita. Mesmo passados catorze anos, o acto de justiça é tão importante como os «pides» se tivessem deslocado ontem a Vila Nueva

del Fresno, na raia, para assassinar o general Humberto Delgado. Exige-o a democracia que vivemos e que a Pide ajudou a amodagar.

Semana

3
Terça-feira

1773 — Nasce Pina Manique, célebre intendente das Polícias durante o tempo do Marquês de Pombal e também no reinado de D. Maria I.

4
Quarta-feira

Toma posse o novo comandante distrital da PSP de Coimbra, tenente-coronel Oliveira Castro. ■ São conhecidos os resultados das eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa, que dão a vitória à lista unitária, por uma esmagadora maioria. ■ Em plenário, os trabalhadores da «Empresa de Louças de Valongo» decidem passar a novas formas de luta contra a decisão da administração que suprimiu o subsídio de produção. ■ A União dos Sindicatos das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria repudia a greve dos pilotos e pessoal de voo da SATA. ■ Assinalando o aniversário do 5 de Outubro, o Partido Socialista realiza um comício no Pavilhão dos Desportos. ■ Uma nota da SIP do PCP revela que em relação à UDP «a Comissão Política do Comité Central resolveu cancelar a possibilidade do encontro proposto, dada a publicação no órgão oficioso desse agrupamento de um artigo provocatório acerca da carta enviada pelo PCP».

5
Quinta-feira

1810 — A República é implantada, correspondendo ao anseio da esmagadora maioria do povo português.

O 68.º aniversário da implantação da República é comemorado em todo o país. O Presidente da República, general Ramalho Eanes, depõe uma coroa de flores junto à estátua de António José de Almeida, em Lisboa. ■ Os trabalhadores da Soda-Póvoa paralisam como forma de luta pela actualização das tabelas salariais. ■ Octávio Pato, num comício em Sesimbra, declara: «Qualquer solução democrática da crise terá de contar obrigatoriamente com a cooperação ou apoio dos trabalhadores e do movimento popular de massas, o que é inseparável da opinião, da influência e do papel do PCP». ■ Na 11.ª Conferência Regional da FAO, a decorrer em Lisboa, é aprovada uma resolução que aponta o propósito de a Conferência Mundial sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, a realizar em 1979, «ter como objectivo suprimir a miséria nos campos, aumentar a produção nas zonas rurais e dinamizar a participação das populações».

6
Sexta-feira

1143 — Em Zamora, é oficialmente reconhecido o direito à independência do Condado Portucalense, tendo como primeiro rei D. Afonso Henriques.

No prosseguimento das suas reuniões com os partidos, o Presidente da República, general Ramalho Eanes, recebe as delegações do PPD e do PS. ■ O Primeiro-Ministro, engenheiro Nobre da Costa, manifesta-se disposto a repensar a questão da empresa ECRIL, recentemente desintervencionada. ■ No quartel da Polícia do Exército, no Funchal, suicida-se Alino Paulo Fernandes, suspeito de estar implicado na actividade terrorista da FLAMA. ■ Devido a «problemas técnicos e financeiros» o semanário «Opção» suspende a sua publicação.

7
Sábado

1945 — É criado o Movimento de Unidade Democrática (MUD) que encabeça a luta unitária de toda a oposição ao regime salazarista, no plano legal.

A Cooperativa 1.ª de Maio, de Avis, promove uma grande festa para comemorar a inauguração da mais moderna vacaria da Reforma Agrária e que consiste num conjunto de quatro estábulo, com capacidade para 400 vacas e instalação de ordenha mecânica dotada das últimas inovações. ■ O 3.º Juízo da Comarca de Lisboa aceita a providência cautelar interposta pelo presidente do PDC, almirante na reserva Pinheiro de Azevedo, relativamente à intenção de Valdez dos Santos de realizar uma reunião de contestação à liderança do PDC. ■ Num festa-conívio realizada em Braga, Mário Soares classifica os dois anos de Governo da responsabilidade do PS, e também do CDS, como «ensaio geral daquilo que iremos fazer quando (...) o povo de Portugal exigir mais uma vez que sejamos governo deste país».

8
Domingo

1975 — A Indonésia invade Timor.

Na freguesia de S. Pedro Fins, a Aliança Povo Unido recolhe 106 votos contra os 74 das eleições anteriores, conseguindo três lugares para a Assembleia de Freguesia. O PS, na ausência do PPD que não concorreu às eleições, muito embora tivesse obtido o primeiro lugar nas anteriores — alcança 6 lugares. ■ No final do colóquio sobre autogestão, que promoveu, o PS informa que apresentará, brevemente, na Assembleia da República, legislação sobre as sociedades autogestivas. ■ Em Braga, milhares de trabalhadores festejam o oitavo aniversário da CGTP/Intersindical.

9
Segunda-feira

1261 — Nasce D. Dinis que durante o seu reinado, proibiu as usurpações de terras feitas pelas classes dominantes (nobreza e alto clero).

O matutino «o diário» publica uma entrevista com o camarada Alvaro Cunhal, na qual o secretário-geral do PCP salienta que a participação do PCP «no Governo tomou-se cada vez mais evidente para amplos sectores da população portuguesa». ■ Próximo de Gouveia, deflagra um violento incêndio que 11 corporações de bombeiros combatem. ■ A Federação dos Sindicatos do Mar alerta para a política governamental que poderá motivar o aumento do preço do peixe. ■ Discursando no acto de posse do novo Chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Sousa Leitão, o Presidente da República declara: «Há que afirmar, com honestidade e clareza, que em democracia não pode haver exércitos revolucionários — nem sequer exércitos progressistas, assim como não pode haver exércitos conservadores. ■ Os trabalhadores em greve da Soda-póvoa denunciam a tentativa de «lock-out» ansaiada pela administração da empresa. ■ Começa em Lisboa o VII Congresso Mundial de Psiquiatria Social. ■ Inicia-se o julgamento dos assassinos do general Humberto Delgado. ■ Os trabalhadores da Sorelame decidem, em plenário, a paralisação diária de quatro horas, até que a administração aceite o seu caderno reivindicativo. ■ Uma nota do MAP, do demitido III Governo, ressuscita a política de intimidação de Barreto e Portas.

10
Terça-feira

1946 — Revolta da Mealhada contra o regime fascista de Salazar.

São readmitidos pelo Conselho de Gerência do «Diário de Notícias» cinco jornalistas suspensos após o 25 de Novembro. ■ A Assembleia da República começa a discussão e a votação na especialidade da Lei das Finanças Locais. ■ Chega a Lisboa o ministro das Relações Exteriores da República Popular de Angola, Paulo Jorge, que se avista com o seu homólogo português, Correia Gago. ■ A Federação dos Sindicatos Ferroviários alerta para a grave situação criada pelo pagamento tardio aos funcionários da CP. ■ Lutando pelo cumprimento da PRT do sector os trabalhadores da «Tabopan» paralisam.



Os Comunistas na Assembleia da República

A lei das finanças locais, finalmente!

Na 101.ª reunião plenária da II Sessão Legislativa e a escassos 7 dias da abertura da Assembleia da República para a III Sessão Legislativa da I Legislatura, iniciou-se finalmente a discussão e votação na especialidade do diploma relativo às finanças locais.

Passavam já alguns minutos das 18 horas da passada terça-feira, quando o Presidente Vasco da Gama Fernandes pôs à discussão dos deputados presentes — pouco mais de 140 — o Artigo 1.º do texto apresentado ao plenário pela Comissão de Administração Interna e Poder Local, que deu assim por findos os trabalhos que vinha desenvolvendo desde que este órgão de soberania foi convocado para uma sessão suplementar de trabalho, precisamente com o objectivo de aprovar na

especialidade a Lei das Finanças Locais.

Quando o Presidente da AR, eram cerca de 20 horas, deu por encerrados os trabalhos desse dia, os deputados tinham aprovado 9 dos 26 artigos que compõe o articulado da lei das finanças locais, tendo portanto ficado para ontem a apreciação e votação de mais 17 artigos.

Dos 9 artigos aprovados na sessão da passada terça-feira, 5 foram-nos por unanimidade: os relativos à autonomia financeira das autarquias, aos princípios orgânicos, às receitas municipais e das freguesias e ao âmbito dos investimentos.

Quando aos restantes quatro artigos — relativos à participação dos municípios nas receitas fiscais, às percentagens globais das participações, aos critérios de

repartição das participações e à participação das freguesias nas receitas municipais — todos eles foram aprovados com os votos do PS, PPD e CDS. No caso da participação dos municípios nas receitas fiscais, a aprovação verificou-se com a abstenção dos deputados comunistas, que tinham apresentado uma solução alternativa que foi derrotada.

Enquanto que o texto que acabou por fazer vencimento estipula que constituem

participação dos municípios nas receitas fiscais a totalidade do produto da cobrança da contribuição predial rústica e urbana, do imposto sobre veículos, do imposto sobre serviço de incêndios e do imposto de turismo, bem como uma participação no produto do imposto profissional, do imposto complementar, do imposto sobre a aplicação de

capitais, do imposto sobre sucessões e doações, do imposto de sisa e da contribuição industrial, além de uma participação nas outras receitas do fundo de equilíbrio financeiro, o texto proposto pelo Grupo Parlamentar do PCP estabelecia que a participação dos municípios nas receitas do Estado não seria inferior a 20 por cento do total das despesas correntes e de capital previstas no Orçamento Geral do Estado.

Defendendo a proposta comunista — não rejeitando embora totalmente a que vinha a ser adoptada, e daí a abstenção — o deputado Veiga de Oliveira esclarecia que ela visava assegurar uma melhor distribuição e recuperar atrasos, combatendo ainda situações de privilégio que não são admissíveis.

No que toca ao artigo relativo

às percentagens globais das participações, o Grupo Parlamentar do PCP absteve-se, tendo uma proposta sua de alteração sido previamente retirada, uma vez que se encontrava já prejudicada pela votação anteriormente ocorrida.

O PCP opôs-se à aprovação do artigo relativo aos critérios de repartição das participações uma vez que, segundo depois declarou o deputado Carlos Brito, o seu articulado terá como consequência acentuar as desigualdades regionais.

Finalmente, a Assembleia da República pôe assim cobro a uma situação que desde há muito vinha levantando um coro de justificado protesto por parte de esmagadora maioria dos órgãos autárquicos: a inexistência de uma lei das finanças locais.

A sessão da passada terça-feira seria ainda assinalada com uma declaração política do PCP, proferida pelo deputado Jerónimo de Sousa, sobre as limitações da competência do Governo demitido de Nobre de Costa e algumas das suas recentes acções, que estão claramente fora da órbita da sua competência — tal é o caso das desintervenciones na Ecnrl, na Eca, na Real Vinícola, na Companhia Velha e na Abel Alves de Figueiredo, e ainda a decisão anunciada pelo MAP de proceder à entrega de reservas na zona da Reforma Agrária. (Ver Intervencões).

No início da sessão, o presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, anunciou a abertura da III Sessão Legislativa para a próxima terça-feira, dia 17, às 15 horas.

Intervencões

«Medida ruinosa no plano económico e desestabilizadora no plano social»

(...) O objectivo da declaração política que nos propomos fazer visa relembrar de novo a questão dos limites da competência do Governo demitido e da gravidade de algumas das suas mais recentes decisões.

Toda a gente sabe, e nós deputados melhor que ninguém, que o Programa e o Governo do eng.º Nobre da Costa foram inequivocamente rejeitados nesta Assembleia.

Era por isso de esperar que o Governo assim demitido, tivesse saído da conta estas preocupações patéticas, que também as preocupações de todos aqueles que querem ver solucionados os verdadeiros factores da crise. A nota oficiosa emitida pelo MAP e publicada nos jornais de hoje mostra que o Governo demitido insiste em preterir o prosseguimento do caminho de exceder os limites da sua competência. O anúncio da aceleração da entrega de reservas (enquanto se esquecem medidas de gestão corrente, como a abertura de créditos, apoio técnico, etc., fundamentais para a campanha agrícola que se aproxima) é uma opção política que não cabe na competência do Governo demitido e que só pode merecer vivo repúdio e firme oposição.

Aproveitando muito mal a lição desastrosa que o I e II Governo e a economia do país ruinosamente colheram da prática de uma política destinada a servir os interesses do grande capital e dos grandes agrários, e por isso contrária aos interesses nacionais, o Governo do eng.º Nobre da Costa parece não hesitar na adopção dos mesmos métodos, fechando irresponsavelmente os olhos às graves consequências que daí resultam.

O Governo demitido do eng.º Nobre da Costa, ao tomar a decisão de desintervencionar

nacionais, defendemos a gestão eficiente mesmo por um Governo demitido e expressamos o propósito de não criar dificuldades ao Governo demitido, desde que este se mantivesse dentro dos limites da sua competência e não tomasse decisões em questões de fundo e particularmente conflituosas.

Contudo, o Governo demitido parece apostado em fazer orreias mansas e a não ter em conta estas preocupações patéticas, que também as preocupações de todos aqueles que querem ver solucionados os verdadeiros factores da crise. A nota oficiosa emitida pelo MAP e publicada nos jornais de hoje mostra que o Governo demitido insiste em preterir o prosseguimento do caminho de exceder os limites da sua competência. O anúncio da aceleração da entrega de reservas (enquanto se esquecem medidas de gestão corrente, como a abertura de créditos, apoio técnico, etc., fundamentais para a campanha agrícola que se aproxima) é uma opção política que não cabe na competência do Governo demitido e que só pode merecer vivo repúdio e firme oposição.

Aproveitando muito mal a lição desastrosa que o I e II Governo e a economia do país ruinosamente colheram da prática de uma política destinada a servir os interesses do grande capital e dos grandes agrários, e por isso contrária aos interesses nacionais, o Governo do eng.º Nobre da Costa parece não hesitar na adopção dos mesmos métodos, fechando irresponsavelmente os olhos às graves consequências que daí resultam.

O Governo demitido do eng.º Nobre da Costa, ao tomar a decisão de desintervencionar

empresas e devolvê-las à gestão eficiente mesmo por um Governo demitido e expressamos o propósito de não criar dificuldades ao Governo demitido, desde que este se mantivesse dentro dos limites da sua competência e não tomasse decisões em questões de fundo e particularmente conflituosas.

Contudo, o Governo demitido parece apostado em fazer orreias mansas e a não ter em conta estas preocupações patéticas, que também as preocupações de todos aqueles que querem ver solucionados os verdadeiros factores da crise. A nota oficiosa emitida pelo MAP e publicada nos jornais de hoje mostra que o Governo demitido insiste em preterir o prosseguimento do caminho de exceder os limites da sua competência. O anúncio da aceleração da entrega de reservas (enquanto se esquecem medidas de gestão corrente, como a abertura de créditos, apoio técnico, etc., fundamentais para a campanha agrícola que se aproxima) é uma opção política que não cabe na competência do Governo demitido e que só pode merecer vivo repúdio e firme oposição.

Aproveitando muito mal a lição desastrosa que o I e II Governo e a economia do país ruinosamente colheram da prática de uma política destinada a servir os interesses do grande capital e dos grandes agrários, e por isso contrária aos interesses nacionais, o Governo do eng.º Nobre da Costa parece não hesitar na adopção dos mesmos métodos, fechando irresponsavelmente os olhos às graves consequências que daí resultam.

estava completo, que era suficiente para desintervenir e devolver a empresa aos sabotadores, a empresa aos sabotadores.

A Eca, intervencionada em Junho de 75, conseguiu, à custa de muito esforço dos trabalhadores, fazer praticamente a campanha desse ano pagando aos sazeiros cerca de 50 mil contos dos 58 mil de matéria-prima fornecida, facto que nunca tinha acontecido na vida da empresa. Trabalhadores, até então considerados eventuais, mas que trabalhavam efectivamente dez meses por ano, sem Previdência, sem assistência médica, medicamentos, sem quase nada, foram admitidos como efectivos. A campanha, apesar de ter sido preparada no escasso tempo de 2 meses, conseguiu dar 6331 toneladas de concentrado, superior em 5 por cento à do ano anterior.

Só a recuperação capitalista e agrária iniciada em 76 travou o desenvolvimento da empresa, nomeadamente com a substituição dos gestores por outros, que se mostraram incompetentes e ligados aos grandes agrários.

Tanto no caso da Ecnrl como na Eca há que realçar a gravidade do período que foi escolhido para proceder a desintervencões, o que prova que para o Governo contam mais os interesses do patronato do que os da economia nacional. O Governo do eng.º Nobre da Costa comprometeu seriamente o esboço da produção correndo-se o risco de cerca de cem mil contos de divisas não entrarem no nosso país.

A Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal, intervencionada em Setembro de 1975, devolveu a lei que exige a auscultação dos trabalhadores e foi mais longe que o II Governo, considerando que o estudo incompleto

quase um milhão de contos de divisas à Banca e outras no montante de 400 mil contos dos quais há a destacar 9 mil à Previdência) foi saneada financeiramente, os salários dos trabalhadores postos em dia e a dívida à Previdência reduzida drasticamente. A produção aumentou em cerca de 40 por cento e uma volta vinha foi praticamente toda reconstruída com um investimento no valor de 5 mil contos.

O sabotador Silva Reis regressou com banda de música alugada, com campanhas e com ódio. No espaço de poucos dias, 15 trabalhadores são informados que irão ser despedidos, prevenindo-se que a repressão e a repressão aumentam. Na Abel de Figueiredo, após a intervenção do Estado, são pagos 6 mil contos de salários em atraso, chamam-se com novos postos de trabalho e a produção aumentou de 70 toneladas mensais em 74 para 140 toneladas mensais actualmente.

(...) As desintervencões decretadas pelo Governo demitido, sendo lesivas dos interesses dos trabalhadores e do interesse nacional e excedendo largamente a sua competência, merecem por isso o indignado protesto e a firme oposição da parte do PCP e a exigência da sua revogação.

As explicações que o Governo demitido tem tentado dar para as enquadrar nos limites da sua competência de forma alguma colhem As desintervencões resultam de um acto do Conselho de Ministros sob a forma de resolução dum claro acto político do Governo, em que é inequivocamente tomada uma opção de fundo.

Em muitas empresas intervencionadas são necessárias medidas eficazes de gestão corrente que, sem envolverem de-

coções de fundo, designadamente quanto ao destino das empresas, permitirão atender a situações e problemas imediatos, que comprometem gravemente a sua viabilidade e o seu futuro. E o que se passa, por exemplo, em empresas com a AC, a J. Pimenta, carecidas de urgentes financiamentos e apoio técnico.

Mas não são estes actos de gestão corrente que o Governo tem procurado tomar. Prosseguindo no caminho de longa duração, decisões de fundo quanto às empresas intervencionadas, o Governo está a dar um péssimo contributo para a defesa dos interesses da economia nacional e a criar novos focos de tensão e desestabilização social e novos perigos para a democracia portuguesa.

Não podemos, no entanto, deixar de assinalar o carácter positivo da audiência que o Primeiro-Ministro Nobre da Costa concedeu à Comissão de Trabalhadores da Ecnrl no passado dia 6 de Outubro. É desejável que das conversações que o Primeiro-Ministro realizou com os trabalhadores e excedendo largamente a sua competência, merecem por isso o indignado protesto e a firme oposição da parte do PCP e a exigência da sua revogação.

As explicações que o Governo demitido tem tentado dar para as enquadrar nos limites da sua competência de forma alguma colhem As desintervencões resultam de um acto do Conselho de Ministros sob a forma de resolução dum claro acto político do Governo, em que é inequivocamente tomada uma opção de fundo.

(Jerónimo de Sousa, em 10/10/78).



ATÉ AMANHÃ CAMARADAS	120\$00	CINCO DIAS E CINCO NOTES	30\$00
CARTAS DA PRISÃO (I)	50\$00	RECORDAÇÃO DOS TEMPOS DIFÍCEIS	50\$00
A DEFESA ACUSA	50\$00	OS MEUS SETE FILHOS	80\$00
TARRAFAL CAMPO DA MORTE LENTA	50\$00	OS DIAS DA NOSSA VIDA	90\$00
TESTAMENTO SOB A FORÇA	30\$00		

A luta Heróica dos Povos contra a Opressão e o Fascismo



edições Avante!

PEQUENO GUIA PARLAMENTAR

OS COMUNISTAS NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Qual o lugar da Assembleia da República no sistema constitucional de órgãos de poder? Quais as suas atribuições e competências? Que legislação tem produzido? Como se tem caracterizado a actividade do PCP na AR...?

PREÇO 100\$00

a distribuição

Governo demitido premeia sabotador de Santo Tirso

O pão de 580 trabalhadores está em perigo com a escandalosa medida do governo Nobre da Costa que determina a desintervenção estatal na Abel Alves de Figueiredo.

Por resolução do Conselho de Ministros publicada no «Diário da República» de 17 de Agosto fora prolongada a desintervenção até 15 de Novembro de 1978. Agora, o MIT do governo demitido de Nobre da Costa, antes de deixar a um outro governo mais legítimo as rédeas que precariamente detém, resolveu antecipar a desintervenção arbitrária da Abel Alves de Figueiredo.

A Abel Alves de Figueiredo, empresa têxtil de Santo Tirso onde os trabalhadores fizeram uma extraordinária recuperação técnica e económica da unidade fabril, fora abandonada pelo patrão em Março de 1975. Enfrentando inúmeras contrariedades e escolhos, os trabalhadores conseguiram evitar a paralisação da fábrica,

defender e aumentar o número dos postos de trabalho, numa acção que só foi possível graças à sua elevada consciência de classe e sentido das responsabilidades.

Quando em Março de 75 os trabalhadores elegeram uma CT para fiscalizar os actos da administração, integrada por dois familiares de Abel Alves de Figueiredo, este fugiu para

Espanha, após ter feito sabotagem económica estimada em dezenas de milhares de contos. A situação era catastrófica: não havia qualquer stock de matéria-prima, nem qualquer quantia em dinheiro no cofre ou no banco; secções da fábrica estavam totalmente paralisadas e outras laboravam entre os cinco e os vinte por cento; ascendiam a cerca de seis mil contos os débitos aos trabalhadores; as matérias-primas só eram fornecidas com dinheiro à vista; os bancos tinham cortado totalmente o crédito.

Foi este o panorama encontrado pelos trabalhadores e pela comissão administrativa nomeada pelo Governo. Com intenso apoio dos Sindicatos representativos dos trabalhadores, em particular do têxtil, a situação foi lentamente modificada. A firma ganhou outra imagem, conquistando a confiança de clientes e fornecedores, quer pela qualidade dos produtos, quer pelo cumprimento dos compromissos assumidos.

Com o esforço e a gestão eficiente dos trabalhadores, 100 novos postos de trabalho foram criados. As vendas aumentaram: em 1975 de 47 500 contos; em 1976, de 98 000 contos; em 1977 (até 31 de Outubro), de 107 000 contos, numa facturação que rondou os 150 000 contos. Não exportava nada quando foi interveniçionada e em Outubro de 1977 exportou 16 000 contos, com perspectivas de uma exportação de 80 toneladas por mês em 1978.

A gestão posterior a 1975

não só pagou de salários atrasados, que o patrão devia, mais de 6 000 contos, como pagou em 1977 mais 3 800 contos do quem em 1975.

A produção duplicou

Intervindo na Assembleia da Organização do Concelho de Santo Tirso do Partido Comunista Português, um membro da Célula da empresa divulgou vários outros índices significativos das transformações verificadas: foram pagos aos trabalhadores salários em atraso; foi feito um seguro de todo o pessoal; foram investidos mais de oito milhares de contos na aquisição e transformação de máquinas e de acessórios; a produção duplicou, passando de 70 para 140

toneladas mensais: a exportação de fio, que não era feita em 74, atingiu a cifra de cem mil quilos mensais.

Enquanto credores antigos, com dezenas de milhares de contos por cobrar, passaram a fazer transacções com a firma, entregando milhares de contos de mercadoria, sem exigirem o pagamento imediato, os trabalhadores desenvolviam intensos esforços para aproveitar o mais racionalmente possível a mão-de-obra e maquinaria instalada. Quanto ao sector metalúrgico, considerado muito importante pelos trabalhadores, estes apontavam a necessidade de ser reestruturado tecnicamente e definida claramente a linha de fabrico a adoptar.

A PRT proibida

Visando liquidar a unidade e o espírito de iniciativa dos trabalhadores, durante a vigência do Governo PS sozinho, o MIT dirigido pelo Eng.º Nobre da Costa, proibiu a aplicação da PRT dos têxteis nas empresas interveniçionadas, designadamente na Abel Alves de Figueiredo. Esta, como outras decisões posteriores do Governo PS/CDS, levantaram um coro de protestos na empresa, onde a esmagadora maioria dos trabalhadores sempre se opôs ao regresso do antigo patrão e reclamou a audição do pessoal antes de ser tomada qualquer decisão quanto ao futuro da empresa.

O governo demitido de Nobre da Costa começa

a mostrar a sua verdadeira natureza de classe, os propósitos brutais que o animavam, desde a sua formação, de agravamento dos conflitos sociais.

Os cinco Sindicatos representativos da quase totalidade dos trabalhadores da Abel Alves de Figueiredo (Metalúrgicos, Têxteis, Electricistas, Rodoviários, Técnicos de Desenho e a USP) dirigiram um comunicado ao povo de Santo Tirso e ao pessoal da Abel Alves de Figueiredo, repudiando a desintervenção estatal e apelando aos trabalhadores para se manterem firmes e unidos na defesa dos seus direitos, pelo pagamento do salário mínimo nacional, pelo pagamento dos retroactivos da PRT e pela defesa dos seus postos de trabalho.



Em Santarém, com o apoio dos obreiros da Reforma Agrária, milhares de trabalhadores rurais manifestam-se em luta pela contratação colectiva

Na contratação colectiva o Governo promove o quê?

A lista dos sectores em luta pela contratação colectiva é extensa e abrange mais de 1 milhão e 500 mil trabalhadores. Entre eles figuram centenas de milhares dos mais mal pagos em todo o país.

Veja-se, por exemplo, o caso já aqui tantas vezes referido dos assalariados rurais do Norte e Centro, que lutam há anos pela sua regulamentação colectiva de trabalho.

Atente-se no caso dos trabalhadores têxteis. Muitos, milhares não recebem sequer o salário mínimo nacional; como sucede, aliás, de modo ainda mais flagrante, entre os assalariados rurais do Norte e Centro.

No entanto, Maldonado Gonalves, que ainda há pouco era ministro do Trabalho, assinava com outros membros da coligação PS/CDS, um Decreto-Lei, o 121/78, que entrou em vigor no dia 3 de Junho findo, onde se afirma taxativamente, entre outras promessas por cumprir, que «o Ministério do Trabalho promoverá as diligências necessárias a que todos os trabalhadores por conta de outrem fiquem abrangidos por instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho».

Al se afirmava também, com a chancela do «teórico sindical» do PS, que, «quando não se verifique iniciativa negociada das entidades legitimadas para o efeito, poderão ser emitidas pelo ministro do Trabalho portarias de extensão ou de regulamentação de trabalho», e tudo o mais de acordo com a lei.

A função do Governo

O sr. Gonalves é certo que já não, «vigora» no Ministério do Trabalho. Mas o mesmo não sucede com o decreto. Esse mantém-se em vigor. Não é peça famosa. Os trabalhadores organizados várias vezes pediram a sua revogação. Mas a intervenção do Ministério é uma exigência inadiável, em vários casos com relevo para o dos trabalhadores agrícolas.

A passividade do Governo não pode continuar perante reivindicações legítimas e contempladas na lei.

O boicote e a sabotagem patronal não podem continuar a ter o apoio do Governo.

Salários em atraso, recusa de ajustamentos salariais, boicote generalizado às negociações dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, adiamento sucessivo das PRT e imposição de condições nocivas aos interesses de centenas de milhares de trabalhadores têm levado a paralisações, manifestações e greves que continuam por todo o país.

Ferrovários, trabalhadores agrícolas, construção civil, indústria química, mineiros, têxteis, panificação, curtumes, metalurgia e metalomecânica, Previdência, material eléctrico e electrónico, envolvendo centenas de empresas, mantêm e têm condições para desenvolver uma luta cuja justiça ninguém pode negar.

E, apenas como exemplo, um deles é o dos assalariados agrícolas. Ainda recentemente, em Santarém, milhares de operários do campo ribatejano fizeram publicamente, numa manifestação, exigências justas e inadiáveis, com o apoio expresso de dezenas de organizações de trabalhadores, incluindo muitos Sindicatos entre eles, as associações sindicais dos trabalhadores da Reforma Agrária e a Liga dos Pequenos Médicos Agricultores de Alpiarça.

Al se exigiu mais uma vez a saída da Portaria de Regulamentação de Trabalho. Al se exprimiu o apoio dos trabalhadores da Reforma Agrária aos seus companheiros que ainda trabalham por conta dos patrões — de patrões que gostariam de voltar aos tempos das praças de jorna, aos tempos da exploração latifundista.

Um Governo que se reclama do cumprimento da Constituição e das leis não pode estar ao lado desse patronato contra reivindicações legítimas e perfeitamente compatíveis com o interesse nacional.

Pela PRT em Santarém

O Governo demitido de Nobre da Costa não deve limitar-se a criar problemas. Deve também resolver pelo menos alguns:

Apoio e confiança para a CGTP-IN em festa

Os trabalhadores organizados continuam a comemorar por todo o País o 8.º aniversário da CGTP-IN.

Trabalhadores sindicalizados, CTs e massas populares, organizações da Juventude, mulheres e reformados fazem dessa data bandeira de luta e confiança na vitória dos ideais de Abril.

Depois das grandes cidades e dos comícios-festas que aí se realizaram, cabe a vez a outras cidades onde o Movimento Sindical se organiza e estrutura diariamente. É o caso de Braga, Montemor-o-Novo, Tramagal, com comícios, sessões de convívio, festas.

É o caso também da juventude trabalhadora de Lisboa, que vai assinalar convenientemente aquela data

de luta e de festa, no próximo sábado na Voz do Operário.

Santarém, Benavente, Couço, com os seus trabalhadores convocados pelos Sindicatos dos Operários Agrícolas, Rodoviários, Comércio e Serviços, Metalúrgicos, Construção Civil, Indústria Alimentar, Curtumes, Papel e Celulose, Panificação, demonstraram, por sua vez, que estar com a CGTP-IN é uma questão de consciência de classe, um obstáculo contra o regresso ao passado, uma atitude consciente e responsável, uma resposta ao divisionismo, uma prova de unidade, uma afirmação para reforço da democracia, uma prática de luta pela defesa dos trabalhadores.

As últimas resoluções do Plenário Nacional da CGTP-IN foram aclamadas em Braga, no último sábado por milhares de trabalhadores.

Manuel Carvalho, Ondina Braga, dirigentes sindicais e uma trabalhadora de Delães recordaram a difícil situação dos trabalhadores num distrito «anda em fase de libertação», onde «os dirigentes, os delegados e os activistas sindicais são despedidos, castigados e perseguidos pelo patronato e pelos seus homens de mão».

Para acabar com a repressão nas empresas, com os despedimentos sem justa causa, com os inquéritos, as suspensões e outras arbitrariedades contra os direitos e liberdades sindicais,

as comemorações do 8.º aniversário da CGTP-IN serviram, em Braga e nas outras localidades, para um forte apelo à unidade, a fim de opor uma barreira cada vez mais segura a essa actuação de um patronato incapaz de viver em democracia e que pratica diariamente em tantas empresas o seu desejo de regressar ao passado fascista.

Entretanto, continuam a vir a público as saudações dos trabalhadores reformados à central única dos trabalhadores portugueses. Um exemplo: a da URPIA (União dos Reformados, Pensionistas e Idosos da Amadora) que vê na CGTP-IN uma garantia da defesa firme e intransigente dos interesses e dos direitos de todos os trabalhadores.

Festa-convívio da Juventude

«Milhares e milhares de jovens de Norte a Sul do país são vítimas do desemprego, da repressão patronal, das discriminações salariais, do trabalho infantil, da falta de segurança no trabalho, dos contratos a prazo. Igualmente, milhares e milhares de jovens de Norte a Sul do país, na passagem do 8.º aniversário da CGTP-IN, confiam que, unindo esforços, combatendo os divisionistas desagregadores, de braço dado com todos os trabalhadores, as conquistas de Abril serão defendidas e a democracia consolidada», afirma num comunicado o Departamento da Juventude da União dos Sindicatos de Lisboa (USL) que, para comemorar aquela data, realiza no



próximo sábado, dia 12, pelas 21 horas, na Voz do Operário, em Lisboa, uma festa-convívio com intervenções políticas e com a actuação do conjunto «Hob Nob» e dos artistas J. Jorge Letria, J. Manuel Osório e Carlos Paulo. Os jovens trabalhadores da USL convidam todos os jovens a comparecerem na festa, para que se exprima claramente e mais uma vez a «sua firmeza e vontade de derrotar os inimigos da unidade dos trabalhadores e a vontade inequívoca de participar activamente na construção de uma sociedade sem classes, a sociedade que o povo português escolheu e que está consagrada na Constituição da República Portuguesa».

De mal a pior

A pressa de caminhar no erro e na confusão, destruindo mesmo os princípios por que diziam bater-se, tem caracterizado as últimas demarções dos divisionistas para a anunciada formação da central fantoche, herdeira da «Carta» e do «Madisca» e que virá a chamar-se UDTF, se os «sectores sindicais» do PSD chegarem a acordo para dividirem entre si cargos e proveitos.

As reuniões entre elementos desses «sectores sindicais» têm-se repetido ultimamente. Mas para além da pressa ilusória de atalhar o que os divisionistas pensam vir a ser iniciativas da CGTP-IN, a manobra vai de mal a pior.

E já nem se estranha (para quê) que tudo fique entre «sectores sindicais», sem uma assembleia-geral, sem uma tomada de posição de um sindicato, mesmo de um grupo de trabalhadores com alguma plaiada de «democracia» e de «independência», que esses

«sectores» devem ter abandonado de vez.

Com a bênção do imperialismo, as hostes divisionistas reduzidas sem esperança a aqueles «sectores sindicais» das cúpulas partidárias, quem nem sequer conseguem avançar com o divisionismo que têm (o malogro da anunciada «Federação dos Serviços» é disso prova clara), pretendem chamar a si, recusando quaisquer princípios, tudo o que é provocação e colaboração de classes, incluindo uma «central», que apenas existe numa folha de notário, sindicatos paralelos e ilegais e tudo o que ainda se verá na pressa suicida de destruir o pouco crédito que ainda possam merecer algumas direcções sindicais sob a sigla da «Carta Aberta», agora finalmente entradada com a «pureza» dos princípios que os divisionistas nunca praticaram e que hoje têm vergonha de apontar.



O tempo que a unidade dos trabalhadores tem roubado aos divisionistas pretende agora recuperá-lo os «sectores sindicais» do PS e do PSD/PPD a esta velocidade suicida cujo fim facilmente se adivinha

Os primeiros 4 dias do patrão: 15 despedimentos na Real Vinícola

Tal como a Comissão Cnelhia de Vila Nova de Gaia do Partido Comunista Português alertava num documento acerca da desintervenção estatal, decidida pelo Governo demitido, o regresso de Silva Reis à empresa, que levou a uma situação de falência, está a traduzir-se na intensificação da repressão sobre os trabalhadores (15 despedimentos), pondo em causa regalias e direitos conquistados, assim como o esforço desenvolvido, nos últimos três anos, para a recuperação económica da firma.

Nos seus primeiros quatro dias de actividade, o «chefe» Silva Reis suspendeu a laboração e encerrou as dependências da empresa, demitiu num plenário fantoche a Comissão de Trabalhadores, comunicou o despedimento

a todos os trabalhadores admitidos durante a intervenção estatal, transferiu trabalhadores dos seus locais de trabalho habitual, encerrou um posto de vendas, que servia os trabalhadores e os moradores da zona, retirou regalias e direitos conquistados, reinstalou na empresa um clima policial e de bufaria e ameaça destruir tudo o que as Comissões Administrativas fizeram (inclusive o refeitório e a creche).

Uma arbitrariedade exemplar

Este breve mas significativo enunciado das principais decisões do conhecido sabotador, responsável pelo saldo negativo de mais de 870 mil contos, apurado em fins de 1974, traduz a verdadeira

dimensão do escândalo da decisão tomada pela Executiva chefiada por Nobre da Costa que, além de não ter poderes para ordenar a desintervenção da Real Vinícola, violou claramente a decisão do Conselho de Ministros de 2 de Setembro de 1976, no qual foi apontada como solução para o caso da Real Vinícola e Real Companhia Velha a sua transformação numa empresa de economia mista, tendo sido criada uma verba de cem mil contos para o Instituto de Participações do Estado subscrever o capital por parte do Estado.

A direcção do Sindicato Livre do Norte dos Trabalhadores de Armazéns deu uma conferência de imprensa para divulgar a sua posição de repúdio face à decisão do Governo demitido, tendo denunciado o não

cumprimento daquela decisão do Conselho de Ministros e a entrega da empresa «de mão beijada ao sabotador Silva Reis, sem a resolução dos problemas financeiros que determinaram a intervenção», o que não «salvaguarda minimamente a actividade da empresa, nem a manutenção dos postos de trabalho».

A indignação dos trabalhadores

Cresce a indignação e o ambiente de repúdio e protesto os trabalhadores da Real Vinícola. O patrão regressado, Silva Reis, entregou à «Securitas» a segurança da empresa, o que provocou o aumento da intimidação e dos conflitos.

Alguns encarregados, lacaios do patrão, andam em cima dos trabalhadores mais combativos, provocando-os, mudando-os de lugar,

fanfarronando e ameaçando. No dia 10, um dirigente da Comissão de Trabalhadores foi arbitrariamente mudado de lugar o que provocou profunda indignação. A saída da empresa, depois de viva discussão, os trabalhadores viraram-se abertamente e todos juntos deram uma valente sova no mestre-geral, Amadeu, e na irmã de Silva Reis.

Os trabalhadores diziam que ali é que se via quem estava contra o Silva Reis e quem o apoiava. A maioria dos trabalhadores — mulheres — usando os guarda-chuvas não pouparam os odiados lacaios.

Já no dia 5 de Outubro, em plenário, com mais de 200 trabalhadores da Real Vinícola, apesar do feriado, foi aprovada uma moção de apoio à Comissão de Trabalhadores,

contra a repressão na empresa e os despedimentos.

Em Vila Nova de Gaia cresce, entretanto, a solidariedade aos trabalhadores desta empresa e de outras interveniçionadas do concelho em grave situação financeira por sabotagem da banca e que os trabalhadores recelam que sejam entregues ao patronato. Na J.C. Rodrigues, na Neolux, na Fiação de Crestume há ambiente de luta e grande combatividade. As organizações de trabalhadores e sindicais começam já a preparar para a próxima semana uma manifestação-concentração dos trabalhadores de Gaia que exprima o seu repúdio pela política de desintervensões e pela sabotagem da banca e ao mesmo tempo dá corpo à vontade de luta e à unidade dos trabalhadores.

Lutas e Tarefas

O Norte na Federação dos TFP — O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública (Zona Norte) fará parte da Federação do sector. Assim o decidiram, por unanimidade os trabalhadores reunidos em assembleias-gerais extraordinárias no Porto, Braga, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real. Com o mesmo objectivo, decorrerá no próximo sábado, 14, em Coimbra, uma assembleia-geral do Sindicato dos TFP do Centro.

Reforço da organização no Comércio — Um Encontro Na-

cional dos Trabalhadores do Comércio, a realizar no próximo ano, começou a ser preparado pelos dirigentes sindicais e pela respectiva Federação, que lançou uma campanha de «revitalização e dinamização da acção sindical do sector». Já houve reuniões de dirigentes sindicais no Porto, em Coimbra e em Beja. Outras se efectuarão por todo o País.

Ação solidária com a Tomé Fêreira — 15 minutos

de paralisação simbólica, com uma adesão que oscilou entre os 85 e os 95%, serviram aos trabalhadores metalúrgicos e vidreiros da Marinha Grande para manifestar a sua solidariedade activa com os trabalhadores da fábrica de limalmas Tomé Fêreira em luta contra a devolução da empresa ao patronato. A Câmara, a Assembleia e o Conselho Municipais daquela localidade aprovavam, entretanto, uma moção de apoio à mesma luta.

TARRAFAL CAMPO DA MORTE LENTA

Pedro Soares

Preço — 50\$00

RECORDAÇÕES DOS TEMPOS DIFÍCEIS

Miguel Russel

Preço — 50\$00

CD a distribuição

Múltiplas iniciativas assinalam o início da campanha de fundos da UJC

Iniciada no passado dia 1 de Outubro, a campanha dos 1500 contos, promovida em todo o País pela UJC, já os seus primeiros passos.

A primeira recolha de fundos a nível nacional está prevista já para o próximo domingo!

Entretanto as organizações locais da União da Juventude Comunista marcam e realizam iniciativas variadas, discutem metas a atingir, preparam-se cuidadosamente para que a campanha venha a ser um êxito.

No sentido de auxiliar as organizações nas suas iniciativas, foi criado um Grupo de Trabalho que, desde já, editou materiais centrais, como pôsteres, listas de recolha de fundos, «sorteios-surpresa» e outros. Estão igualmente previstos: uma rifa nacional, o prémio será duas viagens a Moscovo, por altura dos Jogos Olímpicos, e objectos diversos para venda, como «bocanetes», «crachats», «lemas», etc.

Das iniciativas realizadas destacam-se até agora a que, em Marinha Grande reuniu em baile mais de 300 pessoas a 5 de Outubro e, nas Gafanhas, Lisboa uma festa da juventude, em que participou um grande número de pessoas, e ainda a recolha de fundos, em Alentejo, junto de comerciantes da cidade, que teve grande êxito.

Estão programadas para as seguintes iniciativas:

Chamusca, no dia 20, Festival da Juventude, com teatro, canto livre e poesia; em **Torres Novas**, dia 21, baile da juventude; em **Benavente**, dia 14, baile da juventude; em **Foros de Vale Figueira**, Montemor-o-Novo, dia 28, baile; em **Bencatel**, no dia 21, haverá

cinema e no **Escoural**, dia 15, também cinema.

Sem data marcada ainda prevêem-se no entanto outras iniciativas em **Campo Maior, Salvada** (Beja), um stand político na feira de **Aljustrel** e a realização de «porta-a-porta» e venda de rifas no Alentejo.

Atenção para o **Cacém**, Lisboa, onde será levado a efeito um «Rally Papper». No próximo domingo prevêem-se também: em **Lisboa** uma

excursão aos 3 castelos; em **Canal Caveira** um torneio de futebol; em **Setúbal** um grande convívio da juventude, com petiscos e baile.

Muitas mais virão a ser realizadas e, a seu tempo, serão regularmente anunciadas e comentadas no «Avante!», juntamente com outras notícias desta campanha e os seus resultados.

Para todos os que, voluntariamente, se disponham a contribuir, aqui fica o número da

conta bancária da campanha, aberta na dependência da Avenida da Liberdade, em Lisboa, do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa: 07-023-00-08146.

Dá mais força à juventude!

A juventude, aos trabalhadores, aos democratas!

A União da Juventude Comunista (UJC) lançou, a partir do passado dia 1 de Outubro, uma campanha para a recolha de 1500 contos, com o fim de resolver problemas financeiros e melhorar o seu aparelho técnico.

Esta campanha nacional de fundos tem como objectivo satisfazer necessidades inadiáveis que permitam à UJC responder com mais rapidez e eficácia às variadas tarefas que lhe são colocadas com a defesa da democracia, das conquistas da Revolução e dos interesses da juventude.

Só uma UJC mais forte permitirá que nas fábricas, nos campos e nas escolas nocturnas se multipliquem as

ações dos jovens trabalhadores contra o desemprego e o aumento do custo de vida, contra as discriminações e a repressão patronal, contra o agravamento do consumo da droga e da delinquência juvenil, contra as difíceis condições de estudo nas escolas nocturnas.

Como destacamento avançado da juventude, a UJC confia nas energias, na combatividade e nas potencialidades criadoras da juventude. Será nos jovens operários e empregados, apesar de fortemente gados, pelo aumento do custo de vida, que a campanha terá o seu mais entusiástico acolhimento.

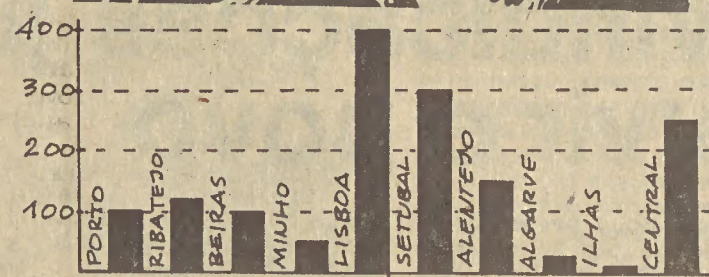
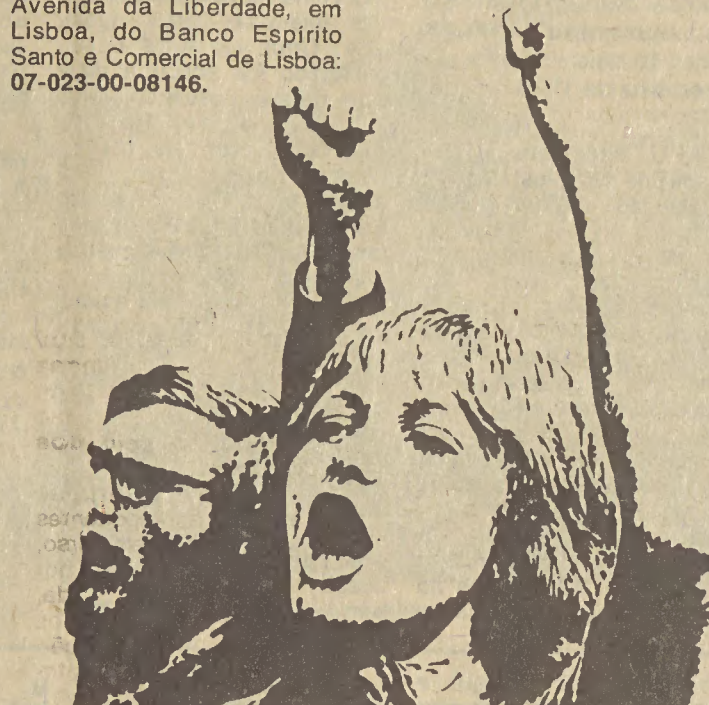
Para que se desenvolvam mais e mais realizações da juventude e mais se dinamizem as suas lutas, a UJC apela a todos os jovens rapazes

e raparigas, aos trabalhadores, a todos os democratas, para que participem em todas as iniciativas da UJC e contribuam para a campanha dos 1500 contos. Tal contributo, por mais pequeno que seja, será uma firme atitude de esperança na luta da juventude trabalhadora.

Apoiar a UJC é apoiar a luta da juventude pelos ideais de Abril.

Apoiar a UJC é apoiar os jovens trabalhadores na luta pela defesa dos seus interesses e reivindicações, por um futuro melhor e mais feliz, por um Portugal livre, democrático e independente.

EM FRENTE COM A CAMPANHA DOS 1500 CONTOS! VIVA A JUVENTUDE TRABALHADORA!



Este é o gráfico das metas a atingir pelas organizações regionais e distritais da UJC durante a Campanha dos 1500 contos agora lançada

Novas: Serra Agrária do PCP

está alerta e tem alertado para os perigos da conspiração fascista. Mas é isso que conseguiu com a campanha visionista do movimento operário e do movimento dos trabalhadores que o PS sempre continua a alimentar e a que procura dar novo impulso?

É, a propósito de uma recente frase do dr. Mário Soares, disse Carlos Brito: «Se estes dois anos de governo foram para o PS um sucesso, o ensaio geral, para os trabalhadores portugueses que os viveram, é preferível que o espectáculo não chegue a realizar-se».

Sobre as eleições gerais antecipadas, aquele membro da Comissão Política lembrou que, embora o PCP tivesse sido o primeiro partido a propor, numa altura, há mais de um ano, em que os outros partidos — que hoje as acham inevitáveis — caluniavam os comunistas por essa iniciativa,

a sua realização neste momento tem graves inconvenientes, decorrentes da realização, em curto espaço de tempo, de vários actos eleitorais.

No entanto — acrescentou — as eleições antecipadas são uma saída perfeitamente democrática e constitucional para situações como esta, que o PCP naturalmente encara com toda a confiança.

Carlos Brito concluiu afirmando que no Portugal de hoje a saída da crise só será encontrada com os trabalhadores, com a participação do seu movimento sindical unitário, e com o seu Partido, o Partido Comunista Português.

No comício, que teve calorosa participação de trabalhadores e população do concelho, intervieram também António Isidro, da célula da empresa Costa Nery e Luis Seródio da Comissão Concelhia de Torres Novas.



Foi no trabalho, foi na compra de materiais de construção, foi sobretudo no empenhamento, capaz de transformar uma velha casa em novo Centro de Trabalho, que se revelou não só a militância dos camaradas como também a solidariedade de agricultores amigos. Hoje o Partido pode anunciar para breve a inauguração de mais um Centro. E em Maçussa no Alto Concelho da Azambuja

Comissão Local de Maçussa, Azambuja, saúda os agricultores que ajudaram na construção do novo Centro do PCP

Na sequência do plenário de militantes do Alto Concelho de Azambuja (zona de predominância absoluta de pequenos e médios agricultores, que faz fronteira com os concelhos de Cadaval, Rio Maior e Cartaxo), realizado no passado dia 1 de Julho e durante o qual foi eleita a Comissão de Zona para esta região, ficou igualmente

decidido que a comissão eleita providenciasse para que viesse a dispor, no mais curto prazo, de um Centro de Trabalho em condições de poder funcionar devidamente.

De acordo com as decisões então tomadas foi resolvido arrendar uma casa anteriormente destinada à demolição, tendo o seu proprietário

colocado imediatamente à disposição do Partido essas instalações, que se situam na Maçussa, povoação camponesa da freguesia de Manique do Intendente.

Pondo mãos à obra, finalmente, em 27 de Agosto, a Comissão Local de Maçussa, a quem coube a principal responsabilidade de arrancar

com o trabalho, com o apoio financeiro e de mão-de-obra voluntária dos outros militantes da zona e de muitos agricultores simpatizantes do Partido, transformou uma casa quase em ruínas numa outra, praticamente nova.

Aproveitou-se em especial os dois magros fins de semana que antecederam a Festa do

«Avante!» para grandes jornadas de trabalho voluntário. A maior parte das despesas foram cobertas por todos, cotizando-se entre si para adquirir os materiais de construção oferecidos ao Partido — telha e madeiramentos novos e outros para a correcção das empenas, esticadores e múltiplos rebocos.

Apenas resta fazer os acabamentos exteriores e interiores.

Os camaradas do Alto Concelho de Azambuja pensam já numa grande jornada de confraternização militante por altura da inauguração do novo Centro de trabalho do Partido, que se prevê para breve.



Encontro sobre «Gestão Democrática no Ensino Secundário»

Realizou-se nos dias 30 de Setembro e 1 de Outubro nas instalações do Centro Vitória, um Encontro sobre Gestão Democrática, promovido pela Organização dos Professores do Ensino Secundário da ORL. Estiveram presentes camaradas ligados aos concelhos directivos e outras estruturas de gestão de mais de meia centena de escolas do Ensino Secundário da região de Lisboa.

Foram apreciados os resultados das eleições que decorreram no final do ano lectivo de 1977/78, e foram considerados alguns princípios gerais.

Reconheceu-se a consolidação das formas de gestão democrática nas escolas apesar das limita-

ções de carácter legal que têm vindo a ameaçá-las, e dos esforços empreendidos por conservadores e reaccionários no sentido de desinteressar e desmobilizar professores, estudantes e funcionários da intervenção organizada na resolução dos problemas que lhes dizem respeito.

Constatou-se o progressivo reconhecimento e aceitação dos princípios, posições e propostas defendidos pelos comunistas e outros democratas e a sua crescente intervenção unitária e construtiva nas escolas. Reconhecimento que se traduz em elevadas percentagens de votação nas listas unitárias, e no facto de terem sido eleitos em grande número de escolas.

De uma forma geral a apreciação das eleições do final do ano 77/78 indica um assinalável reforço da Gestão Democrática nas escolas do Ensino Secundário na região de Lisboa, um aumento da influência das ideias democráticas e progressistas para a estruturação interna das escolas, e um maior isolamento dos que desejariam o regresso da escola gerida autoritariamente e burocraticamente do passado.

Na sessão de encerramento, em que foram apresentadas as conclusões, estiveram presentes a camarada Elvira Nereu, da Direcção do Sector Intelectual da ORL, e a camarada Abolm Inglês, do CC, que encerrou o Encontro com uma intervenção sobre a situação política.

Um Centro de Trabalho na serra algarvia

No Poço do Gueno, em plena serra algarvia, foi inaugurado um Centro de Trabalho do PCP. O comício-festa organizado na altura, contou com a participação do camarada Vitor Neto, da SIP Central.

Há alguns meses, uma pequena casa em ruínas foi oferecida ao Partido para albergar o Centro de Trabalho da localidade, que pertence à freguesia de São Bartolomeu de Messines. Logo os nossos camaradas da Comissão Local e da Comissão de Freguesia, a exemplo do que tem acontecido e continua a acontecer pelo País fora, lançaram-se ao trabalho. Hoje essa casa em ruínas transformou-se no acolhedor Centro — certamente o ponto de encontro e de trabalho não só dos comunistas mas de todos os democratas da zona, onde predominam os pequenos agricultores.

Dois dias de festa assinalaram o acontecimento, centenas de pessoas participaram activamente nesta iniciativa realizada no coração da serra. Muitos jovens animaram

a festa dançando ao som dos acordeões tocados por amigos e camaradas. Foi na tarde do segundo dia que teve lugar o comício em que participaram os camaradas Vitor Neto, da SIP Central, Reinaldo, da Comissão Local, e José Guia, da Comissão de Freguesia de Messines, que falaram a mais de 300 pessoas reunidas. O comício encerrou com um canto-livre em que participou José Jorge Letria. E a festa continuou depois pela noite fora, com baile e quermesse.

Assinalando a data, o Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista Peruano a seguinte saudação:

«Ocasão 50.º aniversário fundação Partido Comunista Peruano, enviamo-vos calorosas fraternais saudações dos comunistas portugueses e nossos votos de sucesso vossa luta em defesa dos interesses classe operária e conquistas democráticas povo trabalhador do Perú.

Secretariado Comité Central Partido Comunista Português».

«Movimento dos Festivais da Canção Juvenil»

Decorrerá nos próximos meses uma iniciativa que, estamos certos irá mobilizar a atenção, o entusiasmo e a viva participação de milhares de jovens em todo o país. Trata-se do «Movimento dos Festivais da Canção Juvenil», cuja organização pertence à União da Juventude Comunista (UJC).

Segundo refere um comunicado da sua Comissão Central, esta iniciativa parte da

ideia que é necessário desenvolver a canção como veículo de expressão cultural e de convívio, na base de dezenas de iniciativas deste género que têm decorrido em todo o país com grande entusiasmo por parte de muitos jovens e que têm proporcionado o aparecimento de novos nomes e valores para o movimento do canto popular e de intervenção.

A iniciativa agora lançada pela UJC será dinamizada com

a realização de centenas de festivais locais, concelhos, distritais, de empresa e de escola, culminando num grande Festival Nacional subordinado ao tema «Assim Canta a Juventude».

Os concorrentes serão seleccionados por um júri constituído por nomes destacados nos meios artísticos, culturais e intelectuais.



A venda

Avante! Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

ANO 46 • SÉRIE IV • N.º 39

AS NACIONALIZAÇÕES defesa e dinamização

SECTOR NACIONALIZADO O QUE É? COMO DINAMIZAR? A MAIS COMPLETA ANÁLISE DOS SECTORES CHAVE DA NOSSA ECONOMIA



- DADOS - NÚMEROS - FACTOS
- RENTABILIDADE • GESTÃO
- DIREITOS DOS TRABALHADORES

um livro INDISPENSÁVEL

190 páginas 60\$00

edições Avante!

Sucesso da APU nas eleições de S. Pedro Fins

As eleições realizadas no último domingo, em S. Pedro Fins, no concelho da Maia, confirmaram a tendência já manifestada no sufrágio para a Câmara Municipal de Mirandela. A Aliança Povo Unido elegeu três candidatos e aumentou em 43,2% o número dos seus votos. O Partido Socialista, embora obtendo seis lugares, viu a sua votação baixar 14,32% em relação às eleições de Dezembro de 1976.

Apesar da elevada percentagem de abstenções, cerca de 60%, os resultados confirmam claramente que, caso tivessem apresentado a sua candidatura, seriam os partidos de direita quem reduziria substancialmente a sua base de apoio.

Imprimindo à sua campanha um grande dinamismo e um profundo sentido das responsabilidades, visando a superação dos inúmeros problemas locais, a APU deu um importante contributo para a dignificação do acto eleitoral e colheu um significativo apoio, ao passar de 74 para 106

votos. Esta subida é tanto mais relevante quando se atenta nas consideráveis perdas das restantes forças, que resultam dum clara deslocação do eleitorado para a esquerda e, dentro desta, para as formações mais consequentes, neste caso a APU, que se verifica um pouco por todo o território, nomeadamente no Norte do País.

Tal como já havia sucedido nas eleições para a Câmara Municipal de Mirandela, também em S. Pedro Fins as «Marias» contribuíram de forma decisiva para o sucesso

da APU, exactamente com metade dos sufrágios. Dos 178 votantes, 89 votaram no PS e 53 no «Povo Unido», havendo oito votos em branco e dezoito nulos.

No conjunto foram anulados 14% dos boletins de eleitores que haviam escolhido PS ou APU, mas não assinalaram correctamente. Frise-se o facto desta percentagem ser bastante elevada. Em anteriores eleições os votos nulos rondaram os quatro por cento.

Um outro facto que importa assinalar são as quebras do PS, em S. Pedro Fins. Nas

eleições constituintes obteve 312 votos; nas legislativas 314; nas autarquias 239 e, agora, 204. Uma vez mais o seu eleitorado lhe voltou a dizer que não é buscando votos à direita ou (e) fazendo alianças com as forças reacçãoárias que o PS aumentará a sua influência. Em S. Pedro Fins o PS apostou no voto útil da direita e nada ganhou com isso.

Ao contrário do que alguns pretendem, a elevada percentagem de abstenção não traduz a descrença popular no regime democrático. Tal como se verificou em S. Pedro Fins, quem sairia prejudicada com esta situação é quem, no fundo, a origina, são precisamente as forças de direita, no caso o PSD que, beneficiando de um acordo

tático com o CDS obteve nas anteriores eleições para as autarquias 52% dos votos, detendo a maioria absoluta na Assembleia de Freguesia dissolvida.

Se assim era, por que razão não se candidatou de novo? A resposta está sem dúvida no medo do eleitorado, nada satisfeito com o trabalho desenvolvido pelos eleitos do PSD local que não souberam nem quiseram colocar os interesses populares à frente das suas rivalidades e divergências pessoais e partidárias.

O novo elenco da Assembleia de freguesia tem à sua frente muitas tarefas e acções a desenvolver para superar os problemas de S. Pedro Fins. É necessário que os seis eleitos do PS e os três

eleitos da APU se esforcem para conjugar vontades e juntos trabalhem para dar satisfação aos múltiplos e justos anseios populares.

Conscientes das dificuldades que os esperam, os elementos do «Povo Unido» deixaram bem claro no seu programa:

A Junta tem pouco dinheiro e grandes dificuldades económicas. S. Pedro Fins também tem sido prejudicado pela Câmara na atribuição de dinheiros para obras (...) Apesar de tudo, o «Povo Unido» lutará pela aplicação do seu programa. Mas temos a certeza de que, só com a união de todo o Povo, os problemas da nossa terra serão resolvidos e as reivindicações da população satisfeitas.

Bombeiros: reivindicações justas para melhor servir o povo

Vida por Vida e a Bem da Humanidade é um lema que se tomou, de Norte a Sul do País, no distintivo dos bombeiros portugueses, conhecidos entre o povo como **os soldados da paz**.

Reconhecidos por todos como os amigos com que sempre se pode contar nas urgências mais inesperadas — do incêndio ao naufrágio, do parto ao desastre — os bombeiros de há muito que desempenham a sua importante actividade lutando com a mais inadmissível falta de meios e apoio oficial.

Dos problemas com que se debatem estes homens de boa-vontade — mais de noventa por cento das corporações de bombeiros existentes em Portugal são formadas na base do voluntariado — falaram os representantes das cerca de trezentas corporações de todo o país que, de três a oito do corrente mês, participaram no XXIII

Congresso Nacional dos Bombeiros Portugueses, realizado no Palácio dos Congressos, no Estoril.

A tónica saliente dos trabalhos seria a crítica ao desinteresse do Governo pelo serviço social que os bombeiros prestam, bem como a sua firme decisão de virem a desencadear formas de luta pela resolução dos seus mais graves problemas, nomeadamente no que toca à questão dos seguros necessários àquelas associações.

Como se afirmou no Congresso, **os custos actuais dos bens e serviços, as despesas provenientes do pagamento da reparação de avarias resultantes de acidentes e de indemnizações, bem como os prémios de seguros, podem relegar as associações de bombeiros para situações tais que fiquem incapacitadas de prosseguir os seus fins humanitários.**

Isto pode perfeitamente acontecer, pois a verba anual atribuída pelo Conselho Nacional de Serviço de Incêndio, para além de irrisória — cerca de sessenta e um mil contos para mais de quatrocentas corporações de bombeiros — se destina exclusivamente para comparticipação na compra de material de incêndio!

Cansados do papel de eternos esquecidos — o Orçamento Geral do Estado não lhes destina qualquer verba — os bombeiros exigem que o Estado ou as autarquias, através de um organismo competente, assumam as suas responsabilidades. É bem pouco, ao fim e ao cabo.

Para além da reestruturação total dos serviços, da criação de um gabinete técnico de apoio e da criação de uma escola nacional de fogo, pretendem os soldados da paz

que um organismo competente assumo o encargo total dos seguros de que necessitam.

Podem, quanto a este último ponto, que o seguro de acidentes pessoais cubra integralmente todos os riscos, inclusivamente doenças adquiridas ou resultantes de qualquer actividade exercida, nomeadamente actividades inerentes à preparação física e representações e que, na incapacidade total temporária, o subsídio diário seja o correspondente ao vencimento auferido pelo sinistrado na data do acidente, devidamente comprovado, por período ilimitado, sendo actualizável no tempo.

No que se refere aos casos de incapacidade total permanente, os bombeiros exigem que aquele subsídio seja convertível em pensão de sobrevivência de igual valor para o seu agregado familiar em caso de morte.

Estas as principais reivindi-

cações dos homens que vivem a salvar a vida dos outros; dos homens que, se paralisarem a sua actividade, podem provocar uma autêntica catástrofe nacional, por não haver quem realize o seu trabalho; dos homens que, lutando diariamente pela segurança de todos nós, não são sequer ouvidos quanto às medidas que importa tomar para garantir essa mesma segurança.

Mas nem só de reivindicações se falou neste XXIII Congresso. Nele se lançou também um alerta para os perigos que, sem a população se aperceber, paira sobre todos. Desde a falta total de meios para combater, em caso de sinistro, substâncias radioactivas, ao facto da maioria dos hotéis nacionais não dispor de condições mínimas de segurança em caso de incêndio, passando pelos inúmeros locais onde nem sequer existem saídas de

emergência, ficou bem clara a quanta incúria tem caracterizado a actuação dos organismos responsáveis no sector da segurança social.

Não obstante a ideia de "entregar as chaves" começar a ser ventilada em muitas associações de voluntários, caso não haja a breve prazo uma resposta concreta aos seus justos pedidos, os bombeiros portugueses são suficientemente responsáveis para não provocarem uma "catástrofe nacional".

Como afirmaram no seu último Congresso, **os bombeiros não fazem greve. Mas estão dispostos a encetar formas de luta que sejam clarificadoras em termos públicos.**

Para já, decidiram convocar novo congresso extraordinário, dentro de seis meses, caso o Governo não dê qualquer resposta às suas reivindicações.



Os Bombeiros, eternos esquecidos pelo Estado, não se esquecem nunca. Eles lá estão onde o fogo se ateou, a defender bens individuais e colectivos, eles aparecem logo que o apelo de alguém lhes chega e voam para o perigo à velocidade que lhes permite o seu material, tantas vezes já inadequado



O perigo é o seu dia-a-dia. E eles não fazem greve. Mas estão dispostos a encetar formas de luta que sejam clarificadoras. E os Bombeiros estão certos de encontrar no público a compreensão para os problemas com que se debatem

A lição a tirar de um erro cometido

A defesa dos interesses das populações foi o objectivo principal sempre apontado pelo PCP aos democratas que nas autarquias têm a seu cargo a gestão local.

Condenando desde a primeira hora as tentativas das forças de direita para transformar os órgãos de poder local em mini-parlamentos; condenando a partidização desses mesmos órgãos, o PCP repetidas vezes salientou que, nas autarquias, os comunistas e seus aliados deveriam apoiar sempre todas as medidas justas, independentemente de serem propostas por forças de direita ou de esquerda.

Significa esta orientação, de forma inequívoca, que aos democratas deverá interessar antes do mais a resolução dos problemas concretos das populações. Quer, tomando a iniciativa na apresentação de soluções para as carências existentes, quer apoiando as que forem apresentadas nesse sentido.

Assim, se numa autarquia de maioria de eleitos pelo PSD ou CDS estas forças propuserem, para um problema específico, uma solução justa, não deverão os democratas recusá-la por discordarem da orientação política dos partidos a que pertencem esses eleitos.

Como é evidente, esta orientação aplica-se igualmente quanto à distribuição de pelouros e à atribuição de outros cargos dentro dos próprios órgãos autárquicos.

Não compreender a importância desta orientação fundamental é contribuir para a partidização dos órgãos de poder local, é fazer o jogo das forças reacçãoárias, é em última análise impedir a defesa dos interesses populares.

Ainda recentemente, numa freguesia de maioria PSD, eleitos da APU cometeram o grave erro de colocar os interesses político-partidários acima dos interesses da população. Convidados a participarem na Junta de Freguesia e na mesa da Assembleia de Freguesia, aqueles democratas declinaram a oferta que, segundo pensaram, os pretendia vincular a uma política de direita.

Os referidos cargos viriam a ser posteriormente ocupados por um eleito do PS de duvidosa reputação e por um homem de um gruppelo maquista sobejamente conhecido localmente pela sua acção divisionista.

Se se acrescentar que a referida Assembleia de Freguesia se encontra praticamente paralisada porque o PSD não se interessa pelo seu funcionamento e que os problemas locais se vão acumulando por falta de vontade política em os resolver, torna-se claro como foi precipitada a posição dos eleitos do «Povo Unido».

O facto das forças progressistas serem minoritárias num órgão autárquico não é determinante para impedir uma acção correcta. Pelo contrário,

mais importante se toma em tais circunstâncias apresentar as soluções justas para a resolução dos problemas e denunciar tudo e todos que uma vez eleitos desprezam e esquecem as promessas feitas ao eleitorado.

Com a posição assumida nesta freguesia os eleitos da APU permitiram que representantes de forças nada interessadas no progresso social ocupassem cargos importantes em dois órgãos autárquicos.

A grande prejudicada foi a população, que no último acto eleitoral (antecipado) mostrou através da elevada abstenção quanto descredido lhe merece a gestão local.

Demonstrar que os erros de gestão cometidos não são de forma alguma inevitáveis; que após as eleições nem todos traem o eleitorado; que é falso que «o que todos querem é poleiro», é um dever das forças democráticas. E para que as populações compreendam quanto os votos nas forças de direita são contra os seus próprios interesses, há que assumir sempre responsabilidades, há que aproveitar a mais pequena oportunidade para defender nos órgãos de poder local os interesses populares.

Este exemplo do que não se faz numa autarquia deve constituir uma lição proveitosa para todos os democratas eleitos, pois aprender com os erros, para os não repetir, é também um dever de quem honestamente se propõe lutar pelo bem de todos.

Mulheres de Évora apoiam a APU

Que cada mulher desempenhe no seu bairro, na sua fábrica, no seu emprego, um papel de consciencialização e esclarecimento da acção dos eleitos da APU na Câmara Municipal de Évora, foi o apelo feito às centenas de mulheres que no passado domingo encheram o Palácio

desenvolvida e dinamizada pelos eleitos do «Povo Unido».

Como se salientou a propósito, o trabalho de fundo realizado dará os seus maiores frutos em 1979, motivo por que as forças que abandonaram a vereação escolheram esta altura para evitar que os êxitos viessem à superfície.

Jovens com a APU

Com o objectivo de fomentar a participação mais activa da juventude do concelho de Évora numa ampla frente de apoio à candidatura da APU, um grupo de jovens daquela municipalidade alentejana propôs-se criar uma Comissão Juvenil Unitária.

Estes jovens, certos de que só com a Aliança Povo Unido

a juventude poderá atingir os seus objectivos e apresentar as suas propostas de trabalho para que se encontrem soluções para os seus problemas, convocam um plenário — apelando aos jovens progressistas do concelho para nela comparecerem e participarem — a realizar hoje, quinta-feira, na sede do MDP/CDE, em Évora.

Mas as manobras demagógicas do PS e PPD em Évora não conseguiram enganar a população, em defesa de cujos interesses a APU sempre se empenhou, sem pretender caçar votos com obras de fachada ou com promessas logo esquecidas.

A demonstrá-lo, em Évora, estão as casas distribuídas à população (e se nem sempre os critérios foram justos

a responsabilidade cabe aos eleitos do PS e PPD); o problema da distribuição de água em fase de completa resolução; os problemas dos esgotos finalmente resolvidos no final do ano; o Plano de Urbanização, e tantas outras coisas que são para ficar e não para remendar provisoriamente.

De tudo isto falaram as mulheres de Évora, domingo passado. De tudo isto irão certamente falar essas mesmas mulheres, a quem conhecem e sobretudo a quem não conhecem, com o entusiasmo e dedicação de que tantas provas têm dado.

Porque, fazendo-o, sabem as mulheres de Évora, como o vão aprendendo as mulheres de todo o país, que estão não só a defender o seu presente mas sobretudo o seu futuro e o dos seus filhos; a defender uma vida melhor para todo o povo.

Esta a certeza que as mulheres de Évora confirmaram na sua primeira sessão de apoio à lista da APU às novas eleições; esta a certeza que irão transmitir a muitas outras mulheres e a muitos homens, que no próximo dia 19 escolherão de novo a sua Câmara.

Uma Câmara que deverá continuar ao serviço do povo.



Cada vez mais conscientes, cada vez mais intervenientes, as mulheres portuguesas saberão votar em quem defende os interesses populares

Eleições antecipadas em Penhascoso

Os órgãos autárquicos da Freguesia de Penhascoso vão ser de novo eleitos no próximo dia 26 de Novembro.

A freguesia de Penhascoso está situada no concelho de Mação, no distrito de Santarém.

A realização de eleições antecipadas é provocada pela demissão sucessiva dos eleitos do PS, que detinham a maioria absoluta na Junta e Assembleia de Freguesia.

Aumento de construção nos distritos do Norte

Enquanto, no conjunto do país, a construção de novos edifícios diminuiu cerca de um por cento no segundo trimestre deste ano, em relação ao mesmo período de 1977, nos distritos do Norte verificaram-se aumentos que vão de 13 a 21 por cento.

Nos distritos do Norte o índice de construção apenas baixou em Bragança (cerca de 13 por cento).

Câmara de Oeiras tomou posse administrativa da obra SAAL de Linda-a-Velha

A Câmara Municipal de Oeiras deliberou recentemente que, na próxima tomada de posse administrativa da obra já construída no novo bairro da Associação de Moradores «25 de Abril» em Linda-a-Velha (SAAL), as funções antigamente atribuídas ao «magistrado administrativo» passem a ser desempenhadas pelo presidente daquele município.

Como salientaria um verizador a propósito desta deliberação, **de acordo com o espírito da Constituição, é desejável que os actos administrativos a nível de concelho sejam cada vez mais caucionados pelos órgãos eleitos democraticamente e com a dispensa de magistrados administrativos.**

Na mesma reunião municipal a vereação aprovou em definitivo o projecto da sede da mesma Associação de Moradores «25 de Abril», o qual vai ser enviado à DGPU para comparticipação.

Tratando-se de uma obra municipal, a Câmara de Oeiras suportará a despesa não comparticipada.

Reformados reclamam por uma justa lei de finanças locais

Em recente sessão de esclarecimento realizada na Amadora, promovida pela União de Reformados, Pensionistas e Idosos local (URPIA) e pela Associação de Inquilinos Lisbonenses, foi aprovada por unanimidade uma moção que reclama a aprovação, na Assembleia da República, de uma **Lei de Finanças Locais que permita uma efectiva autonomia administrativa dos órgãos autárquicos e a crescente participação da população na administração local.**

Na referida moção, enviada à mesa da Assembleia da República e aos grupos parlamentares do PS e PCP, considera-se que uma tal legislação, **que tenha em conta as legítimas aspirações e exigências da população, é condição fundamental para abrir o caminho para a solução de alguns dos problemas da terceira idade e da população em geral.**

Moradores de Matosinhos debatem problemas locais

Reunido no passado domingo, o Secretariado da Coordenação das Comissões e Associações de Moradores do Concelho de Matosinhos discutiu diversos problemas que mais afectam a população local e decidiu, entre outras coisas, fazer uma jornada de trabalho voluntário para marcar passadeiras de peões no cruzamento entre a Estrada da Circunvalação e a Rua da Vilarinha.

Esta medida, importante para os moradores, sobretudo para as crianças que têm de atravessar o perigoso cruzamento, será acompanhada de dícticos a chamar a atenção dos automobilistas.

Como muitos outros problemas tivessem ficado por analisar, nomeadamente os que afectam os moradores de Picoutos, Cruz de Pau, Carcaveiros, foi marcada nova reunião para o próximo dia 21, sábado, a efectuar às 15 horas no pavilhão da Comissão de Moradores da Biquinha.

Câmara da Mealhada não presta contas à população nem resolve os problemas

Representantes da Assembleia e Junta de Freguesia da Pampilhosa, em recente sessão pública da Câmara Municipal da Mealhada, acusaram o município de não se empenhar na resolução dos problemas que mais afectam a população. Estão em foco, por exemplo, as obras de instalação da rede de esgotos e de abastecimento de água, que se arrastam há mais de cinco anos; o calçamento das ruas e a construção de uma ponte sobre a linha do caminho de ferro.

Durante aquela sessão a vereação seria igualmente muito criticada pelo facto de não aceitar a ajuda financeira de uma empresa local que se prontificou a participar com 50 por cento dos custos da construção de uma estrada na Pampilhosa e por permitir o arrastamento das obras de pavimentação de uma outra rua que estão a ser feitas (ou deveriam estar) com o apoio financeiro da mesma empresa.

Entretanto, a Câmara parece pouco disposta a prestar contas da sua actividade. Não obstante se ter comprometido a participar, na segunda quinzena de Setembro, numa reunião com a Assembleia de Freguesia da Pampilhosa, acabou por faltar.

Casa Branca tem posto médico

A população da Casa Branca inaugurou há dias o seu posto médico, conseguido graças ao trabalho voluntário de todos e a alguns apoios financeiros de diversos organismos oficiais e de trabalhadores.

Situada num importante nó ferroviário do distrito de Évora, a povoação de Casa Branca é hoje um aglomerado em que vivem cerca de quinhentas pessoas que, até há bem pouco tempo, tinham de se deslocar ao Escoural para receberem assistência médica.

Mobilizada pelo mesmo espírito que a levou a dar às suas duas únicas ruas os nomes de «Catarina Eufémia» e «25 de Abril», a população de Casa Branca decidiu formar uma comissão para a construção do necessário posto médico.

Conseguidos os indispensáveis subsídios junto da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, do Sindicato dos Ferroviários, do Governo Civil de Évora, da CILS de Évora e da Junta de Freguesia do Escoural, a população lançou-se ao trabalho de transformar um velho armazém da CP num edifício funcional e moderno — no seu posto médico.

Vereador da APU ajuda população de Serpa

O montante das senhas de presença nas sessões da Câmara Municipal de Serpa de um dos vereadores da APU, durante o corrente ano, foi oferecido ao Hospital daquela localidade que assim pôde comprar um televisor para a enfermaria das mulheres, onde já se encontra a funcionar.

O mesmo vereador havia anteriormente beneficiado aquele Hospital com uma oferta de cinco mil escudos, igualmente provenientes das senhas de presença.

Senhores da Quinta da Lagoalva tentam comprar uvas às UCPs

Situada em Vale de Cavalos, em pleno Ribatejo, a Quinta da Lagoalva permanece sob a administração dos herdeiros da Marquesa de Tomar e de Tancos.

Fomos alertados de que esta Casa estaria a tentar comprar a produção vinícola das UCPs a fim de encobrir a sua baixa produção. Confirmar-se-ia esta informação?

Metemos pés ao caminho para unidades colectivas da região. Começamos pela UCP «15 de Outubro»: 30 hectares de vinha e cerca de 35 ha de terra de charneca, 27 trabalhadores permanentes e 25 eventuais. Logo de entrada, um rancho de mulheres trabalhadoras não se rogo à fala.

— É bom vir cá ver que a UCP cumpre sempre com os seus deveres — disse uma trabalhadora. — Enquanto os lavradores andam a negar os 1 444 500 por semana, obrigando os trabalhadores a irem para a greve, a UCP já paga mais de 1 500 500 aos trabalhadores. Os lavradores dizem que não querem saber do exemplo da UCP. O que se vê é que, enquanto a UCP traz sempre um valente rancho durante todo o ano, os lavradores nunca trazem ninguém e preferem ir buscar gente de fora da terra e, mesmo assim, muitos deles apenas na época das vindimas. Quanto à Casa da Lagoalva, onde é capataz o António Cantoneiro, a dona foi dizer na telefonia que tinha «grande produção». Só se for de erval É que enquanto a UCP curou as suas vinhas cinco vezes, a Lagoalva só as curou uma vez. Agora querem comprar as uvas todas à UCP por 200 500 a arroba porque «não têm uvas para fazerem lavadura para os homens beberem...»

Outros até disseram que lhes interessava mais a colheita da péra, do pêssego e da maçã que a da uva. Mas tudo tem interesse para o país, não acha?

Estes que falam dos trabalhadores como quem fala de porcos, estes que querem comprar às UCPs as uvas que não produzem para fazer

«lavadura para os homens», estes que não cuidam das terras e mantêm em subemprego os trabalhadores que a eles acorrem em busca do ganha-pão, não se acoitam somente na Quinta da Lagoalva. Por todo o Ribatejo e ainda pelo resto do país, resta infelizmente caminho aos agrários sabotadores, esses que engrossam a CAP. De alguns mais, nos fala outra trabalhadora:

— O João Duque andou 5 meses a carpar a vinha mas não a descavou e só fez a poda em Maio. Diz ele que em Vale de Cavalos não lhe interessa empregar as mulheres porque seriam apenas 15 navilhas para a vindima e, fora da terra, tem 150 navilhas. Também o «Pejinho» foi buscar raparigas e rapazes de 13 e 14 anos fora, a quem pagou o salário da lei, apenas para que acabassem a vindima depressa. Eles não dão trabalho à gente da terra para fazerem os trabalhadores desempregados irem todos pedir o trabalho às UCPs que não podem dar a toda a gente pois não têm terras para isso. O que era bom era existirem mais UCPs. Entretanto, se pensavam aproveitar-se da nossa produção, enganaram-se porque a gente não lhes vendeu as uvas!

Seareiros trabalham de «pescoço apertado»!

A meio caminho da UCP «Luta dos Trabalhadores», debruçado na sua seara, um pequeno agricultor que nos fala da falta do seguro das colheitas, da incerteza da vida dos pequenos seareiros:

— Aquel arrendamos terras que, por sua vez, estão arrendadas à fábrica de produtos alimentares da Azinhaga, que nos leva a 9 contos por hectare. O dinheiro que tirei da seara de tomate não me chega para pagar a renda este ano. Parece que os da fábrica disseram que iam descontinuar uma parte. Isto por todo o lado é a mesma coisa. Na Chamusca, só os tipos alistados na CAP e no CDS

é que arrendam terras. Nós, seareiros, trabalhamos de pescoço apertado... se teimarmos muito até morremos. Sim, porque com o que o Governo faz com o preço dos adubos, dos insecticidas e pesticidas, estamos em vésperas de morte. A minha salvação é trabalhar de noite e de dia mais a mulher.

De onde nos vem alguma ajuda é apenas das UCPs: dispensam trabalhadores para nos ajudarem, apoiam-nos na medida do possível. Mas não podem, porque também não têm o apoio do Governo, porque ainda há muitos que as querem destruir. Deveria haver uma maior unidade entre seareiros e pequenos agricultores e UCPs; favoreceria todos contra os grandes que engodam as pessoas fazendo crer que têm trabalho para o ano inteiro e têm, mas, logo que podem, despedem tudo e oferecem menos salário, de imediato.

Quanto à Lagoalva, diz-nos este pequeno agricultor: — Vá ver a vinha ali pegada. Não foi cavada, nem lavrada. Era vinha aí para umas 200 pipas. Não dá nem umas 10. Algumas escaparam. É como na guerra: a gente diz que morre tudo mas sempre escapa algum. O engenheiro da Lagoalva dizia que queria salvar Portugal da crise mas o que ele quer é que vá tudo por água abaixo que é para ter de novo o barco nas mãos.

Só um tal João Simão, o maior rendeiro do concelho, é que vendeu uvas à Lagoalva. Depois dizem que tiveram uma grande produção e é mentira. Vá ver. Isto são tudo vinhas novas e vinho tinto que rende mais que o branco! Está tudo estragado. Vinhas de 15 anos, altura que dá muito vinho. Aí estão! Não prestam nem para comer.

As uvas das UCPs não vão para os agrários!

Na UCP «A Luta dos Trabalhadores», as mulheres



Nas UCPs, as vinhas foram tratadas a tempo e horas, porque os trabalhadores fazem do aumento da produção uma frente da sua batalha política



A vinha é apenas um exemplo do absentismo dos agrários. Mas a responsabilidade das terras incultas, das culturas desprezadas, do abandono pertence também aos que não aceleram o processo das expropriações

cantavam enquanto procediam à vindima.

— A Lagoalva é a maior vergonha do distrito de Santarém — afirmou uma trabalhadora, com o aplauso do rancho. — Uma Casa daquelas a andar de porta em porta a pedir que lhe vendessem uvas para que tivessem vinho nas adegas deles. Nós recusámos a venda. Eles que empreguem trabalhadores para lhes tratem da vinha. Têm aí uns 100 ha de vinha, o que dá uma produção de cerca de 2000 pipas de vinho. Pois este ano não

devem alcançar umas 50 pipas!

Quanto à UCP, temos uma boa colheita de uvas, ao contrário do ano passado. Mas não temos adegas próprias onde possamos fabricar o vinho. Temos de o pôr onde calha. São 62 hectares de vinha e 21 hectares de terra de lavoura, um total de 83 hectares de terra. Temos vinho, melão, tomate e pêssegos. O escoamento do melão deu para tarde e a produção foi pouca. Apanhámos o preço da tabela e um mercado já cheio. Por causa da cheia,

o tomate deu para tarde e assim juntou-se a vindima e a apanha do tomate e não temos pessoal que chegue para tudo. Mesmo assim empregámos quarenta e tal pessoas no período normal aí umas 20 pessoas. Poderia ser melhor. O que se passa é que a UCP ainda luta contra o agrário porque já tem ordem para abrir as instalações que estavam na mão dele mas sua excelência não quer entregar as chaves, dando respostas falsas e tentando tapar os olhos dos trabalhadores. Até ao cabo do ano, queremos tudo nas mãos da UCP ou com a força do IRA ou com a força dos trabalhadores. Fazemos questão que as outras UCPs saibam dos nossos problemas porque também gostamos de saber os das UCPs irmãs para assim nos ajudarmos uns aos outros.

No fim de tarde, os trabalhadores continuam a trabalhar cantando. Cantam da razão da sua luta, da certeza do seu sucesso. Cantam a solidariedade com os operários agrícolas em greve por melhores salários, cantam a necessária urgência de fortalecer a aliança com os pequenos agricultores.

Trabalham e cantam. Lutam. Pelo avanço da revolução, pela Reforma Agrária.

O MAP aposta no agravamento dos conflitos

Na sua última nota oficial, o MAP insiste: vai prosseguir com a entrega de reservas.

Argumentos utilizados: é impensável que, num Estado de Direito, a aplicação da lei possa ser objecto de dúvida; aplicar uma lei vigente há mais de um ano que foi legitimamente aprovada pela Assembleia da República é tarefa irrecusável de qualquer executivo, mesmo quando do limitado à gestão corrente.

E o MAP acrescenta na sua nota oficial, em termos intimidativos, que «algumas forças políticas e grupos de pressão têm tentado fazer crer à opinião pública que a actual equipa governamental do MAP não teria poderes para entregar reservas na zona de intervenção da Reforma

Agrária». Decididamente, quer nos termos utilizados, quer, o que é mais profundo, na política que quer e não pode fazer, o MAP aposta na impopularidade e na exacerbação dos conflitos sociais.

Não pode, de facto, a actual equipa do MAP, sem violar o carácter que lhe advém por pertencer a um Governo demitido, tomar decisões de fundo que excedem largamente a sua competência e que inevitavelmente provocarão conflitos e prejuízos graves à economia nacional», como afirma a nota da Comissão Política do PCP do passado dia 28 de Setembro. E não pode, pela simples razão de que este MAP, tão preocupado com a aplicação de uma lei tão

profundamente antipopular e que já provocou tanta desestabilização e surtos de violência na vida política nacional, por mais que o queira, este MAP não pode fazer tábua rasa da Constituição.

O MAP reivindica como tarefa irrecusável a aplicação de uma lei vigente. Pretende assim o MAP «executar a política definida para o seu Ministério», o que faz parte da competência dos membros do Governo, segundo a Constituição (Artigo 204.º). Mas que política se o programa de Governo foi rejeitado na Assembleia da República? Que Governo se este é um Governo demitido? Como pode arrogar-se o direito de ter competência administrativa em tão controversos sectores

(por este andar qualquer dia arrogar-se-ia o direito da competência legislativa), este Governo que é um Governo simplesmente demitido? Que leitura é esta que este MAP faz da Constituição, no que diz respeito à competência do Governo, pretendendo aplicar para si o que esta estabelece quanto à competência de Governos no pleno direito e exercício das suas funções? Isto quando, por outro lado, ignora que, mesmo no caso — esse sim irrecusável a um Governo demitido — de poder prosseguir com as reservas, teria de ouvir os trabalhadores e as suas organizações, segundo o artigo 104.º da Constituição? Exorbitando as funções que tem e ainda as que teria se fosse um Governo de pleno direito, a actual equipa do MAP concedeu

unicamente um prazo de oito dias para entrega de reservas, um prazo que é no conteúdo e na forma, um «ultimatum».

É bom que o actual MAP não esqueça isto quando promete informar pormenorizadamente a opinião pública sobre os casos «em que de imediato irá proceder à entrega de terras aos seus legítimos possuidores». É bom que repare que além de exorbitar claramente as suas funções na defesa da lei antipopular que convém aos agrários, nem sequer projectou cumpri-la no que ela tem de simulacro de audição dos trabalhadores.

É a nota oficial que o diz em termos elucidativos das opções de classe de quem se encontra no MAP: «as entidades colectivas ocupantes das respectivas

terras foram oportunamente avisadas para procederem à sua entrega». É o que se chama tentar ir mais longe do que Barreto e Portas no mau caminho de uma má lei: onde a concessão do prazo diminuiu, mas estabelecido até na própria lei Barreto, para as UCPs darem resposta, procederem às suas medições de pontuação, analisarem as consequências sobre a viabilidade económica da unidade da reserva pretendida? Mas este é um terreno no qual o debate serve apenas de denúncia à opinião pública, pois é um terreno que, por limitações próprias de um Governo demitido, não compete ao MAP. Não pode pôr-se em questão a aplicação de uma lei que este MAP e este Governo não têm competência para aplicar.



Já assolado por uma política desastrosa para a lavoura, se Portugal entrasse no Mercado Comum, que futuro para a esmagadora maioria das explorações familiares senão a ruína, a proletarianização dos pequenos agricultores? O MODEF alerta com o conhecimento doloroso de uma experiência de 15 anos de integração da França na CEE

A subida dos custos de produção não justifica o aumento dos adubos

O Secretariado Distrital das Ligas Agrícolas de Lisboa denuncia que o aumento do preço dos adubos, que acarretará grandes aumentos nos custos de produção, não se justifica pelos custos da produção adubeira, pois estes só aumentarão 2 a 7%. Considerando que o aumento do preço dos adubos é mais uma forma de ataque aos pequenos e médios agricultores, que nos vai atirar para a miséria, e respondendo ao Governo que afirma ter a venda dos adubos para a presente campanha começado há dois meses, o Secretariado das Ligas Agrícolas garante que, segundo informação de vários concelhos, desde o início da campanha que não há adubos à venda: «Os grandes armazenistas — afirma o Secretariado — açambarcam os adubos à espera que saíssem os aumentos, demonstrando assim o conluio existente entre eles e o Governo.»

A salvação das outras organizações de classe dos trabalhadores do campo, o Secretariado Distrital das Ligas Agrícolas de Lisboa reivindica que os sacos de adubos tenham a indicação do preço, evitando-se assim que os especuladores vendam adubo já antigo ao preço novo.

Atenção UCPs e Cooperativas à especulação com o arroz!

Tem-se observado que vários intermediários se dirigem a UCPs e Cooperativas com boa produção de arroz, nomeadamente do arroz de semente soviético que provou muito bem nas nossas terras, oferecendo preços de 11 e 12 500. Ao oferecerem estes preços, estes intermediários a que preço irão vender o arroz de semente aos pequenos e médios agricultores e mesmo a outras unidades que, desprevenidas, lhes caíam sob as garras? Que pretendem senão açambarcarem o arroz de boa qualidade para depois imporem o preço que muito bem entendem, argumentando depois que o custo elevado do arroz de semente se deve à Reforma Agrária?

Por detrás da «generosidade» destes intermediários encontra-se uma manobra de especulação económica e política. Os trabalhadores das UCPs e Cooperativas devem manter-se alerta e vigilantes não embarcando na venda fácil que pode vir a custar-lhes muito mais dissabores e inconvenientes do que as vantagens aparentes: esta a posição assumida já em algumas unidades colectivas que, mais cedo, se aperceberam das implicações da questão.

Rendeiros reclamam o fim dos despejos

O Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte (MARN) manifestou a disposição de desenvolver a luta pelo respeito dos direitos dos camponeses sem terra e exigir do Governo garantias para produzirem em paz e segurança. Neste sentido, membros do secretariado do MARN anunciaram que «conscientes da hora grave por que passam, milhares de agricultores irão lutar com firmeza pelo fim dos despejos e pela revogação dos artigos 17, 18 e 19 da Lei 76/77, que regula o regime de arrendamento rural.

A partir do próximo mês, largas dezenas de famílias de rendeiros estão ameaçadas de serem expulsas das casas e dos campos onde habitam e trabalham. Esta uma das nefastas consequências para os camponeses sem terra, derivadas da aplicação da chamada «lei dos senhorios ricos», aprovada pelo PPD e pelo PS, em particular dos três artigos acima citados, ao

abrigo dos quais têm sido desencadeadas as acções de despejo.

Em diversas diligências efectuadas junto da Assembleia da República, de representantes dos grupos parlamentares, do MAP e de outras entidades, delegações do MARN reclamaram a revogação dos três artigos, tendo recebido como resposta a garantia de que, antes das colheitas, a lei seria revista, o que não sucedeu.

Perante isto, os dirigentes do MARN consideram ter chegado a hora de exigir «uma resposta rápida que contemple os muitos milhares de agricultores-rendeiros que, com esta lei, estão ameaçados de despejos». A propósito colocaram duas questões: «Será possível recuperar a nossa economia retirando a terra a quem a trabalha e que, durante anos, investiu em máquinas, instalações e correctivos da terra? Será que alguém espera que aqueles que nunca trabalharam a terra, o vão fazer agora?»

Domingo em Beja: Encontro de trabalhadoras agrícolas

É já no próximo domingo o Encontro de Mulheres Trabalhadoras Agrícolas convocado pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja. Os trabalhos iniciar-se-ão às 10 horas no Salão dos Bombeiros Voluntários de Beja e é de esperar uma larga participação de trabalhadoras que coloquem os problemas concretos que as atingem.

No comunicado -convocatória a todas as trabalhadoras agrícolas, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja afirma:

«A forma como tem sido conduzida a política agrícola pelos sucessivos governos, desde o VI Provisório até ao III Constitucional, tanto no que respeita ao desenvolvimento da Reforma Agrária como na falta de apoio aos Pequenos e Médios Agricultores, tem trazido a este sector fundamental da economia na nossa região gravíssimos inconvenientes aos trabalhadores agrícolas e especialmente às mulheres trabalhadoras do campo.

De facto, duma situação de pleno emprego, em meados de 1975, passou-se ao quase

total desemprego das trabalhadoras agrícolas nesta data, devido à política incorrecta de entrega de reservas ilegais e arbitrarias aos grandes agrários e à falta de apoio técnico e financeiro, tanto às UCPs/cooperativas como aos Pequenos e Médios Agricultores.

Neste momento cerca de 12 000 trabalhadoras agrícolas encontram-se no desemprego, sem que lhes seja reconhecido o direito ao subsídio de desemprego e sem que se verifique, da parte das

entidades oficiais, a mais pequena intenção de resposta a esta grave situação.

Impõe-se portanto que nos organizemos e lutemos para que as garantias que a nossa Constituição nos consagra, passem de simples palavras a realidades concretas.

Nesse sentido, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, certo de ir ao encontro dos anseios mais sentidos das suas associadas, decidiu promover um Encontro Distrital de Trabalhadoras Agrícolas a realizar no próximo

dia 15/10/78, pelas 10 horas, no Salão dos Bombeiros Voluntários de Beja.

Combater o desemprego

«Este Encontro tem como objectivo travar uma larga discussão à volta dos problemas existentes tais como:

a) Desemprego e formas de o combater; subsídio de desemprego

b) Condições de Trabalho: salários e outras regalias sociais

Obviamente estes problemas deverão ser canalizados tendo em atenção dois aspectos fundamentais:

Sector Privado e Sector da Reforma Agrária

Para que do Encontro saiam conclusões positivas torna-se necessário que em todas as freguesias as mulheres se reúnem, discutam os seus problemas e desiguais as suas representações ao Encontro Distrital das associadas do nosso Sindicato.

Trabalhadora Agrícola: Pela importância de que se reveste tal Encontro não deixes de participar, a tua presença é indispensável para o teu Sindicato!



Combater o desemprego, lutar por melhores condições de trabalho, são objectivos do Encontro de Trabalhadoras Agrícolas que se realiza no próximo domingo em Beja

A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA TAREFA DE TODO O MILITANTE

— Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

● OS COMUNISTAS NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Assembleia da República é um dos cinco órgãos de soberania consignados na Constituição da República Portuguesa. Não sendo a AR o único órgão da República eleito pelos cidadãos — pois o Presidente da República também o é — ela é no entanto o único que é eleito com base nos partidos políticos, que no sistema constitucional português ocupam um lugar essencial. É aquela que pela sua própria composição plural, pode reclamar-se de representar aproximadamente a expressão eleitoral das várias classes e camadas sociais e das diversas correntes de opinião; daí a sua importância fundamental no sistema constitucional democrático.

A Assembleia da República tem desempenhado um papel determinante no sistema político português, através da sua produção legislativa, através da sua função de controlo da actividade governamental e ainda através do debate dos problemas nacionais.

Como determina a CRP, só os partidos podem apresentar candidatos à AR, não estando os deputados sujeitos a mandato imperativo, isto é, não estão vinculados a um programa apresentado aquando das eleições. O facto de não existir o mandato imperativo não significa que o povo português se alheie do comportamento e actuação dos deputados, e portanto dos partidos; o povo português, e em particular as massas trabalhadoras poderão, através do conhecimento das posições assumidas na AR, avaliar com maior justeza quem efectivamente defende os seus interesses e por eles se bate, quem na AR se esforça e luta pelo regime democrático, pelo futuro e independência nacionais.

As edições «Avante!» acabam de publicar o **Pequeno Guia Parlamentar**, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP. Como diz o seu presidente, Carlos Brito, na nota de abertura: «Não se julgue, no entanto que elaborámos um mero catálogo de indicações úteis sobre a Assembleia da República e as leis que ela fez até agora». Ele abarca quatro campos de informação e esclarecimento, que contribuíram de um modo importante para o reforço da consciência política dos portugueses, para o desenvolvimento, que contribuíram de um modo importante para o reforço da consciência política dos portugueses, para o desenvolvimento e aprofundamento do nível ideológico dos trabalhadores, dos democratas.

Define, explica e esclarece conceitos fundamentais directamente ligados à actividade política, social e económica. O que é o órgão de soberania Assembleia da República, o seu lugar no sistema constitucional; o que significa a Constituição da República Portuguesa, a história da sua elaboração (e dos ataques que sofreu); função e competência do governo e suas relações com a AR; e variadíssimos outros aspectos da actividade política. Em relação à realidade socio-económica da nossa informação precisa sobre liberdade sindical, direito ao trabalho, despedimentos, greve, autogestão, comissão de trabalhadores, controlo operário; analfabetismo e educação, a criança e a previdência, a reforma agrária, as empresas nacionalizadas e intervenções, poder local e participação popular; e ainda um sem número de outras referências.

O **Pequeno Guia Parlamentar** é também um verdadeiro guia do funcionamento parlamentar, quer da sua vida interna, quer das relações formais com o governo, quer ainda das suas relações com os cidadãos. Como funciona a delegação de poderes legislativos, como se processa a discussão da lei do Plano e Lei do Orçamento Geral do Estado, a constituição das Comissões parlamentares, o papel do período de Antes da Ordem do Dia das sessões, petições e entrevistas por parte dos cidadãos, etc., etc.

Mas é nos dois outros campos de incidência que mais importa evidenciar o valor do **Pequeno Guia Parlamentar**: ele contém um balanço de actividades dos deputados comunistas e uma síntese das posições políticas assumidas pelo PCP e, por outro lado, apresenta a exemplificação concreta de como a presença dos deputados comunistas é indispensável e frutosa quer nos debates dos problemas nacionais quer na produção legislativa.

Citando, de novo, Carlos Brito: «Esta forma pretendemos que ele seja também interpretado como uma prestação de contas ao povo português, especialmente aos trabalhadores e a todos aqueles que deram a sua confiança ao PCP nas eleições legislativas de 1976 [...] O PCP cumpre o que promete!».

Não há, praticamente, sector da vida do povo português que não tenha sido contemplado com a intervenção interessada e combativa dos deputados

comunistas. Essa intervenção tem-se traduzido nas declarações políticas dos períodos de antes da ordem dos trabalhos, na participação nas Comissões parlamentares na discussão de projectos de lei, na apresentação de 25 projectos de lei, nas entrevistas tidas com comissões de trabalhadores, etc., etc. As principais intervenções e declarações estão nos seus passos fundamentais transcritos no **Pequeno Guia Parlamentar**. É impossível dar aqui uma imagem correcta do que é esse material posto à disposição de todos os trabalhadores, de todos os democratas; é a política do trabalho e os direitos dos trabalhadores, é a defesa das liberdades e o combate à ofensiva reaccionária, é a política extrema e a defesa da paz, é a defesa e consolidação das conquistas do 25 de Abril e a luta contra a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, é a política educacional e cultural, é a defesa das autarquias, é a política económica e financeira, é a defesa da independência nacional; é, enfim, um pequeno testemunho de dois anos de trabalho parlamentar ao serviço dos trabalhadores, do povo, do país.

Mas não se pense que esta acção não deve efeitos práticos e positivos. Ao longo do **Pequeno Guia Parlamentar** vai-se verificando quantas e quantas alterações positivas foram introduzidas em documentos legislativos por força da intervenção dos deputados comunistas. E sem os deputados comunistas não teria sido aprovada a lei que proíbe as organizações fascistas, as leis do recenseamento e eleitoral, em que PCP e PS votaram juntos derrotando os intentos dos partidos e forças de direita.

O **Pequeno Guia Parlamentar** ilustra bem quanto. «É necessário que o Partido e os trabalhadores se preparem também para as eleições (antecipadas ou não) de forma a assegurar três resultados essenciais: a) derrotar os partidos da reacção de forma a que continuem em minoria; b) dar novamente a maioria aos partidos democráticos (designadamente ao PCP e PS); c) reforçar consideravelmente a votação do PCP e o número de deputados do PCP como condição fundamental para a defesa das liberdades e das conquistas da Revolução e o prosseguimento do regime democrático consagrado na Constituição».

(Reunião Plenária do CC do PCP, de 26/9/78)

Temas vários

Paris, 3 de Outubro de 1945: A FSM — um grande marco na história do movimento sindical mundial

Paris, 3 de Outubro de 1945. Terminara a trágica experiência da guerra. A vitória sobre o fascismo consolidava as posições dos partidários da paz e do progresso no mundo inteiro. Melhoravam as condições para acabar com a divisão sindical.

Os primeiros contactos entre o TUC (Central Sindical Britânica) e o CCSS (Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos) datavam de 1941. Em 1944, a preparação de uma Conferência Sindical Mundial era um objectivo concreto e possível.

Reunida em Setembro e Outubro de 1945, a Conferência de Paris culminava esse processo unitário. Em 3 de Outubro de 1945, 272 delegados, representando 64 milhões de trabalhadores de 56 países, aprovavam os Estatutos da Federação Sindical Mundial (FSM) e transformavam a Conferência de Paris no 1.º Congresso Sindical Mundial.

Ao completar 33 anos, a FSM, apesar das tentativas para a destruí-la, pode orgulhar-se de representar a força maioritária da unidade sindical e a sua consolidação e progresso entre os trabalhadores de todo o mundo.

Mas essa unidade não é nem foi fácil.

A tentativa para a destruir começou cedo.

Em Dezembro de 1947, em pleno período de consolidação orgânica da FSM, a Wall Street (sede da alta finança imperialista) promovia uma reunião em Nova York. Presentes os líderes da Federação norte-americana do trabalho (AFL). Ao lado de um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Grã-

internacional. A ela cabia o trabalho divisionista fora da FSM. Dentro, essa tarefa ficaria a cargo do CIO (Congresso de Organizações Industriais, hoje ligado à AFL) e do TUC britânico. Ambas as associações eram fundadoras da FSM.

O «plano estratégico» falhou.

Comandado pelos interesses do Plano Marshall, isto é, do capitalismo americano, o seu objectivo era a desagregação completa da FSM.

Alguns pontos essenciais

No Preâmbulo dos Estatutos da FSM, aprovados na Conferência-Congresso de Paris, em 3 de Outubro de 1945, e que constituem um verdadeiro Programa de Acção, figuram, entre outros, estes pontos essenciais, que mantêm hoje toda a validade.

● A eliminação definitiva do fascismo

● A luta pela paz e contra as causas da guerra

● A luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho das classes laboriosas

● A eliminação do sistema colonial, o direito à autodeterminação dos povos e à independência nacional

● A luta contra o atraso económico

● O desenvolvimento da solidariedade e da unidade sindical à escala nacional e internacional

Bretanha, sentavam-se Green, Dubinsky, Wall e Meany. A reunião, da iniciativa do patronato e dos seus servidores mais fiéis nos sindicatos americanos (Meany lá continua), terminava com um projecto, um «plano estratégico» para a divisão da FSM. A AFL, deveria encabeçar uma nova organização sindical

Em Fevereiro de 1948, reúne em Londres uma conferência sindical convocada pela AFL, CIO e TUC. Respondiam à chamada divisionista organizações sindicais dos 16 países, que entretanto tinham aderido ao Plano Marshall. Cria-se um comité consultivo sindical para impulsionar a central da divisão



Um dos primeiros encontros entre os dirigentes sindicais britânicos e soviéticos, em 1942. Na gravura: Walter Citrine, presidente do TUC (à direita) e Nikolai Shvemiak, secretário do CCSS (à sua esquerda), visitando uma fábrica de Londres

e da pretendida hegemonia capitalista.

O nosso conhecido Irving Brown, que já nessa altura manobrava na Europa por conta da AFL (hoje, AFL-CIO) afirmava, depois da Conferência de Julho, realizada em Londres nesse mesmo ano e com os mesmos 16 países, que essa Conferência era «um novo passo para a fundação de uma nova central do movimento sindical internacional oposta à FSM».

Dai à CISL foi um passo.

Mas a FSM não se dissolveu como queria o imperialismo americano.

Antes cresceu e se consolidou na sua base de sempre: o seu carácter unitário, universal, democrático e de classe.

É verdade que, apesar dos esforços do núcleo mais lúcido da FSM, não foi possível evitar a cisão de 1949.

Mas o objectivo principal da manobra cisionista não foi atingido pelos inimigos da unidade.

A FSM sobreviveu à crise. Não só evitou a «morte», anunciada por alguns naquela época, como conseguiu consolidar as suas fileiras e crescer.

Um espírito de abertura Uma prática de unidade

A FSM, ao longo dos seus 33 anos de vida, não tem limitado os seus esforços à unidade interna.

Ainda no tempo da «guerra fria», nos anos difíceis que medeiam entre 1949 e 1957, já se colhiam resultados de uma política de abertura e de unidade de acção que continua.

Hoje a FSM não poupa esforços e iniciativas concretas para a unidade de acção com a CISL, a CMT e os sindicatos sem filiação em todo o mundo.

Mantém-se de pé, designadamente, a proposta do seu VIII Congresso dirigida à CISL (Confederação Internacional dos Sindicatos Livres) e à CMT (Confederação Mundial do Trabalho) para a organização de um «colóquio sindical internacional sobre as liberdades e os direitos comparados» dos sindicatos e trabalhadores na empresa dos países socialistas e dos países capitalistas.

A FSM não teme o confronto. Não teme o debate franco e aberto.

Essa política está, de resto, em conformidade com a vontade crescente de camadas cada vez mais numerosas de trabalhadores, que compreendem cada vez melhor que, para dar resposta aos grandes problemas contemporâneos com que se defrontam, é preciso acabar com a divisão sindical, abrir e desenvolver o diálogo, a cooperação, a unidade.

Nos seus 33 anos de vida, a FSM soube manter, apesar de erros e fraquezas que não esconde, a fidelidade militante aos princípios que presidiram à sua fundação e que demonstraram possuir uma grande vitalidade e um grande poder de atracção junto das massas trabalhadoras.

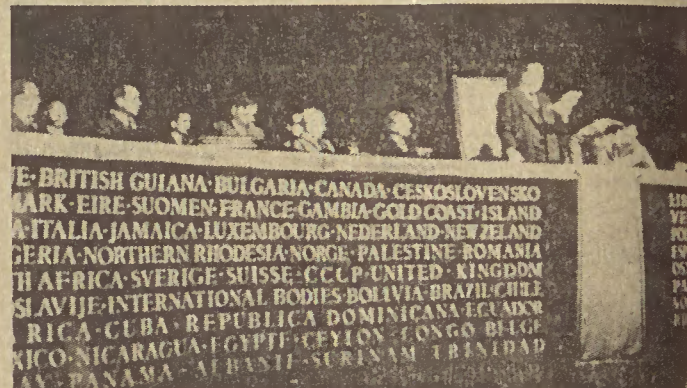
A FSM soube responder às manobras que visavam a sua liquidação em 1949. Soube opor-lhes uma orientação unitária, clara e ampla, dando um impulso novo à unidade de acção dos trabalhadores e dos seus sindicatos, sempre na disposição de ultrapassar a divisão no plano internacional.

A FSM esteve sempre ao lado dos que lutam, na defesa permanente dos trabalhadores, ao serviço da sua causa.

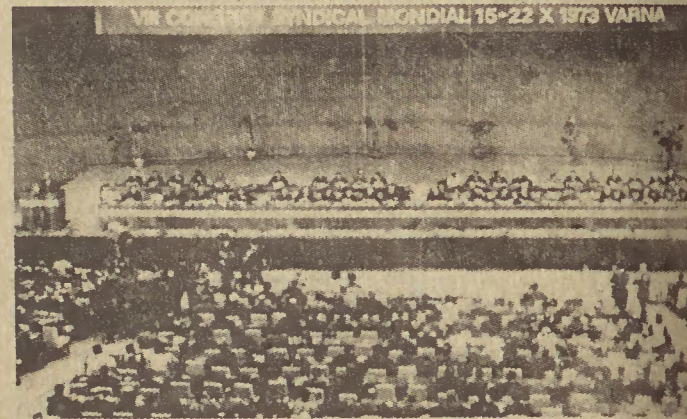
A solidariedade militante da FSM, a sua acção diária ao lado dos trabalhadores de todo o mundo, caracterizam a sua história e granjearam-lhe um prestígio merecido, que aumentará ao serviço das massas trabalhadoras de todo o mundo para as unir num programa claro de libertação.



Em 25 de Fevereiro de 1945, encontram-se em Londres os dirigentes sindicais dos países que lutavam contra o eixo nazi-fascista Berlim-Roma-Tóquio. Objectivo: fixar as modalidades da criação de uma Central sindical mundial única, a FSM. Entre os participantes, da esquerda para a direita: Benoit Frachon, secretário-geral da CGT; Sydney Hillman, vice-presidente da CIO americana; Louis Saillant, secretário do Comité Préparatório da FSM; Robert Botherau, secretário da CGT; e V.V. Kuznitsov, presidente do CCSS



Paris, 3 de Outubro de 1945. A Conferência Sindical Mundial decide constituir-se em 1.º Congresso Sindical Mundial. Nasce a Federação Sindical Mundial. Assim se punha fim a uma divisão do movimento sindical que entravava a eficácia das suas acções pelo bem-estar dos trabalhadores, a paz, a democracia e o progresso social



Varna (Bulgária), 15 a 22 de Outubro de 1973. O 8.º Congresso Sindical Mundial entra na história sob a designação de «Congresso da Abertura». Propõe às centrais sindicais internacionais — CISL e CMT — um diálogo para estabelecer uma cooperação entre os sindicatos, no âmbito da luta pela satisfação dos interesses vitais dos trabalhadores



Sessão da Comissão Executiva da FSM (Paris, Setembro de 1949) no decorrer da qual foi decidido rejeitar as propostas dos cisionistas que visavam destruir a FSM. Da esquerda para a direita: V.V. Kuznitsov, L. Saillant, G. di Vittorio, L. Toledano, A. Le Leap

303 organizações sindicais 230 milhões de trabalhadores

No 9.º Congresso da FSM (Praga, Abril de 1978), participaram 303 organizações sindicais de 126 países, representando 230 milhões de trabalhadores do mundo inteiro. Desde o Congresso anterior (Varna, 1973) as organizações filiadas passaram de 59 para 73 com um total de 190 milhões de filiados. Entre as organizações representadas no 9.º Congresso, 174 (incluindo a CGTP-IR) não estavam filiadas na FSM. O facto ilustra bem o carácter aberto dos trabalhos e da política da Federação. Segundo o Documento de Orientação e Acção, aprovado, a FSM, com sede em Praga, é uma Central "largamente aberta a todas as organizações sindicais sem outra exigência que não seja a de essas

organizações actuarem para defesa dos interesses dos trabalhadores". No processo unitário da FSM colaboram, filiadas ou não, associações sindicais dos países socialistas, dos países capitalistas desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento e dos países subdesenvolvidos. O 9.º Congresso da FSM, que continua a basear toda a sua actividade nos princípios aprovados na Conferência-Congresso de 1945 (carácter unitário, universal, democrático e de classe) decorreu sob o lema da "unidade e solidariedade dos trabalhadores e dos sindicatos nas lutas actuais e por um mundo onde se desenvolverão, na paz e na independência dos povos, o bem-estar, as liberdades e o progresso económico e social".

«Sputnik», a grande Aventura

Dia 4 de Outubro de 1957. Cosmódromo de Baikonur, sudoeste da República Socialista Soviética do Cazaquistão. Na rampa de lançamentos e recortado no fundo negro da noite meridional, encontra-se um foguetão de dois andares. Bruscadamente soa um clarim, as últimas pessoas abandonam a plataforma, começa a contagem decrescente final. Os motores rugem, uma luz intensíssima inunda a estepe e o engenho sobe, atroador, numa linha perfeita. Avança para o espaço cósmico o «Prosteichii Sputnik» («Sputnik Simplíssimo»), o primeiro engenho que o Homem conseguiu «atirar» para além da atmosfera terrestre — o primeiro satélite artificial do nosso planeta.

A notícia deste acontecimento provocou, no mundo inteiro, um frémito de emoção difícil de encontrar nos anais da História da Humanidade. Era a concretização do Sonho, a conquista do Impossível, a vitória do Homem sobre a própria Terra. O regular «bip-bip»

emitido pelo pequeno «Sputnik-1» (pesava apenas 84 quilos) captado em todo o planeta, transmitia ao mundo a exaltante notícia de que começara a conquista do espaço cósmico. O Homem ultrapassara mais uma fronteira.

Em 1957 comemorava-



Foi em 1957 que a URSS lançou o primeiro satélite artificial. Tinha a forma de um globo e pesava 84 kg

-se o centenário do nascimento do cientista russo Constantin Tsiolkovski, o Pai da Cosmonáutica, criador das suas bases teóricas. Corria o Ano Geofísico Internacional e, no seu âmbito, tanto os EUA como a URSS haviam já anunciado que pretendiam

lançar o primeiro satélite artificial da Terra nesse ano. O jornal soviético «Izvestia» considerava, em Setembro, que tal facto, a acontecer, seria de excepção importância e constituiria o melhor monumento a Tsiolkovski. Aconteceu a 4 de Outubro. Com o pequeno

«Prosteichii Sputnik». Um mês depois, a 3 de Novembro de 1957, captavam-se os sinais do segundo Sputnik soviético, desta vez biológico, de 508 quilos de peso e com a cadeira «Laika» a bordo. A 1 de Fevereiro de 1958 surgiu o primeiro satélite norte-americano, o «Explorer-1»; em Maio de 1958 a União Soviética colocava em órbita o seu terceiro Sputnik, um laboratório geofísico que pesava 1327 quilos... O Homem iniciava a exploração planificada do Cosmos.

Nestes 21 anos vividos após o lançamento do primeiro Sputnik, milhares de engenhos foram enviados para o Espaço sideral, o Homem passou por ele, pisou a Lua, recolheu amostras do seu solo por processos inteiramente automáticos, habitou estações orbitais,

enviou sondas a Vénus e a Marte, e continua, de conquista em conquista, a mais prodigiosa odisséia da sua História, odisséia que, mesmo agora, ainda se encontra nos seus alvares.

O Sputnik, quem em russo significa «Companheiro de viagem», foi lançado numa altura em que as relações internacionais se desenvolviam na perigosa e envenenada atmosfera de «guerra fria». Muito se avançou desde então, quer no campo da ciência, quer no campo da Paz e do Progresso, influenciando para o estreitamento de relações e colaboração entre os povos. A dar-lhes cada vez mais a certeza de que são «Companheiros de viagem».



Imagem do centro soviético de comunicação a longa distância. É daqui que são dirigidos e controlados os satélites artificiais e naves cósmicas

Semana

3
Terça-feira

Na Conferência anual do Partido Trabalhista britânico, no poder, os delegados votam por duas vezes contra o programa do governo de Callaghan e em particular contra as restrições impostas aos aumentos salariais; Callaghan, ao discursar ameaça que se a inflação aumentar novamente, o governo tomará as necessárias medidas no campo fiscal e monetário. ■ O presidente do Líbano, Elias Sarkis, considera que a continuação dos combates em Beirute chegou a um ponto que ameaça a sobrevivência do Estado libanês. ■ É anunciado que o PS francês apresentou ontem, no Parlamento, uma moção de censura contra o governo de Raymon Barre e apelou à rejeição da política de austeridade levada a cabo pelo primeiro-ministro. ■ O jornal moçambicano "Notícias da Beira" informa que três aviões rodésianos foram abatidos na província de Manica durante o ataque de 20 de Setembro passado contra Moçambique. ■ Os combatentes da Frente Patriótica do Zimbábwe destroem uma ponte na estrada principal entre Salisbúria e a África do Sul, cortando uma das artérias vitais de apoio ao regime racista da África do Sul. ■ A imprensa diária noticia que o brigadeiro Hugo Abreu, ex-chefe da Casa Militar da Presidência da República brasileira, foi ontem condenado a 20 dias de prisão por causa das frequentes críticas que tem dirigido à ditadura de Geisel e em especial contra a candidatura oficial à PR de "deflim" do ditador, general João Baptista Figueiredo.

4
Quarta-feira

Segundo fontes japonesas em Bona (RFA), o chanceler da República Federal Alemã, Helmut Schmidt, receia que a Europa enfrente uma crise de segurança se as conversações SALT entre americanos e soviéticos falharem. ■ Um dos Partidos da coligação governamental de centro-direita da França (os "gaullistas") adverte "solenemente" o primeiro-ministro Barre de que, caso o seu gabinete não modifique a sua política económica em relação à Europa, poderá retirar o seu apoio ao governo. ■ Na esteira do Bahrain, Koweit, Qatar e Emiratos Árabes Unidos, a Arábia Saudita e a Jordânia aceitam participar na cimeira árabe proposta pelo Iraque para contrariar os acordos de Camp David e criar um fundo financeiro que permita ao Egipto desligar-se dos compromissos com o governo norte-americano. ■ É descoberto, nos EUA, o cadáver já em decomposição de John Paisley, antigo director adjunto do serviço de investigações estratégicas da CIA. ■ Os EUA concedem autorização para entrar no país ao primeiro-ministro racista da Rodésia, Ian Smith.

5
Quinta-feira

Demite-se o governo de coligação centro-direita da Suécia, de que faziam parte centristas, conservadores e liberais e que constituía o primeiro governo sueco, em 44 anos, que não era liderado pelos sociais-democratas. ■ O "Prémio Nobel da Literatura" é atribuído a Isaac Bashvis Singer, um escritor judeu nascido em Varsóvia e entretanto naturalizado norte-americano. ■ A polícia do Xá mata e fere várias pessoas ao reprimir uma manifestação de estudantes em Khorramaran, no sul do Irão. ■ Responsáveis norte-americanos afirmam em Washington que as conversações para um novo acordo SALT entre os EUA e a União Soviética estão prestes a terminar. ■ Três navios de guerra israelitas bombardeiam, durante 90 minutos, a estrada marginal de Beirute, ao mesmo tempo que os sionistas ameaçam atacar o Iraque e a Síria.

6
Sexta-feira

Quinze mortos, 300 feridos, 45 lojas destruídas e 3 milhões de dólares em prejuízos é o balanço provisório dos distúrbios que há quatro dias se verificam na Guatemala em protesto contra o aumento de preço dos transportes públicos decretado pelo governo. ■ Os dirigentes políticos da Suécia encetam conversações para a formação de um novo governo, após a demissão do primeiro-ministro Faeldin. ■ Na Tunísia os acusadores públicos no julgamento dos 29 sindicalistas acusados de "incitar" os "distúrbios" registados no país em Janeiro último, pedem a pena de morte para todos eles, incluindo o antigo presidente da Central Sindical tunisina, UGTT, Habib Hachour. ■ Ian Smith, chefe do governo racista da Rodésia, parte para os EUA com o objectivo confessado de angariar apoio para o seu regime. ■ Enrico Berlinguer, secretário-geral do Partido Comunista Italiano, chega a Moscovo para uma visita de quatro dias, durante a qual se avistará com o presidente Leonidas Brejnev. ■ Andrei Gromyko, ministro dos NE soviético, considera que se registaram alguns progressos nas conversações soviético-americanas para um novo acordo SALT. ■ Daniel Arap Moi é eleito presidente da "União Nacional Africana do Quênia" (KANU), única formação política autorizada no país, e designado único candidato deste partido para a próxima eleição presidencial, o que o torna virtual sucessor de Jomo Kenyatta.

7
Sábado

Senado espanhol aprova o novo texto constitucional. ■ Inundações no Sueste Asiático atingem principalmente vastas áreas da Tailândia, onde provocam danos avultados nas colheitas de arroz, vitimando mais de 90 pessoas e forçando à evacuação de meio milhão de outras. ■ A cápsula espacial soviética "Progresso-4", transportando cerca de duas toneladas e meia de provisões, ataca com êxito à estação espacial "Sallut". ■ Na União Soviética e festejado o primeiro aniversário da nova Constituição do país. ■ Beirute, capital do Líbano, vive as suas primeiras horas sem combates, na sequência de um cessar-fogo conseguido num encontro entre os presidentes Elias Sarkis, do Líbano, e Hafez Assad, da Síria.

8
Domingo

Chegam a Manágua, capital da Nicarágua, representantes da República Dominicana, da Guatemala e dos EUA para servirem de "mediadores" entre o ditador Somoza e os seus opositores. ■ Em Teerão, capital do Irão, a repressão volta a abater-se sobre o povo, tendo a Polícia do Xá feito fogo sobre multidões, na cidade de Badol, na costa do mar Cáspio, matando várias pessoas e ferindo muitas outras.

9
Segunda-feira

O governo de coligação social-democrata-liberais do chanceler Helmut Schmidt, da RFA, vence as difíceis eleições estaduais no Hesse, aumentando também a sua percentagem na votação. ■ O "Diário do Povo", órgão do PC da RP da China, anuncia que está convocado para a próxima quarta-feira, em Pequim, o Congresso Nacional dos Sindicatos Chineses, o que consagrará uma organização que fora desmantelada durante a "Revolução Cultural", por ser considerada um símbolo do "revisionismo".

10
Terça-feira

No julgamento dos 29 sindicalistas da Tunísia, acusados de "provocarem" a repressão que o regime desencadeou no princípio do ano, Habib Achour, secretário-geral da Central Sindical do país, e Abderrazak Ghorbal, secretário regional, são condenados a 10 e anos de prisão; os restantes sofreram penas menores. ■ O ex-anos de paz; os restantes sofreram penas menores. ■ O ex-primeiro-ministro racista John Vorster toma posse como presidente da África do Sul. ■ Daniel Arap Moi é declarado presidente do Quênia, sem recurso às urnas, pois não se apresentara mais nenhum candidato. ■ Em Ancara, capital da Turquia, são assassinados seis membros do Partido Trabalhista, na oposição, tendo o primeiro-ministro Ecevit acusado a extrema-direita de "acirrar" ódios para conquistar o poder.

1968 — Golpe de Estado de esquerda no Peru, chefiado pelo general Juan Velasco Alvarado.

1957 — A URSS lança o Sputnik, o primeiro satélite artificial da Terra.

1967 — Trinta pessoas são feridas durante desordens em Londonderry, na Irlanda do Norte, provocadas por alegadas discriminações contra os católicos.

1973 — Estalam os combates no Sinai e nos Montes Golá entre Israel, por um lado, e o Egipto e a Síria, por outro, na sequência da invasão sionista.

1949 — É fundada a República Democrática Alemã.

1967 — É assassinado, na Bolívia, Ernesto "Che" Guevara.

1911 — Sublevação de Wuchang, que assinala o início da Revolução chinesa que durará até 1913.

Líbano: a necessária unidade árabe

Cessar-fogo no Líbano, aprovado pelo Conselho de Segurança. De momento cessam os disparos nas ruas de Beirute, os incêndios, os mortos, os cadáveres queimados para evitar as epidemias. Uma guerra que se arrasta consumindo cada vez mais vidas: centenas, milhares de vidas. E que recrudesce a cada cedência do Egipto, a cada enfraquecimento das forças árabes. Um centro — que se mantém — de provocação armada da direita, clara e directamente apoiada por Israel.

A guerra é apresentada, e com múltiplos pormenores, com profusas imagens, pelos diversos órgãos de informação. Também os do capital — mas aí para deformar os factos, para adulterar a realidade e tentar lançar, face à opinião pública, a responsabilidade de um verdadeiro genocídio sobre os ombros das forças de esquerda, dos que apoiam ou defendem os direitos do povo palestino. E vemos os "cristãos", as milícias fascistas libanesas que nos vários pontos do país alimentam em permanência o conflito e lançam os seus ataques para dominar a situação no país, transformando-o num posto avançado de Israel e serem apresentados como «vítimas» das forças colocadas sob as ordens do

presidente Sarkis para permitir a paz: as tropas da Liga Árabe, maioritariamente constituídas por soldados sírios.

Enquanto as milícias fascistas bombardeavam a zona muçulmana de Beirute, centrando os seus ataques sobre duas pontes que ligam o Leste de Beirute ao Norte do Líbano, por onde recebem os fornecimentos israelitas, Israel passava das ameaças à intervenção directa: uma força naval israelita atacou uma base palestina em território libanês. Simultaneamente ensaiava-se uma «solução» política abertamente favorável às forças de direita. A França avança o seu plano — prontamente apoiado pelos EUA, pela RFA e pela Arábia Saudita — que consistia em

substituir as tropas da Liga Árabe por uma força de soldados libaneses, cristãos e muçulmanos. A este plano, derrotado na ONU, já se tinham juntado outras hipóteses, que abriam as portas à intervenção mais directa do mundo capitalista: a instalação em Beirute de uma força «internacional» e o alargamento do âmbito de acção da Força Inte na das Nações Unidas (UNIFIL).

«A violência e as manobras da direita não lograram entretanto alcançar os seus objectivos. A nível militar as milícias fascis as, apoiadas pelas armas e pela intervenção directa de Israel, não obtiveram qualquer vitória. Por outro lado, reforça-se a linha de unidade entre os povos árabes contra o sionismo, o que envolve também a luta por uma verdadeira paz no Líbano. Na sequência das conversações do presidente libanês Elias Sa kis com o presidente Hafez Assad da Síria — a que se seguirão contactos com todos os países árabes com contigentes seus na força de paz estacionada no Líbano — foi decidida a convocação de uma conferência de ministros de Negócios Estrangeiros dos países

que apoiam a Força Árabe de Manutenção de Paz no Líbano. O cessar-fogo em Beirute foi uma decisão igualmente saída desta reunião. Por outro lado, por proposta do Iraque, que tinha entretanto posto à disposição da Síria auxílio militar no caso de agressão israelita, realizou-se-á no dia 1 de Novembro, em Bagdad, uma cimeira que reúne a maioria esmagadora dos países árabes, para discutir as consequências de Camp David e a política a seguir, a situação no Líbano e a ingerência sionista.

Face aos sucessivos falhanços da política do imperialismo no Médio Oriente — que se tem saldado num número crescente de mortos, no prosseguimento de condições de vida intoleráveis para o povo palestino — os esforços de unidade árabe, a solidariedade da União Soviética, reafirmada na recente visita de Assad a Moscovo, «pelo estabelecimento de uma paz agita e permanente no Médio Oriente», garantem uma real solução para os problemas do Médio Oriente, que anule definitivamente um dos mais perigosos focos de guerra.

Grã-Bretanha: sindicalistas contam como é

A convite dos sindicatos soviéticos esteve na URSS um grupo de activistas sindicais, operários e empregados britânicos. Em Moscovo, Leninegrado, Donetsk, Riga, Yalta e outras cidades, os sindicatos britânicos puderam informar-se de como vivem e trabalham os soviéticos, qual a actividade dos sindicalistas no socialismo. Antes de partirem, os visitantes concederam uma entrevista ao semanário soviético «Tempos Novos». As afirmações dos sindicalistas britânicos proporcionam-nos uma visão clara e documentada da realidade quotidiana para os trabalhadores ingleses e daí o seu interesse.

Joseph Winter, chefe da delegação e secretário do clube sindical do condado de Sussex:

— Sou um dos fundadores do nosso clube. A ideia de o organizar surgiu depois da minha primeira visita ao vosso país, em 1962, em que vi os maravilhosos palácios e casas de cultura pertencentes aos sindicatos soviéticos. Como fundadores do clube em Sussex fomos pioneiros deste movimento na Grã-Bretanha, onde toda a actividade organizada de tempos livres para os trabalhadores é controlada pelas empresas provadas que cuidam unicamente dos seus lucros e não se preocupam absolutamente nada com a qualidade do trabalho espiritual» que oferecem.

— Quais são os principais problemas que defrontam hoje as Trade Unions britânicas?

— Os problemas mais graves são o desemprego e a inflação,

e defendem esse processo. Estou certo que as pessoas terão cada vez uma consciência mais clara de que desanuiamento significa impedir uma terceira guerra mundial e apoiarão a «détente» com crescente energia. Espero que não seja confundida com a cuidadosamente orquestrada campanha em defesa dos «direitos humanos». Com esse tentativa de ingerência nos assuntos internos da União Soviética pretende-se, entre outras coisas, desviar a atenção dos que vêm que na URSS os trabalhadores vivem a salvo do desemprego e da inflação.

Os direitos humanos

— Que pode dizer-nos sobre os direitos humanos na Inglaterra? São iguais as possibilidades e os direitos do homem e da mulher, dos

e dão rédea solta ao seu desespero atirando sobre ele o seu ódio...

... Mas palavras sobre a situação da mulher. Os meus compatriotas dizem que os pobres e os ricos são iguais perante a lei, mas os ricos são «mais» iguais. A lei exige igual remuneração para todos, claro está. Mas os patrões têm múltiplas possibilidades para se furtar à lei. Frequentemente em detrimento da mulher.

O desemprego juvenil é outro grave problema. Depois de terminar os seus estudos secundários, muitos jovens não encontram emprego e desmoralizam. Este estado de coisas preocupa-nos profundamente. Na URSS falta mão-de-obra e surgiu-me a ideia de que vocês poderiam absover uma parte dos nossos desempregados. Aprenderiam muito aqui. Poderiam informar-se, por exemplo, do interessantíssimo trabalho que levam a cabo os sindicatos soviéticos e ver as vossas maravilhosas cidades. Acabámos de visitar a cidade mineira de Donetsk. É incrível! Não há ponta de contacto entre essa bela e limpa cidade, com um traçado ideal e uma profusão de áreas verdes, e as nossas cidades mineiras a que nenhum destes qualificativos

Tendo em conta os objectivos dos países da NATO, dá-lhes jeito um «inimigo» personalizado na URSS. Durante esta digressão pelo vosso país convenci-me uma vez mais que apresentar a URSS como um perigo inimigo é o mesmo que declarar inimigos os marçianos. Tive a oportunidade de confirmar que os soviéticos encaram muito seriamente tudo o que diz respeito ao desanuuiamento.

— Que contará em primeiro lugar aos seus amigos quando regressar a Inglaterra?

— É uma pergunta difícil... Há demasiadas coisas para contar... Passaria pelo menos um mês a falar ininterruptamente. Nas aulas não posso abordar temas políticos, mas poderei referir-me entre outras coisas à vida das crianças soviéticas, às oportunidades que se lhes oferecem... Fora da escola contarei que vi o sistema soviético a funcionar e que os homens vivem felizes neste sistema. O individualismo é uma das características pessoais mais estimuladas pela sociedade capitalista. «Eu estou bem e tu governa-te como puderes»: esta frase resume a essência da filosofia dominante. O mais forte deve arrancar a sua parte porque se não o fizer outro o fará. Este procedimento é diametralmente oposto ao predominante na sociedade soviética, onde ressaltam a camaradagem e a ajuda mútua.

O racismo

Mahmood Ahmad foi um dos organizadores da célebre greve na fábrica Grunwick. A administração despediu os grevistas. Mas então a solidariedade operária manifestou-se em toda a sua amplitude. Num único dia os piquetes de grevistas foram visitados por umas 20 000 pessoas vindas de diversos pontos de Inglaterra. Também chegou apoio do exterior. Mahmood Ahmad declara com emoção:

— Durante os 21 meses que durei a greve recebemos ajuda de diversos sindicatos, dos simples operários.

Ahmad nasceu no Paquistão. Aos 14 anos souz pais levaram-no para a Grã-Bretanha. O tempo que aqui passou está vivo na sua memória:

— A forma como eram tratados pela administração os trabalhadores de pele escura foi uma das causas fundamentais da greve de Grunwick. Os emigrantes é negada a igualdade de oportunidades e direitos, são explorados sem piedade, como acontecia em Grunwick, onde cerca de 90% dos operários eram originários da Ásia e da África.

— O que é que mais o impressionou nesta visita pela URSS?

— A preocupação constante em relação ao ser humano. Na sociedade capitalista tal preocupação manifesta-se unicamente pelos lucros. O conhecimento do vosso país e dos seus habitantes, das realidades da vida quotidiana fortaleceu a minha fé no socialismo...

Governo em crise e luta popular

No dia 10 de Setembro, p Comité Executivo da Frente Nacional, a maior Organização da oposição no Irão, lançou um apelo ao povo iraniano para «continuar a intensificar a luta contra um regime indigno de governar». Desde há um mês, a lei marcial atinge 11 cidades para além de Teerão, a capital. Estei proibidas as greves, as manifestações, as reuniões. Mas a luta popular prossegue na capital como nos mais diversos pontos do país. Em Teerão e outras cidades registam-se grandes manifestações. Greves atingem as universidades, os hospitais, os serviços de Estado, inclusive os tribunais. Na cidade ocidental de Khorramabad, realizaram-se grandes manifestações, como noutras cidades do norte e do ocidente do Irão. Aos mortos anteriormente vítimas da repressão juntam-se agora pelo menos mais duas dezenas. Carros blindados e camiões de soldados armados com metralhadoras patrulham as ruas. A luta continua. A expressa solidariedade de Washington, o orçamento adestrito à repressão, a compra desmedida de armas norte-americanas, não conseguem travar o fluxo da luta popular.

Mais de nove regiões do território rodésiano estão abrangidas pela lei marcial decretada este mês pelas autoridades racistas, lei que faculta, aos tribunais militares especiais que a administram, inclusive o poder de decretar e aplicar penas de morte. Na sua ilegal visita aos EUA, onde se encontra a convite de um grupo de senadores e com o visto da Casa Branca, Smith profere ameaças de mais mortes, de mais sangue, enquanto reclama pelo claro apoio dos EUA ao «acordo interno». A aceitação da visita de Smith por parte de Carter, violando a Carta da ONU que estabelece que todo o país membro «abster-se-á de dar ajuda a qualquer Estado contra o qual a ONU esteja a tomar acções preventivas ou coercivas», foi alvo de um protesto por parte das nações africanas representadas nas Nações Unidas. Também no Conselho de Segurança foi apresentado um protesto contra a decisão norte-americana. Ressalta claramente o plano americano de promover Smith, isolar o movimento de libertação e se possível dividi-lo, mantendo uma política neocolonial no Zimbábwe. Entretanto, o movimento de libertação alcança novas e importantes vitórias: nos primeiros dias de Setembro os combatentes da Frente Patriótica do Zimbábwe destruíram uma ponte na estrada principal entre Salisbúria e a África do Sul, cortando uma artéria vital de apoio ao regime racista. Também aqui as forças populares prosseguem e avançam na luta.

A incapacidade de atingir os seus objectivos na política externa verifica-se igualmente na vida interna dos países capitalistas. A crise — também no campo político — é uma realidade rotineira. Nestes últimos dias, em graus e de formas diferentes, manifestaram-se em diversos países da Europa capitalista sintomas de crise política a nível governamental. O primeiro-ministro britânico, Callaghan, viu a sua política de restrições salariais rejeitada pelo congresso anual do Partido Trabalhista. Como é típico numa legítima «democracia», Callaghan ignorou tal rejeição, afirmando prosseguir com a sua política. Em França, a política de austeridade do primeiro-ministro Barre, dirigida à contenção de salários, foi sujeita a uma moção de censura apresentada por socialistas e comunistas. Também os gaullistas, que participam na coligação governamental, ameaçam retirar o seu apoio caso se mantenha a política económica que está a ser seguida. Na Suécia, enquanto os números do desemprego são os maiores desde 1972, a coligação de direita que actualmente detinha o poder demite-se por desentendimento interno em relação à questão da energia nuclear.

EUA: quem determina a política de energia?

Entre os múltiplos problemas económicos com que se debatem os Estados Unidos, o problema da energia é dos mais graves. As dificuldades nesse campo têm repercussões em toda a economia nacional e no plano das relações internacionais, particularmente entre os EUA e os seus parceiros. De ano para ano, fazem-se sentir com mais força as consequências de uma desastrosa política energética. A importação de petróleo perturba a balança de pagamentos dos EUA, contribui também para a queda do dólar. Na cimeira de Bona, a RFA e o Japão pressionaram Carter para reduzir o desperdício de energia. Apesar dos apoios de que Washington goza na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a maioria dos seus membros advoga a revisão dos preços das ramas do petróleo bruto, sendo possível uma concretização de tal exigência já em Dezembro, quando da próxima conferência ordinária da OPEP a realizar em Abu Dhabi, capital dos Emiratos Árabes Unidos.

As sucessivamente falhadas tentativas de solução, o arrastar do problema da energia, é um claro exemplo da incapacidade do sistema capitalista de resolver questões fundamentais da época actual, traduz as contradições objectivas deste sistema económico e político, ilustra a irreconciliável oposição de interesses entre os povos e os países e o capital, os monopólios. Assim, se os interesses nacionais do povo norte-americano exigirem a reestruturação da política de combustíveis e a redução do consumo de energia, o que requer um maior papel do Estado nos sectores ligados à sua produção, os monopólios petrolíferos — que só teriam a perder com tal alteração da política energética — opõem-se a essas medidas, aliás a quaisquer medidas tendentes a ultrapassar uma crise que lhes proporciona chonchos lucros. E têm a última palavra.

A crescente importação de petróleo é seus derivados proporciona lucros consideráveis ao mundo dos negócios norte-americano. Assim, no princípio de 1978, os Estados Unidos importavam 48 por cento do petróleo consumido, contra 16 por cento em 1973, enquanto as despesas com a sua compra passaram de 5 milhões de dólares em 1972, para 45 milhões em 1977. Enquanto isso, e de acordo com os números apresentados pela Secretaria de Estado da Energia dos EUA, a subida ilegal de preços ao consumidor rendeu a 34 grupos petrolíferos, só em 1973-74, perto de um milhão de lucros suplementares, dos quais três quartos directamente aos gigantes «Exxon» e «Texaco».

Nos últimos dias do mês de Agosto, o Senado dos EUA aprovou a lei que põe termo ao controlo federal de preços sobre a maior parte do gás natural. Isto é apresentado como uma vitória legislativa de Carter, que tinha conseguido impor uma solução para o problema da energia. Na verdade, a solução aprovada no Senado — por uma pequena margem de votos — é já uma solução de compromisso: a supressão do controlo federal dos preços de gás foi adiada para 1985, apesar do prejuízo que isso representa para a economia nacional e mesmo para o conjunto dos países capitalistas desenvolvidos.

Afirmou-se mesmo que as medidas propostas iriam favorecer as minorias étnicas e levariam a «socialização» da economia. Foram gastas quantias fabulosas — só a Mobil Oil, gastou quatro mil milhões de dólares nessa actividade.

A campanha deu os resultados pretendidos. No complexo de interesses do grande capital norte-americano, os monopólios petrolíferos afirmaram os seus como determinantes. O domínio da energia é o seu domínio, a sua fonte de lucros. Os interesses nacionais, os interesses do povo norte-americano, não pesam em Washington, capital da «democracia» e dos «direitos humanos».

Breves notícias

● **Angola estreita relações com países socialistas** — A República Popular de Angola recebeu, recentemente, o vice-presidente da República Socialista do Vietnam, camarad Nguyen Huu Tho, que ali se deslocou em visita oficial.

Foram assinados vários acordos de cooperação económica, científica, técnica e cultural, com o objectivo de ampliar as relações entre a RPA e a RSV. No comunicado final conjunto a ambos os países consideraram as agressões e manobras do governo chinês contra o povo vietnamita uma ameaça à paz e segurança internacionais, considerando ainda que os dirigentes de Pequim perseguem objectivos claramente imperialistas e expansionistas, aliando-se às forças mais retrógradas do imperialismo. O camarad

Agostinho Neto aceitou o convite que, na oportunidade, lhe foi feito para visitar em breve e oficialmente a República Socialista do Vietnam.

Paralelamente, a República Popular de Angola também recebeu a visita de uma delegação soviética chefiada pelo camarad Vitaly Votntnikov, vice-presidente do Conselho de Ministros, que se avistou com uma delegação angolana chefiada pelo vice-ministro angolano da Agricultura, camarad Germano Gomes. Os dois chefes das delegações assinaram um acordo abrangendo a cooperação entre os dois países em 1979 e que corresponde ao espírito do Tratado de Amizade e Solidariedade assinado em Moscovo, em 8 de Outubro de 1976, pelos presidentes da RPA e da URSS, camaradas

Agostinhos Neto, e Leonidas Brejnev.

● **Conferência Internacional dos Intelectuais, para a Paz** — No passado dia seis foi inaugurada solenemente na cidade polaca de Wroclaw a Conferência Internacional dos Intelectuais, organizada pelo Conselho Mundial da Paz e em cujos trabalhos participou uma delegação portuguesa. Foi nesta cidade que, em 1948, várias centenas de eminentes cientistas, homens da cultura e da arte de vários países do mundo, fundaram o Movimento Mundial para a Paz.

No apelo tomado público no final da Conferência, chama-se a atenção para as mudanças verificadas na política internacional desde 1948, com o fim da guerra fria, o desaparecimento das suas doutrinas agressivas

e a consciência cada vez mais profunda de que não há alternativa para a coexistência pacífica. Mas à frente sublinha-se a contribuição do Movimento Mundial para a Paz nas mudanças históricas registadas no mundo, sobretudo no que se refere ao desanuuiamento, recordando-se que muito há ainda para fazer, nomeadamente na luta contra a corrida aos armamentos, a dominação imperialista, o neocolonialismo e a discriminação racial.

Mostrando-se confiante de que os seus apelos serão escutados pela maioria esmagadora dos intelectuais do mundo, a Conferência recordou ainda que o Movimento Mundial para a Paz está aberto a todos os que desejem edificar em comum o potencial de transformações progressistas e pacíficas do nosso tempo.

Foi assim em Avis...

Ao longe era somente uma enorme mancha colorida, ladeada por uma simetria de tons metálicos brilhando ao sol ainda tímida da manhã.

Ao perto era o povo. O povo de Avis, Alcorrego, Maranhão em fato de festa, rosto de festa, vozes de festa. Ao perto era este povo mais todo o muito que viera desde Lisboa, Évora, Porto e muitas e muitas outras terras, em cerca de uma centena de camionetas e em vários automóveis.

Chegavam ao Monte da Herdade de Camões e anexas — cerca de metade dos 11 750 hectares da Cooperativa «1.º de Maio» que outrora pertenciam a uma só família — em magotes, despejados das camionetas que, pelas estradas, eram já uma fonte de propaganda, um sinal da solidariedade entre a cidade e o campo, com os seus dísticos clamando, por cada local de passagem, que os trabalhadores deste e daquele sector, os moradores desta e daquela zona estão com a Reforma Agrária e por isso iam a caminho de Avis, à inauguração de um complexo pecuário para 4 0 0 v a c a s, realidade-imagem do trabalho que transforma, que constrói, que revoluciona.

C h e g a v a m e invariavelmente diziam entre si «Ena, tanta gente!», «Mas a festa é aqui?», «Não, é mais além, ao fim deste corredor de multidão». E também eles engrossavam o corredor de

terra batida, limitado por fileiras e fileiras de máquinas, lançando brilhos metálicos na manhã, e que faziam embasbacar não só os da cidade mas ainda aqueles que, vindos das aldeias próximas, em fato domingueiro, assistiam pela primeira vez a uma tão vigorosa demonstração do que pode o empenho dos trabalhadores. Os miúdos, sobretudo os citadinos, subiam pelos tractores, trepavam às celeiras debulhadoras e lá no alto, mãos no volante, imitando som de motores, sonhavam o domínio sobre a máquina, o trabalho nas planícies a perder de vista.

Ao fim do corredor sempre repleto de gente, era o largo onde se erguia o palco, as barracas de comes-e-bebes e a exposição sobre a vida e o trabalho da UCP «1.º de Maio»: uma exposição feita à medida daqueles a que se destinava, uma exposição de leitura fácil e impressionante, a comparação entre o antes e o agora, através de

gráficos e números, em si mesmos testemunho da força dos trabalhadores, da sua extraordinária capacidade de construir na terra uma nova terra. Aqui no largo pela manhã, foi tocando a banda das Galveias. Não era a gente que via a banda passar mas antes a banda que, lá no palco, via o povo passar, rio contínuo e sussurrante de entusiasmo. Passava a caminho do objectivo imediato que o levava a Avis: ver a célebre vacaria para 400 vacas, no sábado inaugurada. Passavam e os seus passos, inconscientemente, seguiam o ritmo das marchas que a banda tocava. Passavam e os m i ú d o s desprendiam-se-lhes das mãos e ficavam a ver a banda tocar e subiam ao palco, os mais pequenos dançando, os mais velhos curiosamente enfileirando atrás dos homens da banda batendo o ritmo com os pés e as mãos.

Obras dos que amam a terra

Desembocavam depois no largo recinto onde se encontra instalada a vacaria com os estábulos e a ordenha mecânica.

Na modernidade da construção e do equipamento técnico, do mais avançado, comprado à RDA, na sala de ordenha

um espaço a recordar que aquela era obra dos homens que amam a terra. Quem cisse ali, junto aos estábulos, ignorando toda a realidade daquele local, ao ver os canteiros que separam compartimentos de vacas compreenderia logo que as mãos que traçaram o projecto, as mãos que o concretizaram pertencem a homens que sentem a terra não como fonte de lucro mas como fonte e origem de vida. Erguessem-se estes estábulos em terra de latifundiários e não haveria lugar para aqueles canteiros simétricos, ingénua e tocante manifestação estética nos vastos estábulos do Monte Camões.

Ao fim da manhã, aconteceu o desfile das máquinas da cooperativa: tractores, ceifeiras-debulhadoras, máquinas diversas equipadas com charruas, grades de discos, escarificadores-semeadores.

António Fernando o trabalhador responsável pelo sector da oficina construída pelos trabalhadores na Cooperativa, ia apresentando as máquinas conduzidas pelos trabalhadores orgulhosos e comovidos:

«O da frente é um tanque distribuidor das urinas de gado para as terras.

A segunda máquina é uma abre-valas, foi uma oferta do povo da URSS que nos deu mais três tractores. Aquela é um tractor para distribuição nas terras de esturmo fabricado nos nossos estábulos. A quarta máquina é conduzida por um pequeno agricultor que se integrou na cooperativa — são 28 as máquinas compradas aos pequenos e médios agricultores que entram para a «1.º de Maio». Aquela outra é um tractor corta-forragens; aquele é um tractor com semeador para distribuição de adubos, aquela é uma das nossas nove enfardadeiras de palha de trigo e de outros cereais. Aquele outro é um tractor com reboque para transporte de silagem, faz distribuição directa ao maiorado dos animais e trata 400 vacas».

Assim dizia o trabalhador, e lembrava: «Começámos sem uma ferramenta, sem instalações, sem nada. Começámos meia dúzia de trabalhadores, só um era mecânico. Hoje somos 27 — 11 são mecânicos. Hoje temos a nossa oficina mecânica e serralharia civil numa área de 577 metros quadrados. Hoje temos um investimento em máquinas de 26 906 094\$00.

Assim recordava o trabalhador. As máquinas desfilavam, a banda tocava

e em muitos dos que engrossavam a multidão as lágrimas desciam pelos rostos. As crianças de hoje, essas lágrimas pareciam estranhas: «O pai, mas porque é que estás a chorar?». Os que viveram naquelas terras no tempo em que eram latifúndio, os que as vêem agora transformando-se sob a acção do trabalho colectivo, compreendem essas lágrimas, mesmo quando as não choram.

Pela tarde foi a festa rija. Do centro do país, veio a cor e a alegria do Rancho das Cantarinhas de Montemor-o-Velho, da Amadora um coral alentejano («Canções como os camaradas nunca ouviram») que nem podia admitir não ter espaço no palco, e ainda diversos artistas que animaram o Canto Livre. E, pela noite, foi tempo de bailar e dançar, os corpos numa alegria que permaneceu nesta semana que abriu segunda-feira para o trabalho. Talvez com mais cansaço do que habitualmente. Mas deixá-lo. Dias não são dias e o 7 de Outubro será um dia do qual falarão aos netos os adolescentes e adultos de hoje, e até talvez as crianças mais velhas, recordando o momento em que sonharam conduzir tractores, manejar ceifeiras naquelas terras do Alentejo.

Quanto mais juntos mais força temos!

No palco encontravam-se diversos trabalhadores da Cooperativa, presidentes de autarquias locais que corresponderam ao convite da «1.º de Maio», representantes do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas de Portalegre, do Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas de Portalegre. Era a hora das intervenções. Era também o momento em que diversas saudações chegavam falando da solidariedade de outros trabalhadores para com a «1.º de Maio», para com a «Reforma Agrária: do MURPI, da Caris, da Cel-Cat, do povo de Vale de Figueira, da Amadora, da população da Amora (que contribuiu com 2000\$00 para as creches) e de muitas e variadas terras e sectores.

Foi a hora em que falaram à multidão ali reunida Maria Leonor, representante do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito, Joaquim Miranda, do Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas, a trabalhadora da cooperativa Joaquina Silveiro e José Luís, da direcção da Cooperativa e Presidente da Câmara Municipal de Avis. Das suas palavras ficou o eco na

multidão: reforçar a defesa da Reforma Agrária, «ter consciência de que quanto mais juntos, mais força temos».

Ontem a fome Hoje a garantia do almoço e do jantar

Estas algumas das palavras de José Luís, testemunho do combate pela Reforma Agrária:

«Os agrários, os capitalistas e todos os exploradores do nosso Povo, tudo faziam para agravar a fome, a miséria nos campos do Alentejo. Com o 25 de Abril, um novo sol apareceu por todo o país; no nosso concheiro, onde a fome, a miséria e o desemprego era ponto assente, podemos dizer hoje que homens e mulheres de Avis, Alcorrego e Maranhão ainda não chegam para executar todos os serviços necessários na Cooperativa. Mais de 200 pessoas vêm de pontos diversos do distrito, Longomel, Cunheira, Tolosa e Gafete, onde a Reforma Agrária não avançou, ajudar aos trabalhos da nossa cooperativa.

Hoje podemos mostrar que enquanto a Camões foi



José Luís, da direcção da Cooperativa «1.º de Maio» falando à multidão sobre a imensa obra colectiva de transformação que os trabalhadores prosseguem em Avis

dos Alemães, Espanhóis e Barreiros, nada se fez nesta freguesia. O total abandono e desprezo por quem lhes dava os rendimentos levava a que famílias de 6, 7 e 8 pessoas tinham apenas uma casa, um quarto onde todos comiam e dormiam. Mesmo assim essas miseráveis casas tinham os telhados destruídos, sendo necessário colocar plásticos em cima da cama para não lhes chover por cima e quando os trabalhadores, depois de extenso dia de trabalho, deviam descansar, só o podiam fazer num banco ou numa cadeira por terem a cama molhada. Isso era o que os chamados

senhores faziam ao nosso povo. Hoje gritam e reclamam a terra, mas amigos e camaradas, eles não gostam da terra, porque durante tantas dezenas de anos sempre a desprezaram, eles o que querem é alcançar novamente o domínio do país para nos matar nas cadeias, nos campos, à fome e a tiro como faziam dantes. Isso é o que eles pretendem».

«Hoje os nossos filhos já não precisam de passar os dias ao sol e à chuva nos campos acompanhando os pais como antigamente. Hoje têm a sua creche onde podem ficar. Os mais crescidos que vão à escola, sabem onde almoçam

e onde ficam até os pais chegarem do trabalho, quando antes andavam a vagar pelas ruas à mercê do destino.

Os nossos pais, avós, que os agrários tanto exploraram e que ficaram sem uma reforma porque os agrários não pagavam à Previdência, a única alternativa que tinham era, quando não podiam trabalhar, andar de porta em porta a pedir esmola. Hoje também esses têm o seu lugar na sociedade e para isso a cooperativa arranjou uma casa e instalou mesas e cadeiras onde esses companheiros sabem todos os dias onde está o almoço e o jantar.

«As dificuldades têm sido grandes para todos os cooperantes, mas a unidade dos trabalhadores do campo, das oficinas, dos pedreiros, dos que trabalham nos supermercados, nos gados e nos escritórios, e de todos os operários, foram a mola real para todos estes investimentos, pois todos sacrificámos regalias sociais, como 13.º mês, subsídio de férias e horas extraordinárias, sendo tudo somado um enorme contributo para hoje podermos festejar uma das maiores obras do país em produção de leite».

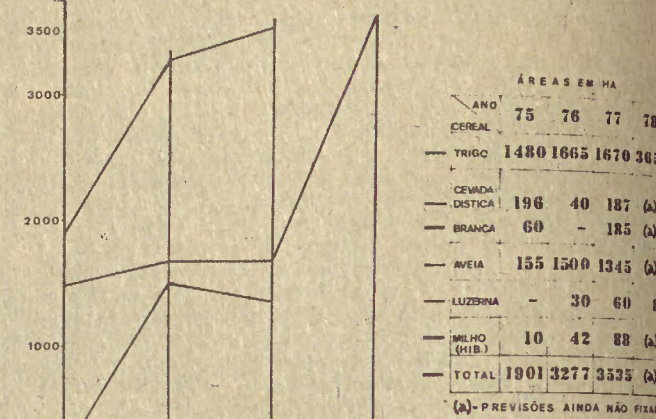
A nossa Unidade ultrapassou todas as dificuldades repressivas e económicas impostas pelo Governo. Por isso os trabalhadores da Cooperativa 1.º de Maio, o povo das três freguesias, Avis, Alcorrego e Maranhão, que sabem o que sofreram sabem o que querem.

Mais uma vez dizemos: deve-se à nossa unidade, à nossa amizade. Hoje já não somos trabalhadores da Avis, Alcorrego e Maragão, mas sim da Cooperativa «1.º de Maio». Isto é defendermos a Reforma Agrária, é termos consciência de que quanto mais juntos, mais força temos».

Construir na terra uma nova terra

A transformação dos 11 750 hectares da Cooperativa «1.º de Maio» sob a acção colectiva de homens e mulheres que amam a terra:

Áreas Semeadas:

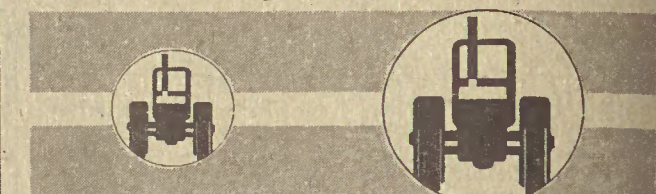


Máquinas:

Tractores

No início havia 20: só funcionavam 8

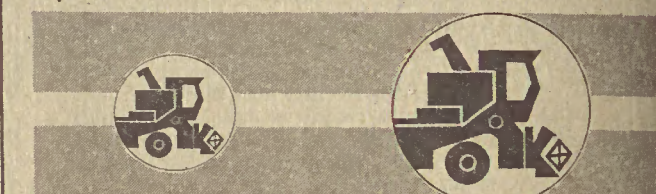
Hoje há 62



Ceifeiras debulhadoras

No início havia 4

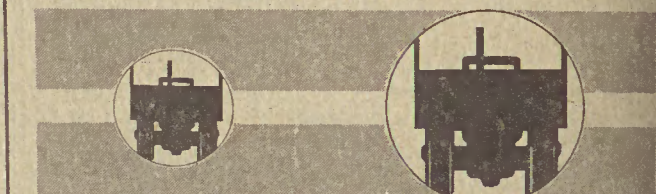
Hoje há 14



Reboques

No início havia 7

Hoje há 42



Total de investimento em máquinas, oficina e ordenha mecânica: 26 906 094\$00

Ainda um sistema de rega por aspersão, introduzindo no país, pela «1.º de Maio», que beneficia 200 hectares

Gados:

Vacas de Ventre

No início havia 383

Hoje há 606



Vacas Turinas

No início havia 2

Hoje há 241



Mais 64 crias e 3 touros, o que totaliza: 318 cabeças

A produção de leite é de mais de 1000l/dia

A capacidade de refrigeração de 4000 l

Ovinos

No início havia 4348 cabeças entre ovelhas, crias e carneiros

Hoje há 11 077



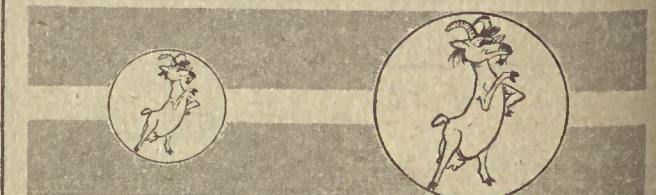
Produção de lã:

1975: 9226 — 1978: 20 474

Caprinos

No início havia 73 cabeças

Hoje há 676



Trabalhadores:

No início eram 92

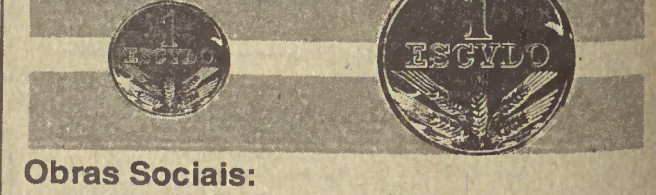
Hoje são 475 e em períodos de ponta atingem os 650



Salários

Julho de 1975: 1212 contos

Julho de 1978: 3186 contos



Obras Sociais:

- Creches em cada uma das freguesias
- Assistência à 3.ª idade
- Supermercados nas freguesias
- Reparação e construção de casas para trabalhadores
- Electrificação
- Contribuição intensa para construção de bairros de cooperativas de habitação e abertura de estradas em colaboração com outras UCPs e com a Câmara Municipal de Avis.

Amigo, conte-nos lá...

O que trouxe ao Monte Camões, a Cooperativa «1.º de Maio»?

António Duarte, funcionário da Electricidade de Portugal:

— O que se vê aqui construído pelos trabalhadores é um exemplo a nível nacional. Bom era que houvesse condições para depressa as outras UCPs tomarem o mesmo rumo, mas as dificuldades são muitas.

Ainda bem que está cá tanta e tanta gente. Mesmo os olhos que não queiram ver, ficam impressionados com estas construções dos trabalhadores, ficam sem saber o que dizer. Casos como o desta unidade que apresentou um tal desfile de máquinas e alfaias, que apresenta este gado bem tratado, os estábulos onde os animais estão ao abrigo, dizem do brio dos trabalhadores, do que é capaz o braço dos trabalhadores.

Um guarda-fiscal da região:

— É melhor não dizer o nome porque podem cair-me em cima por ser para o «Avante!». Mas as minhas impressões ninguém pode apagá-las. É a primeira vez que venho a uma cooperativa agrícola e estou surpreendido e maravilhado com esta obra realizada pelos trabalhadores. Erabom que aqueles que atacam a Reforma Agrária ou que consentem esses ataques, aparecessem aqui, uma vez por outra, para verem como isto é de verdade,

para conviverem e aprenderem como se trabalha.

Alexandrina Chite, doméstica, de Benfica, em Lisboa:

— Todos os democratas deviam vir cá ver. A nossa vontade de defender a Reforma Agrária fica mais forte quando assistimos a um acontecimento destes, à alegria desta gente, à sua determinação. Lucette Neves Ferreira da Cruz, caixeira de padaria da aldeia das Galveias:

— Vim cá para ver e gostei muito. Todos deviam vir cá. Tenho 63 anos e nunca vi tamanha quantidade de gado tão bem tratado. O que eu queria é que nas Galveias também houvesse tanta riqueza feita pelos trabalhadores. Esta é uma Reforma Agrária muito concreta, muito valiosa.

Todos unidos havemos de vencer. Dou o meu coração por isto.

Sebastião, operário metalúrgico:

— Vim cá ver para contar como é que foi. Já tanta gente fala do exemplo da «1.º de Maio» e agora muita mais gente vai falar. Assim como eu, que não me vou calar com o que vi cá, com a maravilha que os trabalhadores aqui construíram e outros querem destruir. Eu a falar, outros a falar, nas nossas terras, sobre o que vimos é uma grande propaganda para a Reforma Agrária, ganham-se mais defensores desta conquista tão importante. Quantos

mais falem sobre o que é realmente a Reforma Agrária, mais gente sabe, menos gente é enrolada, mais difícil é aos inimigos dos trabalhadores levarem para a frente a vontade de destruição. Eles só querem armar para si e destruir. Os trabalhadores só querem construir e trabalhar. Está bom de ver quem chega a bom fim, quem vence as dificuldades.

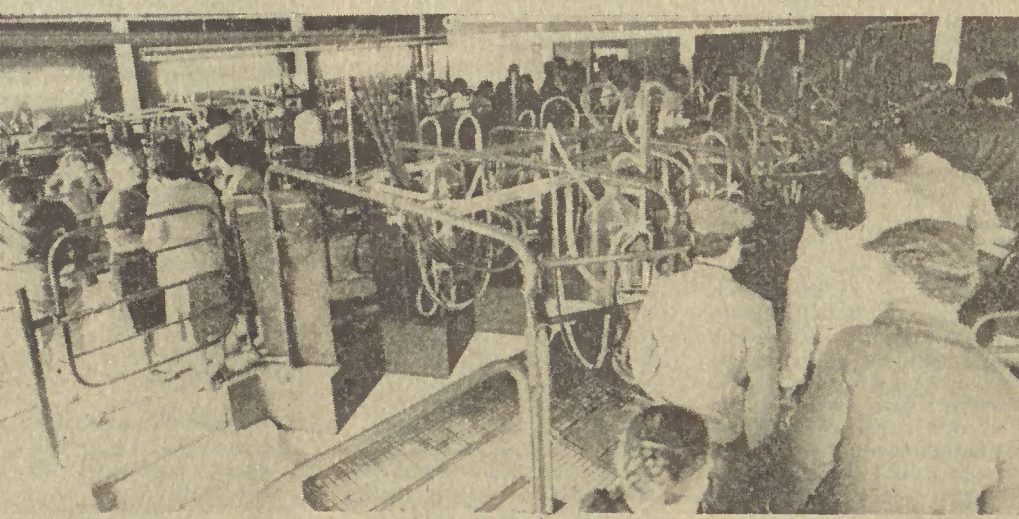
Um engenheiro técnico do Porto:

— Fundamentalmente vim cá porque vir ao Alentejo, à Reforma Agrária constitui um encorajamento a quem como eu vive no Norte onde as dificuldades são muitas. A minha vinda foi muito curiosa. Tinha acordado com um casal dar-me boleia mas eles falharam e eu vim de comboio. Uma experiência muito interessante porque tive oportunidade de fazer, em pleno século XX, uma aventura da qual não sabia o resultado. Cheguei a Ponte de Sor, que fica a 36 quilómetros de Avis. Mas como vim a 5 de Outubro não havia transportes para Avis. Cai em Ponte de Sor em dia de festa, numa feira, e gostei muito. Vinha com a casa às costas (trouxe tenda), arranjei transporte para Avis e aconteceu esta experiência inesquecível: havia trabalho a fazer e eu comecei a ajudar. Embrenhei-me de tal modo na montagem da exposição que há quarenta e tal horas

que não durmo. Resumindo: foi inesquecível e emocionante. O facto de ter colaborado no trabalho fez-me entrar na intimidade da vida da cooperativa. Verifiquei que aqui se realiza aquilo por que lutámos durante 48 anos de fascismo: É uma luz que se abre no túnel para um mundo muito mais esperançoso.

José Godinho, de Aljustrel:

— Vim ver o que é afinal um dos complexos agro-pecuários mais avançados do país, e mesmo a nível internacional. Estive em Cuba, onde visitei unidades colectivas e este equipamento de ordenha mecânica não fica nada a dever ao que vi lá. É até mais moderno e desenvolvido. A «1.º de Maio» é para mim um modelo de boa



A sala de ordenha mecânica, montada com técnica da RDA, foi continuamente um rodópio de gente: ver para contar o que é a Reforma Agrária